

PUCRS

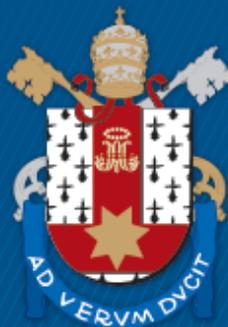
FACULDADE OU ESCOLA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARLUÍ TELLIER FERREIRA

**O PROTAGONISMO DA MULHER CATADORA: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO  
NÃO FORMAL PARA O SEU FORTALECIMENTO E RESISTÊNCIA**

Porto Alegre  
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

MARLUÍ TELLIER FERREIRA

**O PROTAGONISMO DA MULHER CATADORA: CONTRIBUIÇÕES DA  
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA O SEU FORTALECIMENTO E RESISTÊNCIA**

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Escola de Humanidades da PUCRS como  
parte do programa de pós-graduação, para  
obtenção do título de Mestre em Serviço  
Social.

Orientadora: Profa. Dra. Jane Cruz Prates

PORTO ALEGRE 2022

## Ficha Catalográfica

F383p Ferreira, Marluí Tellier

O protagonismo de mulher catadora : Contribuições da educação não formal para o seu fortalecimento e resistência / Marluí Tellier Ferreira. – 2022.

106 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Jane Cruz Prates.

1. educação não formal. 2. mulheres catadoras. 3. movimentos sociais. 4. organizações da sociedade civil. I. Prates, Jane Cruz. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

**MARLUÍ TELLIER FERREIRA**

**O PROTAGONISMO DA MULHER CATADORA: CONTRIBUIÇÕES DA  
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA O SEU FORTALECIMENTO E RESISTÊNCIA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jane Cruz Prates**  
**Orientadora**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Berenice Couto**  
**Examinador**

---

**Prof. Dr. Rodrigo Nunes**  
**Examinadora**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, de coração, ao bom encontro que a vida me proporcionou com as queridas Assistentes Sociais Patrícia Rodrigues (amiga, irmã de coração e comadre) e Viviane Borges, meus primeiros exemplos de profissionais, extremamente comprometidas com o projeto ético-político e que me inspiraram pela dedicação na atuação em um espaço de trabalho adverso.

A querida Fernanda Brenner, colega de mestrado com quem troquei boas ideias e risadas ao longo desta jornada.

As amigas Susi, Marilu e Ju pelo apoio e incentivo nesta caminhada. Amo vocês, mujeres!

Aos caminhos cruzados com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Às Mulheres Catadoras, Nildete, Sirlei, Rosângela, Mariza e, de forma muito especial, às catadoras Maria Tugira e Ivanir (em memória), mulheres de fibra que me apresentaram o real significado da palavra lutar, por quem nutro profunda admiração. Obrigada pelo apoio e por sempre acreditarem e confiarem no meu trabalho.

Gratidão à vida pelo encontro que me proporcionou com a Fundação Luterana de Diaconia – FLD, espaço onde fui acolhida com muito afeto e que encontrei verdadeiras/os companheiras/os de luta.

Ao meu “filho canino” Bento, ao meu companheiro Alex Leitão e ao meu pequeno grande amor, meu filho Camilo, que esteve juntinho comigo nesta caminhada, primeiro na barriga da mamãe e depois nos braços, peito..., se desenvolvendo ao mesmo tempo que minhas reflexões eram escritas aqui.

Por fim, agradeço imensamente a minha orientadora Prof Dra. Jane Prates pelas trocas, incentivo, e por compreender o momento que eu vivia, sendo mãe de primeira viagem, em meio a uma pandemia, e com uma dissertação para escrever. Jane, tu és joia rara, minha eterna gratidão e admiração por ti.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001” (“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”).

## LISTA DE SIGLAS

AC - Acre

AM - Amazonas

AP - Amapá

CBO - Código Brasileiro de Ocupações

COOCAMARP - Cooperativa de Catadoras e Catadores de Rio Pardo

DF - Distrito Federal

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EUA - Estados Unidos da América

FLD - Fundação Luterana de Diaconia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

FHC - Fernando Henrique Cardoso

MA - Maranhão

MG - Minas Gerais

MT - Mato Grosso

ONG - Organização Não Governamental

PA - Pará

PBF - Programa Bolsa Família

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PEC - Proposta de Emenda a Constituição

PPA - Plano Plurianual

PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RO - Rondônia

RR - Roraima

SNIG - O Sistema Nacional de Informação Geográfica

RS - Rio Grande do Sul

TO - Tocantins

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

## RESUMO

A presente produção apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para a obtenção do título de mestra em Serviço Social, versa sobre as contribuições da educação não formal e do Serviço Social para o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios na vida de mulheres catadoras do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, da Região Central, Fronteira Oeste e Metropolitana do estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, analisamos, por meio da trajetória de vida de catadoras, os processos sociais emancipatórios desencadeados através da educação não formal na busca pela garantia de direitos, bem como as contribuições do Serviço Social para esses processos, com vistas a dar-lhes visibilidade e potencializá-los. O estudo foi fundamentado no referencial do materialismo dialético e histórico, e o processo de pesquisa foi efetivado a partir do estudo de caso, considerando a análise das experiências realizadas em uma organização da sociedade civil, à qual a pesquisadora se vincula. Foram efetuadas análises documentais e registros icônicos do trabalho com catadoras, assim como análise de entrevistas documentadas em registros institucionais com as mulheres catadoras. O tratamento dos dados utilizou o tratamento estatístico simples e a técnica de análise de conteúdo. Como resultados, verificamos que o trabalho a partir de processos grupais, utilizando mediações que se originaram da experiência concreta dessas mulheres, analisadas coletivamente, com base na educação não formal e na perspectiva de contribuir com processos sociais emancipatórios, as fortaleceu, contribuiu com a ampliação de sua consciência e identificação das desigualdades sociais e de gênero, em particular, a que estão sujeitas, potencializando sua organização coletiva, processos de consolidação de sua identidade como trabalhadoras, e melhorando sua autoestima, fortalecendo o movimento e iniciativas de enfrentamento coletivo às desigualdades.

**Palavras-chave:** educação não formal, mulheres catadoras, movimentos sociais, organizações da sociedade civil

## ABSTRACT

The present production presented to the Graduate Program in Social Work of the School of Humanities - Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul, to obtain the title of Master in Social Work, deals with the contributions of non-formal education and Social Work for the development of emancipatory social processes in the lives of women collectors of the National Movement of Collectors of Recyclable Materials, from the Central, Western Frontier and Metropolitan Region of the State of Rio Grande do Sul. , the emancipatory social processes triggered by non-formal education in the search for the guarantee of rights, as well as the contributions of Social Work to these processes, with a view to giving them visibility and potentializing them. The study was based on the referential of dialectical and historical materialism, and the research process was carried out from the case study, considering the analysis of the experiences carried out in a civil society organization, to which the researcher is linked. Documentary analyzes and iconic records of the work with female pickers were carried out, as well as analysis of interviews documented in institutional records with women pickers. Data treatment used simple statistical treatment and content analysis technique. As a result, we verified that the work from group processes, using mediations that originated from the concrete experience of these women, analyzed collectively, based on non-formal education and the perspective of contributing to emancipatory social processes, strengthened them, contributed to the expansion of their awareness and identification of social and gender inequalities in particular to which they are subject, enhancing their collective organization, processes of consolidating their identity as workers and improving their self-esteem, strengthening the movement and initiatives to collectively confront inequalities

**Keywords:** non-formal education, women waste pickers, social movements, civil society organizations

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Resultados de pesquisas científicas sobre as crises ambientais .....	40
Gráfico 1. Catadoras e catadores por raça e etnia.....	49
Gráfico 2. Catadoras e catadores por faixa etária.....	50
Gráfico 3. Catadoras e catadores e o acesso à educação.....	52
Gráfico 4. Rendimento médio do trabalho de catadoras e catadores.....	53
Imagem 1. Equipe do projeto Mulher Catadora é Mulher que Luta.....	75
Imagem 2. Grupo de Mulheres na associação de catadoras e catadores da Associação de Catadores de Lixo Amigos da Natureza (ACLAN) no município de Uruguaiana (RS).....	83
Imagem 3. Grupo de Mulheres na Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Rio Pardo (COCAMARP) no município de Rio Pardo (RS).....	83

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA: mediações com a globalização, o consumismo e o meio ambiente .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1. Trabalho, alienação e divisão sexual do trabalho .....</b>	<b>23</b>
<b>2.2. Mediações sobre globalização e consumismo.....</b>	<b>32</b>
<b>2.3. Mediações com a questão ambiental .....</b>	<b>38</b>
<b>3. AS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E O DESAFIO DA AUTOGESTÃO NAS COOPERATIVAS .....</b>	<b>46</b>
<b>3.1. O que dizem os estudos sobre catadoras e catadores? .....</b>	<b>47</b>
<b>3.2. O processo de gestão, os desafios da autogestão e a reprodução de relações desiguais.....</b>	<b>54</b>
<b>4. A DEFESA DE DIREITOS E OS PROCESSOS SOCIAIS EMANCIPATÓRIOS..</b>	<b>61</b>
<b>4.1. O trabalho com grupos de catadoras numa instituição do terceiro setor: possibilidades e limites.....</b>	<b>69</b>
<b>4.2. Mulheres catadoras: histórias tecidas com “fios de ferro” .....</b>	<b>85</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>100</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A presente produção é fruto de investigação sobre catadoras de materiais recicláveis, que deu base à elaboração da dissertação que apresentamos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGSS – PUCRS). É importante destacar que, para além dos conhecimentos obtidos ao longo da formação no mestrado, nosso acúmulo sobre a temática vem sendo construído nos últimos 11 anos, após um período de seis anos de trabalho na gestão pública municipal, atuando junto a grupos populares a partir da proposta da Economia Solidária. Por meio do apoio à Cooperativa de Trabalhadores Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis, localizada no município de Gravataí (RS), na elaboração de projetos com vistas à captação de recursos e em outras frentes, houve a aproximação com o trabalho desenvolvido pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD)<sup>1</sup>, entidade que apoia e fomenta iniciativas de inclusão socioeconômica, e, após processo seletivo, a contratação para trabalhar na instituição. Portanto, ao longo dos anos de acompanhamento a organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis, percebemos, a partir do trabalho desenvolvido enquanto parte da equipe contratada da FLD, um número expressivo de mulheres trabalhando com a catação e à frente da gestão de cooperativas e associações de reciclagem. Essa percepção vai ao encontro dos dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>2</sup>, a partir do último estudo realizado por essa fonte, sobre a situação social das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis no Brasil – que, inclusive, apresenta a Região Sul do país com o maior percentual de mulheres trabalhadoras na catação.

Por outro lado, o referido instituto apresenta também, nesse mesmo estudo, com base nos dados do censo de 2010, uma população de 387.910 catadoras e catadores em todo território nacional; desses, 68,9% são homens e apenas 31,1%,

---

<sup>1</sup> A Fundação Luterana de Diaconia (FLD) é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, criada no dia 17 de julho de 2000 por decisão do Conselho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

<sup>2</sup> IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

mulheres. Conforme estimativas do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), há, no Brasil, aproximadamente 800 mil catadoras e catadores em atividade, sendo que 85 mil estão organizados em bases orgânicas filiadas ao MNCR e 70% são mulheres catadoras.

Os dados apresentados pelo MNCR divergem dos trazidos pelo IPEA no que concerne à relação de trabalho das mulheres junto às organizações de catadoras e catadores no país. Para tanto, o estudo evidencia um fenômeno que justifica essa disparidade apresentada pelas duas fontes: o fato das mulheres catadoras exercerem atividades vinculadas ao cuidado com a família, como a atividade doméstica, tornando a catação, em suas vidas, complementar e não exclusiva. Segundo o IPEA, essa mesma situação é encontrada em outras categorias, como das agricultoras familiares, mulheres do campo. O estudo explica que “embora muitas delas realizem todo o trabalho característico de uma agricultora na propriedade familiar, grande parte delas se declara como ‘dona de casa’, sem se reconhecerem profissionalmente” (2013, p. 48).

Esse não reconhecimento, quando expresso e transformado em dados por órgãos como o IPEA, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros, dificulta o planejamento de ações de inclusão social por parte do poder público para essa categoria profissional e o acesso dessas trabalhadoras a programas importantes, principalmente daqueles que privilegiam a titularidade às mulheres, identificadas enquanto mantenedoras da família e pessoas responsáveis pelo acesso aos benefícios e o desenvolvimento familiar e comunitário da camada mais vulnerável da população. O Programa Bolsa Família<sup>3</sup> (PBF), do Governo Federal, contemplava essas questões, mas foi extinto pelo Governo Bolsonaro, a partir de uma estratégia eleitoreira, e substituído pelo Programa Auxílio Brasil. Em que pese a sobrecarga gerada às mulheres por conta de todos os critérios de acesso e a responsabilidade pelo cumprimento das condicionalidades, o PBF valorizou e reconheceu a importância das mulheres na organização familiar e possibilitou a elas o poder de escolha, decidindo sobre o benefício investido. Importante aqui registrar que o PBF foi o maior programa de transferência de renda do mundo; durou 18 anos e foi extinto sem debate com a sociedade, com aprovação do Congresso Nacional, em um curto período.

---

<sup>3</sup> O Bolsa Família é um programa de transferência de renda criado em outubro de 2003 para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ver mais em Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em: <http://portal.mds.gov.br/bolsafamilia>.

Fica evidente, a partir do cenário apresentado, o quanto as mulheres catadoras, e também as agricultoras, se encontram invisibilizadas junto aos processos de trabalho onde se inserem, o que se reflete de forma concreta na vida de todas e em todos os aspectos.

É nesse cenário que surgem as ações no campo da educação não formal, enquanto estratégia de fortalecimento, politização e resistência de catadoras e catadores que se encontram organizados em cooperativas e associações vinculados ao MNCR, especialmente as mulheres. Com ações pedagógicas centradas na autonomia, as mulheres encontram um novo sentido naquilo que já estava estabelecido pela lógica de trabalho e de construção social e cultural nos ambientes em que constituíram suas vidas. Despertam para um papel de protagonistas de suas ações, aprendendo a pensar e sentir a vida de outro modo, contribuindo para uma perspectiva inversa à estabelecida pelas relações dominantes.

A educação não formal consiste em uma prática pedagógica social que acontece fora dos muros das escolas e está centrada nos sujeitos que educam e são educados, aprendem e ensinam, trocam experiência e conhecimento, mutuamente.

Segundo Gohn (2010, p. 33), a educação não formal se constitui como:

(...) um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais.

O acompanhamento sistemático no cargo de coordenadora de projetos na FLD e, mais recentemente, como Assistente Social junto a essas organizações reforça o entendimento de que estudos sobre o protagonismo dessas mulheres e sua relação com a educação não formal precisam ser aprofundados. Ademais, dar visibilidade a suas trajetórias de luta é outro aspecto que se pretende contemplar a partir desta dissertação de Mestrado.

Sendo assim, buscamos discutir a educação não formal enquanto um processo social emancipatório, a partir da experiência junto ao público de catadoras de materiais recicláveis vinculadas ao MNCR, assim como discutir os limites e possibilidades do trabalho de profissionais do Serviço Social junto a organizações da sociedade civil. Segundo Gohn (2010, p. 63):

O poder local de uma comunidade e as possibilidades emancipatórias e civilizatórias de organizações, movimentos ou instituições não existem *a priori*, não são inatas ou constitutivas dos indivíduos ou instituições. Esses poderes têm que ser organizados, adensados em função de objetivos que respeitem as culturas e diversidades locais, que criem laços de pertencimento e identidade sociocultural e política.

Paulo Freire, pedagogo e filósofo brasileiro, de formação marxista, que, através da pedagogia crítica, assumiu um modo de ensino que considerasse a dimensão política, afirma:

Não há conscientização se, de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado, ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente no processo de luta. (FREIRE, 1980, p. 109-110)

Os movimentos sociais, como o MNCR, há muitos anos desenvolvem ações de educação não formal junto à sua base social, rompendo com essa engrenagem que sustenta um modo de vida, de produção e reprodução social alicerçada no capital e responsável pela desigualdade. Essas relações, que não são isentas de contradições, serão adensadas ao longo da dissertação

Tecemos ainda breves reflexões acerca das atividades de Assistentes Sociais junto aos movimentos sociais e entidades do terceiro setor enquanto espaços de trabalho atravessados por uma gama de contradições e possibilidades, exigindo dos profissionais um olhar para além do aparente, articulado com o projeto ético-político da categoria profissional. Segundo Iamamoto (2008, p. 144):

O trabalho profissional no rumo aludido requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo.

No campo de trabalho de Assistentes Sociais, a promoção e mediação de ações de educação não formal possibilitam uma efetiva relação entre teoria e prática, que, na verdade, são indissociáveis. A apreensão de conhecimentos e a troca de saberes, exercitando a reflexão teórica enquanto condição principal para o

desenvolvimento de uma prática efetivamente transformadora, são fundamentais, pois, segundo Vasquez (1977, p. 207):

Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação.

Nessa direção, o projeto ético-político que orienta o trabalho de Assistentes Sociais aponta para o fortalecimento de processos sociais emancipatórios, ou seja, aqueles que têm como centro o processo pedagógico de participação. Significa dizer que o primeiro compromisso profissional é com a população, desocultando conjuntamente as refrações da questão social, no intuito de contribuir para a redução das desigualdades e para o fortalecimento das resistências a partir de estratégias de enfrentamento.

Para além disso, o trabalho junto aos movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil organizada apresenta uma oportunidade de aproximação das necessidades das classes populares, sugerindo e atuando sobre novas demandas e, principalmente, aprendendo com pessoas que acumulam experiência na luta coletiva, essenciais para os processos de resistência.

Resta ainda pontuar que, conforme Marx (MARX, 1991), a emancipação humana não é possível nos marcos do modo de produção capitalista. Contudo, o pensador alemão ressalta que é possível a realização do que chamou de pequenas convulsões revolucionárias (Marx, 1993), ou seja, pequenas rupturas que contribuam com o avanço do modo e da condição de vida dos sujeitos envolvidos. Nessa direção, o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios é de fundamental importância. Segundo Prates (2016, p. 5), os processos sociais emancipatórios são:

[...] aqueles que conformam o processo pedagógico de participação e incluem iniciativas como mobilização, organização, conscientização, capacitação e gestão autônoma da vida e de processos que os sujeitos constroem e se inserem, mesmo que limitadas pelos contextos histórico-culturais e por condições de vida precárias.

Assim, uma gama de potencialidades se assentam na construção de novas relações que se baseiam na solidariedade de classe e nas possibilidades concretas

de transformação da realidade dos sujeitos, processo com o qual pretendemos contribuir ao problematizar de modo interconectado os temas abordados.

Buscamos também, conforme mencionado anteriormente, trabalhar a partir do recorte de gênero, considerando que as mulheres compõem um número expressivo em nossa sociedade e na base social do movimento mencionado e são cotidianamente afetadas pela cultura patriarcal, fortemente enraizada em nossa sociedade. Esse processo tem se explicitado de modo mais contundente e se intensificado a partir de discursos misóginos amplamente expressos e naturalizados, sem que haja qualquer estranhamento, por uma parte considerável da população, sustentados na condição física e biológica das mulheres.

As identidades das mulheres são perpassadas por construções sociais que as desafiam à superação constante de diferentes situações de desigualdade, “como uma categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que a engendram e que são engendradas” (MARTINELLI, 2007 p. 18). Por isso, a importância de refletir sobre uma abordagem pedagógica, popular, que contemple as particularidades de gênero.

A relação entre trabalho e gênero no espaço amplo da luta de classes e em um contexto de capitalismo periférico e dependente como o brasileiro é o que buscamos adensar ao longo da dissertação. É assim que o interesse em problematizar tal realidade surge com intensidade, de modo que se possa, através de questionamentos e da sistematização da análise de dados, instigar os potenciais geradores de transformações, mesmo que pequenos, viáveis no cotidiano dessas mulheres.

Nessa direção, tivemos como objetivo central do estudo analisar, por meio da trajetória de vida das catadoras, os processos sociais emancipatórios desencadeados através da educação não formal na garantia de direitos, bem como as contribuições do Serviço Social para esses processos, com vistas a dar-lhes visibilidade e potencializá-los.

Associado ao objetivo mais amplo, constituímos como objetivos específicos os que seguem: analisar a trajetória de vida das mulheres catadoras e suas sucessivas aproximações com os espaços de educação não formal; relacionar as experiências de educação não formal e os processos sociais emancipatórios vivenciados pelas catadoras; identificar se há acesso a direitos por meio da educação não formal e como o Serviço Social trabalha nessa perspectiva.

Para atingir os objetivos propostos, formulamos o seguinte problema de pesquisa: como a educação não formal pode contribuir para a politização, organização autogestionária e o acesso a direitos das mulheres catadoras vinculadas ao MNCR, no estado do Rio Grande do Sul?

Da mesma forma que os objetivos, o problema de pesquisa se desdobra nas seguintes questões norteadoras que nos auxiliam a cercá-lo: quem são as mulheres catadoras do Rio Grande do Sul e como a educação não formal atravessa suas trajetórias de vida; como a particularidade de gênero condiciona suas condições e relações de trabalho; qual a relação entre educação não formal e os processos de politização e organização social das catadoras no MNCR; qual a contribuição da educação não formal para a garantia de direitos e o papel do Serviço Social nesse processo; como se estabelece a relação entre educação não formal, processos sociais emancipatórios e Serviço Social; e como se caracterizam os processos de politização e autogestão em organizações e movimentos sociais de trabalho.

Os elementos aqui apontados orientaram as buscas realizadas nos documentos e registros em vídeos que dão visibilidade ao trabalho e às expressões das catadoras. Contudo, esses registros ainda não haviam passado por uma análise crítica e por mediações que os articulassem à fundamentação teórica. Essa pretende ser a contribuição da nossa dissertação: dar visibilidade à luta dessas mulheres, ao seu protagonismo conquistado, e à contribuição da educação não formal nesse processo, mediada e analisada pelas lentes do Serviço Social e de seu projeto ético-político.

Inicialmente, o Serviço Social compunha o título dessa dissertação; contudo, não houve tempo hábil para adensar o conjunto de dimensões que conformam o trabalho do Assistente Social. Mas buscamos em todos os capítulos destacar a contribuição dessa área no enfrentamento das refrações da questão e no trabalho direto com as catadoras.

As refrações da questão social expressam desigualdades, mas também resistências, e se originam da contradição entre capital e trabalho e de seus impactos na vida de homens e mulheres, da sociedade e do meio ambiente. No modo de produção capitalista, esse antagonismo atinge seu ápice.

No caso das catadoras, elas expressam as desigualdades do trabalho precário, da impossibilidade de acesso a muitas políticas, do lugar secundário ocupado na hierarquização do trabalho por sua condição de gênero, mesmo no espaço das

cooperativas; mas, como contraponto, apresentam avanços talhados na luta cotidiana, em termos de organização, consciência e vigor na busca por seus direitos, protagonizando suas histórias.

Conforme o concebe Nunes (2019), entendemos que o protagonismo:

(...) está diretamente associado a estes processos na medida em que protagonizar é ser autor, é conduzir com autonomia sua própria vida, sem coerção, manipulação ou dependência. Nesta perspectiva o protagonismo aparece como instrumento para a transformação de atores sociais em sujeitos de poder

A partir da análise desses processos, documentados em vídeos e relatórios e complementados por outras fontes documentais e mediações teóricas, tentamos explicar o percurso realizado pelas mulheres catadoras e suas percepções frente à sua própria profissão. Para tanto, para além das identificações quantitativas, enfatizamos aspectos qualitativos, uma vez que a experiência de trabalho na FLD mostra que as mulheres catadoras compreendem a maioria dos sujeitos produtivos nos espaços de cooperativas e associações. Esse processo inclui também o trabalho de Assistentes Sociais, e, nesse sentido, embora não seja o foco central da dissertação, aportamos algumas mediações para dar visibilidade à inserção dessas e desses profissionais no trabalho com essas mulheres. O caminho metodológico foi alicerçado pelos processos de investigação científica que compõem a pesquisa social, analisando a realidade de forma crítica, ou seja, considerando a interconexão entre os múltiplos aspectos que condicionam a vida de sujeitos e grupos e suas relações com as instituições sociais e a sociedade.

A opção por uma investigação compromissada com o seu tempo histórico e com o enfrentamento às desigualdades é tarefa fundamental do Serviço Social e um compromisso ético da pesquisadora, visto que apenas dessa forma, analisando os fenômenos em suas múltiplas determinações e refrações, será possível propor intervenções consistentes na realidade. (PRATES, 2006)

Além disso, o momento que atravessamos, de negacionismo científico frente a uma crise sanitária, impõe um processo de conhecimento amplo e fundamentado teoricamente, com vistas a diferenciar a análise do senso comum do efetivo conhecimento científico.

Para problematizar com profundidade as contribuições da educação não formal na vida das catadoras, umas das primeiras atividades realizadas pela pesquisadora

foi a da observação. Partimos, portanto, das mulheres catadoras, “em carne e osso em sua atividade prática”, como orienta Marx (1989 p. 63). E por não nos conformarmos em apenas ver a realidade, passamos a descrever a proposta metodológica do estudo através da escolha do método de investigação, do universo e da seleção dos sujeitos, das técnicas que foram utilizadas para coleta de dados, dos procedimentos para o tratamento dos dados e dos procedimentos éticos.

O método que fundamenta este estudo é o materialismo histórico e dialético e histórico acerca das contribuições da educação não formal e do Serviço Social para o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios na vida das mulheres catadoras do MNCR, da Região Central, Fronteira Oeste e Metropolitana do estado do Rio Grande do Sul. O trabalho, entendido como categoria central, tanto para o processo de humanização como para o processo de alienação, característico do modo de produção capitalista, será analisado a partir das suas refrações na vida das mulheres catadoras. Ressaltamos que esse referencial está na base do Projeto Ético-Político do Serviço Social e das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, que orientam a formação e a atuação nessa área. Conforme Frigotto (1991, p. 77), esse método “constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a estruturação dos fenômenos sociais”.

A pesquisa racional considera cada fenômeno no conjunto de suas relações com os demais fenômenos e, por conseguinte também no conjunto dos aspectos e manifestações daquela realidade de que ele é fenômeno, aparência ou aparecimento mais ou menos essencial. (LEFEBVRE, 1991, p. 238)

Segundo Gil (2008, p. 14), o método materialista histórico e dialético “fornece base para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.”. O método fornece as bases para que a pesquisa se direcione para desvendar a realidade social por meio de categorias que emanam do real, e a ele retornam aportando elementos que orientam os processos analíticos e interventivos, que visam à transformação desta realidade social (PRATES, 2016).

Dentre as categorias do método, este estudo destaca:

A totalidade, que contribuiu para compreender um dos principais movimentos que emergem da realidade analisada, o da articulação entre teoria e prática, entre o saber, o conhecimento e a técnica, o exercício, a ação, condicionados por múltiplas determinações;

A historicidade, que contribuiu para o reconhecimento da realidade, a partir de fatos que foram constituindo os sujeitos, as instituições, e o próprio contexto analisado, todos em processo de vir a ser;

A contradição, que se explicitou em todo o processo de superação empreendido pelas pessoas participantes, incluindo as transições e os contrários em luta ao longo do processo;

E a mediação, que viabilizou a articulação necessária entre os fenômenos para análise do real, do conjunto de manifestações que se inter-relacionavam.

Outras categorias do método foram incorporadas à pesquisa, como a reprodução e a alienação, pois, além da interdependência entre elas, entrelaçamento necessário para que se compreenda profundamente a realidade, o real aponta novos elementos que emanam do próprio processo de análise. Como categorias explicativas da realidade, foram consideradas: educação não formal, politização, resistência, emancipação, trabalho e gênero. Segundo Prates (2016):

As categorias não são tomadas de forma isolada, mas historicizadas e articuladas a outras, sejam do método ou explicativas da realidade, porque essa interconexão lhes altera o sentido original, razão pela qual a totalidade, não se reduz a uma mera junção dos fatos, mas se constitui em um todo articulado (PRATES, 2016, p. 118).

A pesquisa se caracterizou como um estudo do tipo misto, com o objetivo de articular diferentes tipos de dados, tendo em vista que o movimento empreendido pela sociedade se expressa de diferentes formas, em aspectos distintos. Contudo, enfatizamos a abordagem qualitativa, ou seja, trabalhamos a partir de um estudo explanatório sequencial, em razão da necessidade de apreensão de questões mais subjetivas que emergem da ação e que podem impactar positivamente ou negativamente nos sujeitos envolvidos e, conseqüentemente, no meio em que vivem. Segundo Minayo, o estudo com ênfase qualitativa contempla:

[...] um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos

processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1993, p. 21).

Ainda, segundo Minayo (1993), o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo, por se tratar de subjetividades, de realidades que permeiam outras vielas, em constante construção das teias, redes, de relações ricas de detalhes.

Para Martinelli (2015), a pesquisa quantitativa nos ajuda a dimensionar as questões com as quais trabalhamos, mas é insuficiente se pensarmos na dimensão do coletivo e em todas as especificidades e vulnerabilidades que se apresentam a partir da questão social. Além disso, Martinelli atenta para a riqueza de informações que está na visão, na opinião que a pessoa que pesquisa traz, e não apenas na leitura através das lentes da pesquisadora. Sendo assim, reforça alguns pressupostos significativos para o trabalho a partir da pesquisa qualitativa, como a importância de se conhecer a singularidade do sujeito, seu modo de vida e sua experiência social. Por fim, autores indicam que utilizar dados produzidos qualitativamente e quantitativamente torna a pesquisa mais coerente com o método marxiano de investigação, mesmo que se enfatize um dos modelos (PRATES, 2012).

Optamos pelo estudo de caso, tomando por base uma organização da sociedade civil, FLD, cuja apresentação será realizada no Capítulo 4. Conforme Triviños, esse é um tipo de estudo que privilegia a análise em profundidade de uma unidade (uma família, uma instituição, um movimento social, uma comunidade, um grupo determinado). A partir da definição de Bodgan, o estudo de caso realizado nesta dissertação pode ser caracterizado como tipo casos observacionais – observação participante, privilegiando aspectos de um grupo ou uma organização.

Para tanto, realizamos a análise de documentos institucionais, vídeos, *websites* e produções acerca da organização do terceiro setor e do movimento social, que versavam sobre os processos de educação não formal realizados com as catadoras, analisados com base no instrumento apresentado no Anexo A. A análise documental teve como base os registros da FLD, por conta do trabalho que essa instituição desenvolve junto ao público de catadoras do MNCR e ao grupo de lideranças catadoras, além dos vínculos já existentes da pesquisadora com a organização, o que favoreceu o acesso às fontes documentais e icônicas.

Segundo Prates e Prates (2009), a análise documental é realizada em documentos não produzidos por nós a partir de coleta direta, mas em legislações, prontuários institucionais, processos, romances, textos técnicos, orientações técnicas,

cartas, reportagens de jornais etc. Mais do que um levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, essencial a qualquer estudo, a análise documental objetiva o aprofundamento direcionado pelas questões de pesquisa para desocultar o conteúdo expresso e latente de documentos considerados relevantes para o estudo. A técnica mais utilizada para realizá-la é, sem dúvida, a análise de conteúdo. A bibliografia técnica pouco diferencia as duas abordagens; embora sejam complementares, não significam a mesma coisa. As análises documentais podem ser realizadas a partir de um roteiro – que, como qualquer outro instrumento, deve ser testado –, facilitando a sistematização dos dados para posterior verificação. Contudo, é possível realizá-las de modo livre, orientando-se apenas pelas questões norteadoras do estudo. Também analisamos registros de entrevistas já realizadas, que constam no banco de dados da FLD, extraindo informações para complementar os dados coletados de outras fontes. Esse processo foi orientado por um roteiro de análise que apresentamos em anexo (Anexo B). A partir da técnica de história de vida, analisamos a trajetória de uma catadora com perfil de liderança, articulando o seu depoimento que consta em arquivos institucionais da FLD à análise de vídeo que documenta sua história, além dos depoimentos de outras duas catadoras acerca do significado dessa liderança para o MNCR, também documentados.

A história de vida, segundo Marconi e Lakatos (1996), é uma técnica utilizada para obter informações relativas à experiência íntima dos sujeitos, razão pela qual é também chamada de documentos íntimos, pessoais ou humanos. Por meio dela, busca-se captar reações espontâneas do entrevistado sobre certos acontecimentos fundamentais da sua vida. O entrevistado relata a sua própria história, e o entrevistador, a partir de entrevistas, busca reconstituir a vida desse indivíduo, tentando evidenciar aquilo em que está mais interessado. Além das fontes orais, essa técnica pode ser complementada por diários, autobiografias, cartas pessoais e outros documentos que possam revelar a personalidade daqueles que o escreveram.

Em virtude da pandemia do coronavírus, decretada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, esta pesquisa necessitou de revisão metodológica da coleta de dados, visando à proteção dos participantes. Portanto, para além dos cuidados relacionados à crise sanitária e a não exposição das pessoas participantes, houve dificuldade de acesso das catadoras a ferramentas de comunicação *on-line*, o que tornou inviável a realização de novas entrevistas; porém, analisou-se os depoimentos que constam em arquivos institucionais, alguns inclusive publicados na

mídia. Portanto, ao invés do processo de coleta direta, realizou-se análise documental dos registros que expressam a fala dos sujeitos investigados, complementados por observações da pesquisadora, considerando não só a sua participação na produção desses registros, mas a longa experiência de trabalho junto a essas mulheres e lideranças. No que concerne aos aspectos éticos, a instituição que se constituiu como *locus* do estudo forneceu o aceite, que se encontra em anexo (Anexo C). Além dos cuidados relativos à ética no trato com a documentação analisada, a pesquisadora se comprometeu a realizar a devolução dos achados à instituição e às catadoras em particular.

O tratamento dos dados foi realizado a partir de análise estatística simples para dados quantitativos, cuja representação se deu através de descrição ou uso de gráficos e tabelas, e os dados qualitativos foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo com base em Bardin, que, segundo a autora, se caracteriza como:

Um conjunto de técnicas de análises de comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, p. 42, 1977).

Bardin (1977) sugere três etapas para a realização da análise: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados e a interpretação. A pré-análise é caracterizada pela fase de organização dos documentos, tendo como objetivo operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais. A exploração do material é a “operação classificatória que visa alcançar o núcleo de compreensão do texto” (Minayo p. 317, 2010), ou seja, consiste em um processo de reduzir o texto em palavras e expressões significativas, que na análise temática são indicados como relevantes. A última fase da análise de conteúdo é o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Nessa etapa, foram realizadas as proposições de inferências das pesquisadoras e das interpretações em consonância com os objetivos propostos, sob a luz do referencial teórico desenhado ao longo do estudo, que expõem as novas descobertas sugeridas pela leitura do material (BARDIN, 1977; MINAYO, 2010).

Foram também utilizadas as técnicas de análise documental e realizada a técnica de triangulação, conforme a definição de Triviños, uma vez que se contemplou no processo a análise de documentos e a análise do contexto social. A triangulação

também prevê a escuta dos sujeitos, o que não foi possível em razão da suspensão da coleta direta das entrevistas; contudo, entendemos que esse aspecto é garantido pelo aporte de suas expressões registradas nos vídeos e relatórios analisados. A técnica de triangulação articula estratégias diversas para obter a máxima amplitude da análise, compreensão e explicação dos fenômenos. Parte do pressuposto de que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social; logo, busca contemplar as raízes históricas, significados culturais e as múltiplas relações do fenômeno com a macrorrealidade (Triviños, 1995). No primeiro ângulo, contempla processos e produtos elaborados por pesquisadoras e pesquisadores com base na percepção dos sujeitos investigados (depoimentos, entrevistas, questionários, cartas pessoais, livros, obras de arte, técnicas alternativas de coleta). No segundo ângulo, abarca elementos produzidos pelo meio, como documentos institucionais (regimentos, históricos), instrumentos legais (decretos, pareceres, resoluções), documentos oficiais (orçamentos, planos etc.), fotografias e vídeos, com o intuito de documentar o meio. No terceiro ângulo, inclui processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social onde o sujeito está inserido (modo de produção, contexto, classes sociais). Os instrumentos podem ser variados, de acordo com o problema em estudo e as opções do pesquisador. As análises podem contemplar dados quantitativos e qualitativos.

Concluída a explicitação do processo investigativo realizado, passamos a apresentar os conteúdos que conformam cada capítulo da presente dissertação. O presente capítulo traz uma síntese sobre o tema em estudo, dados introdutórios que serão adensados ao longo da dissertação e o desenho metodológico da investigação realizada. É também neste capítulo introdutório que a implicação da pesquisadora é apresentada. Coerente com o método e com a filiação teórica do estudo, o envolvimento direto da pesquisadora com seu objeto de estudo constitui-se em elemento central para a constituição do texto e das análises desenvolvidas ao longo da dissertação.

No Capítulo 2, abordamos o movimento dialético e histórico empreendido pela sociedade capitalista e as relações de trabalho nesse contexto e resgatamos os processos produtivos que determinaram as questões socioambientais atuais, que tanto precedem quanto determinam o surgimento do trabalho de catadoras e catadores. Essa análise oferece os instrumentos necessários para a compreensão dos desafios postos pela contemporaneidade, para que o trabalho seja elemento

central na conscientização do trabalhador; de modo contrário, o movimento perverso do capitalismo revela um não lugar dos sujeitos na gestão de sua vida. São elementos fundamentais para entendermos o (não) lugar desses sujeitos enquanto trabalhadores.

O Capítulo 3 versa sobre a organização produtiva e social de catadoras e catadores de materiais recicláveis, o perfil dos sujeitos, a partir de dados de fontes oficiais e de um estudo realizado pela entidade do terceiro setor que os apoia, seguido das práticas pedagógicas a partir da educação não formal.

No Capítulo 4, apresentamos a FLD, *lócus* de nosso estudo, como um espaço diferenciado, que mantém uma relação horizontal com os movimentos sociais e privilegia um trabalho na perspectiva emancipatória, onde o protagonismo dos sujeitos, homens e mulheres, é fundamental. Configura-se, nesse sentido, como um espaço importante para a contribuição do trabalho de Assistentes Sociais, cujo projeto ético-político compactua com essa direção. Apresentamos o impacto das ações no âmbito da educação não formal na vida das mulheres catadoras a partir da realização do projeto Mulher Catadora é Mulher que Luta (desenvolvido pela FLD, em parceria com o MNCR), destacando suas falas, que são contraprova histórica desses processos registradas em documentos institucionais, cuja análise buscamos aprofundar.

Por fim, chegamos às considerações finais, onde tecemos algumas reflexões sobre o processo e retomamos, sob a forma de síntese, o percurso e o tema investigado que deu base à construção da presente dissertação.

## **2. TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA: MEDIAÇÕES COM A GLOBALIZAÇÃO, O CONSUMISMO E O MEIO AMBIENTE**

Conforme entende Marx (1989), em qualquer forma de sociedade, desde os primórdios, o homem necessita trabalhar. É através do trabalho que ele domina a natureza, transforma a matéria prima, ao mesmo tempo que se transforma nesse processo, criando ferramentas que facilitem o seu desenvolvimento, e se desenvolvendo enquanto ser social (Prates, 2020).

Conforme Prates (2020), o trabalho, categoria imprescindível ao processo de humanização, ontológico ao ser social, é a força essencial para a produção do valor, é a chama que põe em movimento a matéria, transformando a possibilidade planejada em resultado. Exatamente por ter essa potência, o trabalho é capturado no modo de produção capitalista e submetido a seus interesses particularistas, através de processos de alienação.

Para a autora, o trabalho na perspectiva marxiana tem um sentido ampliado e significa toda a forma de produção e expressão humana. O homem não só trabalha para transformar a natureza e atender as necessidades do estômago e da fantasia, mas desenvolve seu processo de humanização a partir do trabalho, transforma e se transforma ao produzir. Ressalta, citando Lefebvre (1989, p. 43), que o humano surge do inumano, inicialmente a ele misturado, para, em seguida, “distinguir-se, por meio de um conflito, e dominá-lo pela resolução deste conflito”. (Prates, 2019)

Apesar do seu duplo caráter, na sociedade capitalista, que o restringe a emprego, a categoria trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas. Determinado pelo processo histórico, o trabalho se modificou de forma paralela ao modo como o sistema capitalista se desenvolveu na sociedade, alterando, constantemente, a forma dos sujeitos se reconhecerem e se relacionarem. As transformações do sistema produtivo, acompanhadas de processos ideológicos a ele associados, condicionaram o modo de vida e o comportamento social em cada época, como parte integrante da produção de valor, impulsionando o processo de acumulação capitalista.

Na sociedade contemporânea, a centralidade do capital e a ideologia neoliberal acentuam a competitividade e o individualismo, incidindo sobre as relações de trabalho. Para Antunes (2005. p.37):

No que diz respeito ao mundo do trabalho, pode-se presenciar um conjunto de tendências que, em seus traços básicos, configuram um quadro crítico e que têm direções assemelhadas em diversas partes do mundo, onde vigora a lógica do capital. E a crítica às formas concretas da dessociabilização humana é condição para que se possa empreender também a crítica e a desfetichização das formas de representação hoje dominantes, do ideário que domina nossa sociedade contemporânea.

A globalização, com seu caráter contraditório, reflete o aprofundamento do sistema capitalista na sociedade. A acumulação do capital provoca não só o desaparecimento dos pequenos produtores, que não conseguem competir com as grandes corporações, como provoca o endividamento de trabalhadores, grupos, cidades e países, que dependem de empréstimos concedidos a juros vultosos daqueles que detêm o monopólio do capital. Por outro lado, cria necessidades fetichizadas exclusivamente para fins de consumo de bens programados para se deteriorar, gerando um processo de acumulação de coisas para atender a satisfação dessas necessidades criadas. O modo de vida sustentado pelo capital promove a privatização dos bens naturais: “o saque dos recursos naturais tem-se aprofundado e a biodiversidade tem cada vez mais pago o preço da reafirmação cotidiana da ganância e do lucro”. (SILVA 2010, p. 141)

A lógica do sistema produtivo de mercadorias privatiza a natureza, escraviza e precariza trabalhadoras e trabalhadores, gera uma camada considerável de pessoas descartáveis e transforma outras tantas em insaciáveis e alienadas compradoras e compradores de bens supérfluos, o que demonstra o processo destrutivo ao qual estamos sujeitos. Assim, buscamos aportar algumas reflexões sobre a categoria trabalho, os processos de trabalho no modo de produção capitalista e as principais formas de gestão do trabalho, bem como sua repercussão no conjunto da vida em sociedade, destacando particularmente meio ambiente e consumo, dois processos profundamente imbricados com o trabalho das catadoras, tema central da presente dissertação.

## 2.1. Trabalho, alienação e divisão sexual do trabalho

Inicialmente, é importante reconhecer, como ressalta Marx (2002, p. 22), que:

O primeiro pressuposto de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro ato histórico destes indivíduos, pelo qual se distinguem dos animais, não é o fato de pensar, mas o de produzir seus meios de vida.

Dito de outro modo, o primeiro ato histórico humano é prover a sua sobrevivência através do trabalho. A palavra trabalho vem de *tripalium*, nome dado a um instrumento de tortura romano utilizado para obrigar os escravos a trabalhar, ou seja, o trabalho tido como “atividade vital e escravidão” (ANTUNES, 2005, p.137). Porém, com o passar dos tempos e com a contribuição do pensamento cristão, o trabalho passa a ser concebido como um caminho para a salvação, como significado para a vida, e o ócio, como pecado e luxúria. Só a partir da Revolução Industrial que o trabalho se constituiu como algo que surge para dignificar o homem, passando também a ser o consumo e aquisição de bens as grandes finalidades da vida.

Assim como a expressão utilizada para definir a história social das atividades realizadas pelo homem, a categoria trabalho também toma sentido e se complexifica com o passar dos tempos e partir da análise de diferentes pensadores. Para Marx (2002, p. 211):

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

Ao analisar o processo do trabalho, a fim de que possamos compreendê-lo, voltamos a Marx (2002, p. 208), que define o mesmo como:

[...] é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária eterna do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.

Portanto, o processo de trabalho se caracteriza mediante a transformação de bens naturais, por meio da força humana, em objetos de valor social, ou, na expressão marxiana, valor de uso, demonstrando a clara capacidade do homem de atribuir a racionalidade na ação que empreende, do caráter teleológico do trabalho, diferenciando-o dos animais. O surgimento do modo de produção capitalista reduz o trabalho à mercadoria, cuja finalidade é a geração de mais-valor e não mais processo que atende a necessidades humanas. Como o definiu Marx (2002, p.208):

O processo de trabalho [...] é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária eterna do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.

Na antiguidade, a agricultura constituía-se como principal atividade econômica, e o comércio era feito à base de trocas, o chamado escambo. O trabalho manual era exclusivo dos escravos, o escravismo constituído como um modo de exploração econômica que sustentava as elites daquela época, o poder enquanto padrão das relações, “a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros” (QUIJANO, 2005, p. 227). Assim também as mulheres, como os escravos, eram tidas como propriedade de alguém, e a sua estrutura biológica, sua vida, dedicadas à procriação, à manutenção social.

O trabalho, como já vimos anteriormente ao tratar da sua etimologia, era considerado uma atividade subalterna, degradante para os homens livres. Já na idade média, o trabalho escravo foi tomando outras formas, sendo substituído pela servidão, onde o senhor feudal (suserano) cedia uma parte de suas terras ao trabalhador (vassalo) que nelas trabalhava. Dela, o vassalo retirava os alimentos para seu sustento e, em troca, pagava uma taxa ao senhor. Nesse período, a produção e distribuição de determinados produtos eram organizadas por associações, ou seja, a reunião de diferentes trabalhadores do mesmo ramo, como sapateiros, ferreiros, alfaiates. Dessa forma, obtendo cada vez mais lucro, geraram um acúmulo de capital, vindo a se tornar a nova classe social, a burguesia, que conhecemos e que prevalece até os dias atuais. Na época, a burguesia “se vê inteiramente legitimada perante a realeza e a nobreza e, mais do que isso, surge como superior a elas, uma vez que o

burguês acredita que é proprietário graças ao seu próprio trabalho, enquanto reis e nobres são parasitas da sociedade” (CHAUÍ, 2000, p. 520).

Com o avanço do setor agrícola, por meio da irrigação com moinho hidráulico, e a amarra dos bois nas carroças, possibilitando viagens com maior carga e o aumento da produção, o feudalismo entra em decadência por volta do século XIV e XV, e se inicia um período de transição do mundo medieval feudal para o período pré-capitalista, a partir do século XVI até o século XIX. Nesse período, o capitalismo comercial desenvolveu-se mundialmente por meios das descobertas marítimas, com o trabalho escravo tornando-se novamente comum, principalmente nas colônias, conforme Chauí (2000, p. 368):

Os historiadores brasileiros mostram que, por razões econômicas, a elite dominante do século XIX considerou mais lucrativo realizar a abolição da escravatura e substituir os escravos africanos pelos imigrantes europeus. Essa decisão fez com que o mercado de trabalho fosse ocupado pelos trabalhadores brancos imigrantes e que a maioria dos escravos libertados ficasse no desemprego, sem habitação, sem alimentação e sem qualquer direito social, econômico e político.

A partir do século XVI até o início do século XVIII, o capitalismo comercial marcou o modo da época, cujo principal objetivo era o enriquecimento e o acúmulo de capital por meio do lucro, o uso de mão-de-obra assalariada, a moeda substituindo o sistema de trocas, o fortalecimento do poder da burguesia e das desigualdades sociais.

Já no século XVIII em diante, com a Revolução Industrial Inglesa, a Europa passa por uma mudança significativa no seu sistema de produção, fortalecendo o sistema capitalista e solidificando suas raízes no continente europeu e em outras regiões do mundo, colocando máquinas para fazerem o trabalho que antes era realizado pelos artesãos. A produção acontecia com mais rapidez e os donos das fábricas aumentavam sua margem de lucro, pagando um salário baixo pela mão de obra dos operários. Rapidamente, as indústrias, utilizando máquinas a vapor, espalharam-se por toda a Europa, gerando desemprego, baixos salários, péssimas condições de trabalho, acidentes de trabalho e poluição do ar e rios.

Expandindo-se no século XIX para outros países, esse modo de produção eliminou a escravidão, substituindo a força de trabalho por trabalhadores assalariados, os proletários, desobrigando-se, desse modo, da manutenção da própria existência dos explorados. O proletariado foi o conceito usado para definir a classe dos

trabalhadores que, não dispondo dos meios de produção, precisavam vender sua força de trabalho aos donos do capital a fim de sobreviver, diferenciando-se do simples trabalhador que podia trocar os produtos de seu trabalho.

Mas a captura da força de trabalho para garantir a geração de maior lucro para o capitalista precisava separar-se do trabalhador através de processos de expropriação e estranhamento; logo, o trabalho coletivo é submetido a um processo de abstração e de alienação. A abstração reduz todas as qualidades a um *quantum* denominado por Marx de tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias e a alienação no trabalho, conceito que se refere à perda, pelo trabalhador, do direito à propriedade do seu trabalho, do acesso a seu produto, do modo de produzir e da relação que estabelece com os demais trabalhadores – processos desvendados na obra *O capital* (1989).

O processo de alienação está diretamente relacionado à captura da subjetividade desses operários, cuja única preocupação é a sobrevivência, sua e de sua família, ficando alheios ao objeto de trabalho e ao processo de desigualdade ao qual estão submetidos, “como se a vida individual realmente houvesse sido afogada no processo vital da espécie, e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar (...) num tipo funcional de conduta entorpecida e tranquilizada” (ARENDRT. 2003, p. 335).

É nesse período também que surge o trabalho das mulheres e crianças no ambiente fabril, duramente criticados por Marx na mesma obra. Enquanto a família burguesa era, de modo hipócrita, enaltecida, as famílias dos trabalhadores seriam as servas do capital. Consideradas mão de obra barata se comparadas aos homens, as mulheres deixavam os afazeres domésticos e o espaço privado – ao qual culturalmente foram destinadas a ocupar e onde contribuía com o capital por meio da manutenção do lar, da reprodução da própria classe trabalhadora e no trabalho manual de costuras e consertos de roupas – para substituir os homens no trabalho dentro das fábricas. Aqui evidenciam-se os primeiros sinais das desigualdades geradas pela divisão sexual do trabalho na vida das mulheres e também a exploração da força de trabalho a partir intensificação das jornadas de até 18 horas, levando muitas mulheres ao adoecimento e até mesmo à morte.

A divisão sexual do trabalho é, assim, reflexo de uma diferenciação biológica de capacidades, alicerçada em uma construção histórica da desigualdade entre homens e mulheres, conforme apresenta a psicanalista Mitchell (2006, p. 209) em sua

análise sobre a situação das mulheres, a partir da crítica de diferentes pensadores do socialismo:

Anatomicamente menores e mais fracos, a fisiologia e o metabolismo psicobiológico da mulher parecem fazer dela um membro menos útil de uma força de trabalho. Sublinha-se sempre como particularmente nas primeiras fases do desenvolvimento social, a superioridade física do homem deu-lhes os meios de conquistar a natureza, o que foi negado à mulher. Uma vez adaptada as mulheres às tarefas domésticas envolvidas na manutenção, enquanto o homem empreendia a conquista e a criação, tornou-se ela um aspecto das coisas preservadas: a propriedade privada e as crianças.

Na virada do século XIX para o século XX, o modo de produção capitalista estava sustentado nos processos de trabalho conhecidos como taylorismo e fordismo. No taylorismo, as atividades eram simples e repetitivas, havia a divisão técnica do trabalho e os funcionários deveriam apenas exercer suas funções, sem necessidade de conhecimento das formas de produção essenciais para o resultado final do produto. O conhecimento do todo no processo de trabalho era de responsabilidade do gerente, que também fiscalizava o tempo de realização de cada função. Dessa forma, o processo de trabalho era hierarquizado, separando o trabalhador manual do intelectual, dividindo aqueles/as funcionários/as que eram pagos para planejar e monitorar daqueles/as que eram pagos para executar as ações.

No fordismo, por sua vez, aperfeiçoou-se o método taylorista de produção. Foi mantida a divisão do trabalho, mas agora por especialidades, ou seja, o trabalhador adquiria conhecimento para atuar em uma única frente de produção dentro da fábrica e repetia a mesma atividade durante toda a jornada de trabalho. O fordismo introduziu as linhas de montagem no processo produtivo através das esteiras; com isso, as máquinas ditavam o ritmo do trabalho. Tanto o modelo taylorista quanto o fordista estenderam-se até metade do século XX, tendo como objetivos a ampliação da produção em um menor espaço de tempo, lucrando através da exploração da força de trabalho dos operários.

Em meados dos anos 1970, o modelo de produção taylorista/fordista entra em declínio, momento de mais uma crise do sistema capitalista. É importante salientar que:

O capitalismo historicamente tem produzido crises sistemáticas. Marx, na obra *O capital* (1883), conclui que a principal fonte das reiteradas crises do capitalismo advém de seu próprio funcionamento. Na verdade, as crises explicitam as refrações sistemáticas e inevitáveis do aprofundamento das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção e o processo de distribuição capitalistas, que acabam por

evidenciar os limites de sua produção, descortinando, desocultando seu caráter transitório, porque histórico. (PRATES, p. 9, 2020)

Como elementos da crise em análise, destacam-se a estagnação tecnológica, a diminuição da produtividade e a queda na taxa de lucro das empresas. Como alternativa, no Japão surge um novo modelo de produção, em um período conhecido como de reestruturação produtiva: o toyotismo, “uma resposta do capital à crise estrutural deste próprio capital” (Antunes, 2001, p. 38). O toyotismo tem como características a produção flexível, ou seja, a flexibilidade nos contratos de trabalho por meio da terceirização, e a descentralização da produção, com peças sendo produzidas em diferentes países, de preferência países tidos, naquela época, como subdesenvolvidos ou em pleno desenvolvimento, o que possibilitava a busca por matéria prima a baixo custo, além da força de trabalho barata e liberação de operação através de legislações ambientais pouco rígidas.

Esse modelo apresenta também a busca e promoção de trabalhadores polivalentes, qualificados o suficiente para produzir a partir de qualquer função dentro da fábrica, e envolve os trabalhadores no projeto político da empresa, gerando uma falsa ideia de autonomia e liberdade de produção. Cabe aqui destacar um importante fator que vem corroborando o processo de acumulação do capital e que irá revolucionar o trabalho com impactos substantivos na vida da sociedade: o avanço tecnológico, a chamada terceira revolução industrial, iniciada no período de produção toyotista por meio da utilização de novas máquinas, da robótica, de sistemas de informática e *internet* no ambiente fabril. Antunes adverte que (2001, p. 69):

Se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida de seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista o trabalho se torna assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado. Aquilo que era uma finalidade básica do ser social – a busca de sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho – transfigura-se e se transforma. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência e a forma de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria espacial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital.

Paralelo a esse novo modelo de produção emerge o neoliberalismo, uma doutrina com um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende um Estado mínimo para o social e máximo para o atendimento das necessidades do capital, em detrimento das necessidades dos trabalhadores. Marx já destacava a perversidade desse processo nos Manuscritos de Paris, ao afirmar que:

Se não tenho dinheiro para viajar, não tenho necessidade – nenhuma necessidade real e que se autorrealize – de viajar. Se tenho vocação para estudar, mas sem dinheiro para isso, então não tenho vocação para estudar, isto é uma vocação efetiva, genuína. Reciprocamente, se não tenho verdadeira vocação para estudar mas tenho a vontade e o dinheiro para isso, então tenho vocação autêntica – o dinheiro constitui o meio externo, universal e o poder – não derivado do homem enquanto homem e nem da sociedade humana enquanto sociedade – para mudar a representação em realidade e a realidade em mera representação. (MARX, manuscritos, 207)

Os países dependentes e periféricos foram impactados, ao longo do século XX, com os resultados de uma política neoliberal, que acentuou significativamente as desigualdades sociais que já tinham raízes históricas na América Latina, em razão dos longos períodos de colonização e escravidão.

O projeto político neoliberal e a reestruturação produtiva caminham na mesma direção; são duas estratégias empreendidas pelo capital que vêm causando desemprego em massa e desproteção social, baixos salários, desmonte dos direitos dos trabalhadores, aumento das diferenças sociais, enxugamento das responsabilidades do Estado para com a população e ampliação da dependência dos países periféricos em relação ao capital internacional.

Conforme Pires e Reis (1999, p. 32):

O neoliberalismo é a retomada de alguns princípios do capitalismo liberal do século XIX. É a reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar (Anderson, 1995) que se instalou em alguns países no pós-guerra, influenciado pela Revolução Soviética em 1917. É a busca de uma política econômica que vigore sem qualquer limitação dos mecanismos do mercado. Friedrich Hayek foi seu principal pensador, com *O Caminho da Servidão*, publicado pela primeira vez em 1944. Hayek (1990) coloca-se veementemente contra o Estado Previdenciário, argumentando que este tipo de organização da sociedade abate a iniciativa individual que produz a riqueza, da qual toda sociedade se beneficia a médio e a longo prazo. Neste sentido, a desigualdade social é um valor positivo para gerar e manter o desenvolvimento econômico.

Mas é na passagem do século XX para o século XXI que acontecem mudanças ainda mais significativas em relação aos processos de trabalho e às relações entre homens e mulheres no ambiente produtivo. É nesse século que se constata a vigência mais acentuada das relações de trabalho com tendências flexíveis, maleáveis, marcadas pela precariedade dos vínculos empregatícios e da redução dos direitos sociais. O trabalho, as contratações e a remuneração flexíveis, ou seja, da gestão do tempo como forma de extrair as capacidades, a terceirização e o aumento da

informalidade por meio da subcontratação, o pagamento por hora, por produto apresentado, além da captura da autoestima, da subjetividade constituindo um processo de conformação do sujeito humano, caracterizam essa época. Conforme Antunes (2001, p. 69):

O trabalhador é instigado a se autocontrolar, a autorrecriminar-se e, até mesmo, autopunir-se quando a produção não atinge a meta desejada (chegando até mesmo, em situações extremas como o desemprego e o fechamento de empresas, ao suicídio a partir do fracasso no trabalho.

Ainda, segundo Antunes (2001), o capital cria um “ideário de mundo” como forma de manipulação dos trabalhadores, envolvendo-os enquanto agentes “colaboradores”, em uma ilusão do servir, controlando qualquer tipo de movimento de resistência.

Outro ponto importante a ser destacado, dentro da perspectiva deste estudo, que Antunes chamada de a (nova) divisão sexual do trabalho, diz respeito à feminização dos espaços de trabalho, com as mulheres preenchendo um percentual significativo desses ambientes produtivos e sua mão de obra sendo absorvida de forma intensa pelo capital, tanto por suas habilidades, quanto pela sua característica no desenvolvimento de multiatividades. Porém, a desigualdade salarial entre homens e mulheres permanece até os dias atuais, independentemente da crescente expansão do trabalho feminino, ficando evidente que a divisão sexual do trabalho, nesse período, justifica-se pelo processo de cultura patriarcal instaurado em nossa sociedade e não mais por uma condição biológica da mulher. Portanto, podemos constatar que:

Essa dimensão dúplice e mesmo contraditória presente no mundo do trabalho que cria, mas também subordina, humaniza e degrada, libera e escraviza, emancipa e aliena, mantém o trabalho humano como questão nodal em nossa vida. E, neste conturbado limiar do século XXI, um desafio crucial é dar sentido ao trabalho, tornando também a vida fora dele dotada de sentido (ANTUNES, 2005, p. 12).

A partir dessas breves reflexões buscamos evidenciar que o trabalho tido como meio para a manutenção da espécie humana rapidamente se efetiva na sociedade do capital como forma de atender a uma lógica lucrativa, que desconsidera as consequências destrutivas no que se refere às relações humanas, tornando o trabalho ontológico, livre e elemento do desenvolvimento humano em mais uma mercadoria,

alienando os sujeitos que participam dos processos produtivos e gerando enormes desigualdades. Marx já advertia sobre essa questão ao tratar da Lei Geral de Acumulação Capitalista, na obra *O capital*. Diz Marx:

A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa de superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho e ainda quanto maior essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (1989, 747)

E complementa, afirmando que:

“Esta lei se transmuta na seguinte: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital”. (1989, 748)

Tais desigualdades tornam-se ainda mais expressivas quando observamos as relações de gênero, que durante a pandemia da covid-19 foram ainda mais agravadas.

Prates (2020), referindo-se ao impacto da pandemia em relação às mulheres, destaca que os dados do IBGE relativos a junho de 2020 mostram que 18,3% de mulheres estavam afastadas de suas atividades, provavelmente sem qualquer tipo de salário. Ao mesmo tempo, o percentual relativo à população masculina foi de 11,1%. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) covid-19, quase metade (48,4%) dos 11,8 milhões de trabalhadoras e trabalhadores no período da pandemia ficaram sem receber salário nenhum. Segundo o mesmo estudo, no Brasil há 1 milhão de famílias que são chefiadas por mulheres sozinhas, e cerca de 6 milhões de famílias receberam o auxílio emergencial de R\$ 1.200,00, demonstrando as condições precárias vivenciadas por muitas famílias brasileiras, algumas chefiadas por mulheres sozinhas e outras que necessitam contar com o trabalho da mulher muitas vezes em duplas ou triplas jornadas. Elas representam 65% dos trabalhadores da área da saúde no Brasil, e, portanto, durante a pandemia, estão mais expostas ao contágio pela covid-19.

Conforme Prates (2020, p. 4):

No trabalho remoto as mulheres também são maioria (17,5%) em relação aos homens (9,7%), A gestão de múltiplas obrigações e trabalho ininterrupto, no

cuidado da casa, das crianças, dos idosos, das entregas, da limpeza, realizadas ao mesmo tempo, faz com que as mulheres sofram mais situações de estresse do que os homens. Soma-se a isso ainda o fato de que a violência doméstica cresceu 40% em abril de 2020, se comparada ao mesmo período em 2019.

Os dados apresentados pelo IBGE mostram as condições diferenciadas de trabalho das mulheres de um modo geral, o que não difere no caso das catadoras. Elas são mais expostas, acumulam mais tarefas, responsabilizam-se pelos cuidados, sofrem mais violências, portanto, vivenciam mais fatores estressores, e nem sempre têm seu trabalho reconhecido e valorizado. Portanto, problematizar as questões de gênero que perpassam o mundo do trabalho nos mais diversos âmbitos é fundamental a uma perspectiva emancipatória como a que orienta o Serviço Social.

Dando prosseguimento, abordaremos o processo de globalização, o consumismo e as questões relacionadas ao meio ambiente, elementos fundamentais para problematizar o trabalho das catadoras.

## **2.2. Mediações sobre globalização e consumismo**

As atuais metáforas da globalização, segundo Ianni (1997), apregoam o fim do Estado, o fim da geografia, o fim da história, a mundialização da economia, um mercado único e a criação de uma aldeia global. Contudo, é importante reconhecer que o capitalismo sempre foi internacional. Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista e em outras obras, já destacavam que o movimento de expansão é uma tendência inerente ao capitalismo, ou seja, é uma característica desse modo de produção. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países.

O processo de globalização teve seu início marcado pelas expansões comerciais ultramarinas, a era das navegações, porém é apenas em meados do século XX que se estabelece enquanto processo de integração entre os países e pessoas do mundo todo.

Com o intuito de melhorar o seu desempenho econômico frente a um mercado interno saturado, em meados dos anos 1970 algumas empresas multinacionais procuraram conquistar novos mercados consumidores, principalmente nos países considerados subdesenvolvidos. Através do projeto neoliberal e com avanço

tecnológico, o movimento de globalização toma força, tido como um processo de mundialização das finanças, do capital, dos mercados e das empresas. Esse processo instaurou um período de consumo desenfreado em âmbito mundial, com livre circulação de mercadorias e predomínio dos detentores do poder econômico em detrimento do humano e social, processo esse já decifrado por Marx (1980, p. 12), quando afirma que:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional.

A indústria nacional, nesse período, entra em declínio, com a demanda sendo absorvida pelo mercado internacional. Novamente, surgem mudanças nos processos produtivos e na identidade individual junto aos espaços de trabalho, principalmente por conta do advento da tecnologia. Essas transformações dizem respeito à destruição da criatividade dos sujeitos produtivos, da ampliação dos níveis de exploração de suas capacidades, criando um novo tipo de perfil de trabalhador que se constitui na sociedade a partir de novas necessidades e desejos, transformando as relações e acelerando o compasso da vida. A indústria troca a mão de obra de trabalhadoras e trabalhadores pela tecnologia de máquinas “inteligentes”, como o computador, substituindo operárias e operários que antes realizavam suas funções no interior das fábricas por meio de suas forças. Como consequência, ao invés de reduzir a jornada de trabalho em função dos avanços do desenvolvimento tecnológico, produz um exército de sobrantes e exige, das trabalhadoras e trabalhadores que permanecem, maior qualificação profissional. Esse novo contexto de gestão do trabalho se manifesta por meio de métodos que buscam otimizar tempo, espaço, energia, matéria e trabalho vivo, proporcionando o aumento da produtividade.

A crescente oferta de produtos, créditos, serviços e as facilidades de acesso a bens de consumo fortaleceram o sistema capitalista, impactando de modo nefasto na vida de todas e todos, nas relações sociais e no meio ambiente. Consumidoras e consumidores, seduzidos, passam então a constituir suas relações sociais e a definir seus valores morais, éticos e estéticos a partir de suas escolhas materiais, priorizando

o ter sobre o ser, a partir de uma falsa sensação de bem-estar. Chegamos ao absurdo de limitar a concepção de cidadania ao ato de consumir.

Esse processo foi definido por Marx em sua obra *O capital* como o fetichismo da mercadoria. Diz Marx nos *Manuscritos de Paris* (p. 197):

A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e parciais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando por, numa palavra, é utilizado. Assim todos os sentidos físicos e intelectuais foram substituídos pela simples alienação de todos os sentidos, pelo sentido do ter.

O fetichismo define que os bens de consumo despertam uma sensação ilusória, quando o objeto ganha um valor maior que o trabalho empreendido pelo sujeito, por trabalhadoras e trabalhadores, processo conhecido por coisificação ou reificação; ou seja, há uma inversão de valor, de sujeito x objeto para objeto x sujeito. O fetichismo da mercadoria consiste, então, em um processo no qual o caráter social empregado na sua produção acaba sendo ocultado, e esse objeto torna-se um elemento de adoração. Conforme Marx (2002, p.17), o conceito é tão complexo que ele compara o encantamento do homem pelo produto à devoção religiosa:

Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos.

Com o crescimento do mercado de procura e oferta, as pessoas buscam cada vez mais adquirir bens e aumentar seu poder aquisitivo, em uma tentativa inconsciente de se enquadrar à orientação do mercado capitalista, sem perceber que, na maioria das vezes, aquele produto adquirido não será necessário para a manutenção de sua vida. Como bem expressa Marx nos *Manuscritos de Paris* (p. 208):

O excesso e a imoderação tornam-se a sua verdadeira medida. É o que se manifesta no plano subjetivo, em parte porque a expansão dos produtos e das necessidades se transforma em subserviência engenhosa e sempre calculadora aos apetites inumanos (...) A propriedade privada não sabe transformar a necessidade humana bruta em necessidade humana, o seu idealismo é a fantasia, o capricho, a extravagância.

Esse conceito se mostra cada vez mais presente na sociedade contemporânea, contribuindo para a manutenção das relações de exploração de recursos humanos e

naturais e para o aumento da desigualdade social: “O predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças” (IAMAMOTO, 2008, p.125). O processo de encantamento da consumidora e do consumidor, da escravidão da mente frente ao consumo, invisibiliza sujeitos explorados junto aos espaços produtivos de bens para a satisfação humana. Exemplo disso são os produtos adquiridos ao redor do mundo sem que haja uma reflexão de que, em alguns casos, são feitos por pessoas em situação de quase ou total escravidão, forçadas a uma rotina exaustiva e degradante de trabalho diário.

É importante esclarecer que, como bem explicitou Marx, qualquer trabalho pressupõe consumo, mas, diferente do consumismo, trata-se de um consumo produtivo – ou, nas palavras de Marx:

O trabalho gasta seus elementos materiais, seu objeto e seus meios, os consome, é um processo de consumo. Trata-se de consumo produtivo que se distingue de consumo individual. (...) Quando seus meios (instrumental) e seu objeto (matérias primas etc.) já são produtos, o trabalho consome produtos para criar produtos ou utiliza-se de produtos para criar produtos”. (O capital p. 208)

É fundamental o reconhecimento do trabalho como um processo permeado pela contradição, o desenvolvimento dos sujeitos integrais e a sua degradação nas sociedades de classe como opostos em luta, que se agudiza na sociedade capitalista. Na mesma direção, é preciso reconhecer o caráter contraditório do processo de globalização, que possibilita um intercâmbio mundial em termos científicos, econômicos e das relações sociais, principalmente por conta das redes informacionais, mas que, por outro, lado exclui um número significativo de pessoas do mercado de trabalho e do acesso a bens de consumo, além dos níveis diferenciados de possibilidade de conexão, o que expressa mais uma faceta da desigualdade. Esse fenômeno se justifica pela falta de desenvolvimento tecnológico, de qualificação e do acesso restrito a recursos econômicos. Contudo, outros elementos também são determinantes, pois o trabalho no modo de produção capitalista, como bem adverte Marx (manuscritos, p. 161), “produz maravilhas para os ricos, mas produz a privação para o trabalhador. Produz palácios, mas casebres para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador”.

Na mesma direção, Pires e Reis (1999, p. 33) mostram a perversidade da globalização. Afirmam os autores que:

A globalização da economia, sob o neoliberalismo, atualmente produz o terror pela ameaça do desemprego para os ainda empregados, e a crescente exclusão econômica e social da maioria da população. A desigualdade social é cada vez maior e fica ainda mais evidente quando identificamos a efetiva participação dos países no processo de globalização da economia. Touraine (1995) apresenta dados para explicitar esta situação: 20% da população dos países ricos ficam fora do processo, 50% na América Latina e 80% na África. Desemprego, desigualdade, exclusão social e exploração compõem o cenário sócio-político atual.

No Brasil, por exemplo, no período em que o processo de globalização se instaura, a educação de nível superior estava ao alcance somente de uma pequena parcela da sociedade detentora do capital, ao mesmo tempo que a outra parcela, pertencente à classe trabalhadora, sofria com o desemprego e a ocupação de espaços de trabalho precarizados. Segundo Yamamoto (2008, p. 118):

A mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho. Esse cenário avesso aos direitos nos interpela. Atesta, contraditoriamente, a urgência do seu debate e de lutas em sua defesa, em uma época que descentralizou a cidadania ao associá-la ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias.

A partir desse contexto de desemprego, das relações de trabalho precarizadas, de consumo desenfreado e da abertura do mercado internacional, bem como do livre comércio e da privatização de estatais, sustentados no projeto político do Estado mínimo, diferentes movimentos antiglobalização se instauram no cenário mundial, como forma de resistência ao progresso que atinge de forma desigual a toda sociedade e ao meio ambiente. Esses movimentos denunciam “a apropriação dos recursos naturais e sua conversão em mercadoria, assim como a exploração do trabalho humano com idênticos fins”. (SILVA, 2010 p. 27)

Em meio a esse cenário de consumo e descarte de bens, surge com intensidade o trabalho de catadoras e catadores de materiais recicláveis, enquanto sujeitos em situação de desemprego, excluídos por conta de uma construção social histórica de desigualdades.

Paralelo ao surgimento de catadoras e catadores, organizações e movimentos ambientais despontam, reivindicando os direitos da natureza, na preocupação da

utilização dos recursos naturais para o desenvolvimento de novos produtos, absorção descontrolada dos ecossistemas para a satisfação humana, para o desejo material. Catadoras e catadores se inserem, com seu trabalho, no ciclo da cadeia produtiva da reciclagem, que está diretamente vinculada à relação capital e trabalho – “quanto mais beneficia os capitais, mais destrói ou precariza os homens e as mulheres que vivem do trabalho” (ANTUNES, 2001, p. 39). Assim, se faz urgente a construção de um novo padrão de produção de consumo, onde se coloque a vida acima do capital. José Mujica, ex-presidente do Uruguai, líder político e social contemporâneo, reflete:

A cultura do capital não pode nos dar felicidade, porque nos ocupa totalmente, na ânsia de acumular e de crescer, não nos deixando tempo de vida para simplesmente viver, celebrar a convivência com outros e nos sentir inseridos na natureza. Essa cultura é anti-vida e anti-natureza, devastada pela voracidade produtivista e consumista. (MUJICA, 2015)

Os hábitos impostos ao longo dos anos pela cultura do capital aprisionam os sujeitos que vivem na lógica da acumulação de bens materiais, constroem relações desiguais, opõem pessoas em situações econômicas diferentes, contribuindo para a discriminação entre os sujeitos e a destruição da natureza. Conforme Antunes (2001, p. 38):

Duas manifestações são mais virulentas e graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destroem o meio ambiente.

Olhando pelo viés econômico, ainda muitas pessoas, sem perceber, se enredam na teia do capitalismo e consideram que “ter” é o combustível, o meio para se definir como alguém de sucesso na sociedade e, mais tristemente ainda, para aceitar alguém como “apropriado” para viver em seu convívio ou mesmo para obter o seu respeito. O cotidiano, a correria e principalmente as necessidades de sobrevivência, para nos manter biologicamente, fazem com que sentimentos e práticas fundamentais da vida em sociedade, como a solidariedade, a cooperação, o respeito, sejam secundarizadas. Amamos e deixamos de amar, ao mesmo tempo que criamos vínculos deixamos que se desfaçam, que se percam, sem que isso gere qualquer reflexão ou mesmo dor.

Esse embrutecimento é uma característica do tempo presente, marcado pelo processo de globalização e sobretrabalho. Seu caráter contraditório evidencia-se: ao mesmo tempo que nos aproxima de novos conhecimentos e das pessoas através da facilidade das comunicações, também faz com que nossa apropriação seja superficial, e, em relação às pessoas, nos afastemos delas, ao permitimos que a divisão social do trabalho, criada pelo capitalismo, nos coloque em espaços diferentes, mais ou menos privilegiados, valorize mais essa ou aquela profissão, instigue a concorrência com nossos pares.

As relações desiguais em âmbito mundial acentuaram os endividamentos que hoje corroem os orçamentos dos países dependentes para o pagamento de dívidas vultosas, restringindo o direcionamento de recursos para o atendimento de políticas fundamentais, como saúde, trabalho, educação e assistência social, penalizando especialmente a classe trabalhadora. A transferência de valor advindo do trabalho dos países dependentes para os imperialistas também é um processo que se amplia a partir da globalização. As pressões impostas pelo capital aos países periféricos exigem o barateamento do trabalho, o desmonte dos direitos e das organizações dos trabalhadores, o que fica evidente no Brasil desde as reformas trabalhistas implementadas no governo de Temer e aprofundadas por Bolsonaro.

Sendo assim, podemos considerar que a globalização acirrou a precarização das relações sociais, de trabalho, e ampliou a degradação ambiental em favor do capital, conforme veremos a seguir.

### **2.3. Mediações com a questão ambiental**

Não podemos negar que os avanços conquistados ao longo dos anos foram importantes do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico e em relação às possibilidades que surgiram, principalmente no que diz respeito à medicina, com equipamentos avançados para o diagnóstico de doenças, no acesso à informação, na democratização do conhecimento facilitada pela conectividade. Entretanto, a tecnologia empregada na produção de diferentes bens de consumo demandou constantemente a mobilização de recursos naturais e ampliou a utilização desses

bens naturais na medida que o consumo aumentava, exigindo uma produção em massa, de larga escala. Conforme Chauí (2000, p. 324):

A ciência moderna nasce vinculada à ideia de intervir na natureza, de conhecê-la para apropriar-se dela, para controlá-la e dominá-la. A ciência não é apenas contemplação da verdade, mas é sobretudo o exercício do poderio humano sobre a Natureza. Numa sociedade em que o capitalismo está surgindo e, para acumular o capital, deve ampliar a capacidade do trabalho humano para modificar e explorar a Natureza, a nova ciência será inseparável da técnica.

Esse desenvolvimento se inicia, principalmente logo após a II Guerra Mundial, com a introdução da revolução verde, caracterizada enquanto um projeto capitalista voltado para aumentar a produção agrícola por meio da manipulação de sementes geneticamente modificadas, bem como o uso intensivo de fertilizantes, agrotóxicos, implementos agrícolas e maquinários. Esse processo penaliza severamente o planeta, contamina o ar, a água, os alimentos, provoca a extinção de animais e o deslocamento de povos e comunidades tradicionais, gerando um enorme retrocesso no que diz respeito às condições para a manutenção da vida na terra, a favor, unicamente, do capital.

O processo de autorregeneração da natureza torna-se insuficiente, a partir do momento em que o processo de globalização se instaura no mundo. A teoria de que os recursos naturais são infinitos e, por isso, de livre apropriação pelo homem, perde sustentação a partir do momento que se constata o seu esgotamento.

A destruição dos ecossistemas, da biodiversidade, só aumenta. Projetos como o do agronegócio, o monocultivo, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a formulação de transgênicos e a construção de barragens estão diretamente conectadas a uma lógica privatista da natureza e ameaçam não somente o meio ambiente como também populações rurais, urbanas e territórios de povos e comunidades tradicionais que historicamente sofrem com a opressão dos grandes latifundiários.

Marx já afirmava o problema da destruição ambiental mesmo antes da existência dos movimentos ambientalistas modernos. Suas análises acerca da compreensão de alienação do trabalho estão interconectadas ao entendimento da alienação do ser humano em relação à natureza, tema que compõe seus estudos sobre o capitalismo.

Em dossiê temático realizado sobre marxismo e meio ambiente para o *blog* Marxismo21, dedicado a realizar mediações sobre a relação do marxismo com temas

atuais e fornecer indicação bibliográficas para seu aprofundamento, Cabreira (2021) ressalta que:

De acordo com o SRC (*Stockholm Resilience Center*), dos 9 limites planetários – clima, biodiversidade, acidificação dos oceanos, uso da água, ocupação da terra, aerossóis, novos elementos químicos, destruição da camada de ozônio, ciclo do fósforo e nitrogênio – 7 estão sendo ultrapassados, gerando efeitos de retroalimentação que criam um ambiente de instabilidade e insegurança. É no interior desses desequilíbrios que devemos buscar, por exemplo, as causas da covid-19. O debate sobre as vacinas, por mais urgente e pertinente, é limitado aos efeitos e não às conexões causais dos problemas.

Marques (2015), historiador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), analisando o capitalismo e o colapso ambiental, afirma que os processos naturais são profundamente impactados pela transformação de tudo em mercadoria e são incompatíveis com as dinâmicas de tempo e espaço exigidas por esse modo de produção, o que acaba por levar o planeta a uma situação de total desequilíbrio e exaustão.

Em entrevista ao jornal da Unicamp, por ocasião do lançamento de seu livro *Capitalismo e Colapso Ambiental*, o historiador destacou que resultados de pesquisas científicas constituem um quadro geral alarmante, que apresenta impactos devastadores para a vida do planeta e, conseqüentemente, da humanidade, o que procuramos sintetizar no quadro que segue.

#### **Quadro 1. Resultados de pesquisas científicas sobre crises ambientais**

Maior concentração de gases de efeito estufa na atmosfera
Aquecimento das temperaturas médias globais
Supressão e degradação das florestas (com fragmentação ou mesmo destruição completa dos <i>habitats</i> )
Colapso da biodiversidade
Declínio dos recursos hídricos e secas mais intensas e prolongadas
Erosão, desertificação e incêndios mais frequentes, mais devastadores e em latitudes mais amplas
Poluição dos solos e do meio aquático por esgotos, pelo lixo municipal e industrial

Intoxicação química dos organismos e da troposfera, aquecimento e acidificação oceânica
Multiplicação das zonas mortas por hipóxia ou anoxia nos rios, lagos e mares
Destruição já de cerca de 50% dos recifes de corais e declínio do fitoplâncton
Elevação média global de 3,2 mm/ano do nível do mar, degelo do Ártico, da Groenlândia, da Região Ocidental da Antártica e do chamado Terceiro Polo
Degelo também dos pergelissolos, com risco crescente de liberação catastrófica de metano na atmosfera
Furacões maiores e inundações
Alguns invernos setentrionais mais rigorosos, paradoxalmente em um mundo de verões letais

FONTE: *Jornal Unicamp (2015)*

Segundo o mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, da Fundação Oswaldo Cruz<sup>4</sup>, as populações mais atingidas pela distribuição de áreas em conflito são as que vivem nos territórios da expansão capitalista, como os povos indígenas, agricultores familiares, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos, com destaque para algumas populações urbanas, como moradoras e moradores em áreas próximas a lixões, ou operárias e operários e moradoras e moradores em bairros atingidos por desastres ambientais. Ou seja, as pessoas mais penalizadas pela ganância capitalista são as mesmas que sempre foram afetadas pela apropriação de seus saberes e do seu trabalho para a expansão desse mesmo sistema. A manutenção de um ciclo geracional, que afeta as mesmas famílias há décadas, garante o conforto de outras, que possuem o monopólio do capital e que através dele encontram o meio para a satisfação de seus desejos, sem racionalizar o quanto o seu consumo gera desigualdades. Conforme Antunes (2001, p.38):

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo

<sup>4</sup> O mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil é resultado de um projeto desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz com o apoio do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde.

que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital.

A manipulação da natureza de forma incontrolável e irresponsável para atender o processo de crescimento econômico penaliza os animais, as fontes de recursos naturais e principalmente as pessoas. Não é mais possível utilizar recursos naturais para a satisfação individual, não é mais possível manter um egoísmo irresponsável, colocando em risco a vida das gerações futuras. É preciso que a humanidade se reconheça como parte integrante da natureza e mantenha uma relação de respeito e preservação para com o planeta. Se esse ciclo produtivo voraz se mantiver, o esgotamento de recursos será a trágica consequência.

Marx, no Manuscritos de Paris (p. 194), afirma:

O significado humano da natureza só existe para o homem social, porque só neste caso que a natureza surge como laço com o homem, como existência de si para os outros e dos outros para si e ainda como elemento vital da realidade humana, só aqui se revela como fundamento da própria existência humana.

E complementa (p. 200): “A objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico como prático, é necessária para humanizar os sentidos do homem e criar a sensibilidade humana correspondente a toda a riqueza do ser humano e natural”.

Alguns dados recentes mostram a gravidade da questão ambiental no Brasil. Somente nos primeiros quatro meses de 2020 foram desmatados 1.202 km<sup>2</sup> de florestas, conforme dados do satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o que significa um aumento de 55% do desmatamento em relação ao mesmo período de 2019. No ano de 2019, a taxa consolidada de desmatamento nos nove estados da Amazônia Legal (AC, AM, AP, MA, MT, PA, RO, RR e TO) foi de 10.129 km<sup>2</sup> (INPE, 2020). A onda de incêndios que assolou o Brasil em 2020 devastou mais de 20 mil hectares de vegetação. Entre janeiro e agosto de 2020 houve um aumento de 83% das queimadas em relação ao mesmo período em 2018, com mais de 72 mil focos de incêndio (PRATES, 2020).

Mas para além do desmatamento criminoso que ocorre no Brasil, incentivado pela flexibilização de regras em relação ao meio ambiente, estímulo ao garimpo em terras preservadas e desmonte dos órgãos responsáveis pela fiscalização, o que vem sendo realizado pelo governo Bolsonaro, Lowy afirma que a situação do planeta se

acelera e agrava muito mais rápido do que o previsto em função da “acumulação de gás carbônico, a elevação da temperatura, o derretimento das geleiras polares e das ‘neves eternas’, a desertificação das terras, as secas, as inundações”. Destaca ainda que “a responsabilidade por isto cabe ao sistema capitalista, à sua lógica absurda e míope de expansão e acumulação sem limites, a seu produtivismo irracional obcecado pela procura do lucro”. E, por fim, esclarece que:

todo aparelho produtivo capitalista está baseado na utilização das energias fósseis — petróleo, carvão —, emissoras de gás responsável pelo efeito estufa; o mesmo se aplica ao sistema de transportes rodoviários, sobretudo ao longo das últimas décadas, e ao automóvel individual. (LÖWI, 2010, p. 684)

Por outro lado, o descaso com o saneamento ambiental no Brasil por longos anos fez com que a pandemia de covid-19 fosse acentuada para aquelas pessoas que não dispunham de condições adequadas de saneamento.

Conforme estudos da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), nos municípios que ocupam o topo do *ranking* de casos *per capita* de covid-19, o abastecimento de água é precário. Segundo os pesquisadores, mesmo onde existe o serviço, ele é frequentemente interrompido, o que dificulta os cuidados de higiene recomendados para a proteção contra contágios, como lavar as mãos com frequência. Ademais, a falta de água tratada e de coleta de esgoto, segundo o Instituto Trata Brasil, leva 230 mil pessoas por ano à internação hospitalar por problemas ocasionados pelo uso de água contaminada por microrganismos, tais como hepatite, leptospirose, diarreias agudas, entre outras infecções. Em razão das precárias condições de vida, essas pessoas, segundo especialistas, estão mais vulneráveis ao contágio pelo coronavírus e aos agravos dele decorrentes (PRATES, 2020).

Segundo Aranha (2020), a precariedade do saneamento ambiental no Brasil chega a ser pior do que em que países como Iraque e Azerbaijão – são 35 milhões de pessoas sem acesso à água tratada, e metade não conta com coleta de esgoto.

Em relação à geração de resíduos sólidos urbanos, segundo dados do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2020, a geração de lixo de 2010 para 2019 aumentou em 12,4 milhões de toneladas, totalizando 79,1 milhões. O mesmo estudo diz ainda que cada brasileira e brasileiro produz, em média, 379,2 kg de lixo por ano, o que corresponde a mais de 1 kg/dia.

Muito se discutiu ao longo das últimas décadas, principalmente com o surgimento dos movimentos a favor da natureza, sobre quais estratégias adotar para que haja uma unidade entre homem, mulher e natureza, com desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e consumo justo, equilibrado e consciente, pois “a problemática ambiental tem origem na forma histórica com que o sistema do capital exerce o domínio sobre a natureza, convertendo-a em mercadoria e submetendo-a a necessidades de sua reprodução” (SILVA, 2010 p.78).

Entre as iniciativas que surgiram, destaca-se a Lei nº 12.305, de agosto de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), um dos principais instrumentos legais de enfrentamento das questões ambientais, sociais e econômicas resultantes da gestão inadequada dos resíduos sólidos, que cria importantes medidas para o fortalecimento do trabalho realizado por catadoras e catadores no país.

A PNRS estabelece, frente à necessidade de implantação de ação por parte do Estado voltada à gestão dos resíduos sólidos, a adesão do princípio do poluidor-pagador e do protetor-recebedor, idealizado na Conferência de Estocolmo de 1972, evento realizada na Suécia com o objetivo de discutir questões relacionadas à proteção ambiental.

O princípio do poluidor-pagador foi pensado principalmente como forma de obrigar as indústrias a descartarem de forma adequada o material sobrando, resultado da produção de bens de consumo, ou seja, arcar com os custos da destinação final ambientalmente correta dos seus resíduos.

Já o princípio do protetor-recebedor estabelece que toda e qualquer pessoa ou organização que desenvolva uma atividade de proteção ambiental, no descarte dos resíduos, deve receber um valor, promovendo o reconhecimento daquelas e daqueles que zelam, cuidam e protegem o meio ambiente por meio da prestação de serviços destinada a beneficiar toda a sociedade.

Catadoras e os catadores de materiais recicláveis são um exemplo de agente protetor-recebedor por conta da atividade realizada, no recolhimento e na destinação adequada dos resíduos sólidos. Como resultado, receberam uma série de incentivos, programas e projetos nos âmbitos federal, estadual e municipal, como forma de promover e fortalecer seu trabalho e de suas cooperativas e associações. Essa também é uma conquista da luta empreendida pelo MNCR ao longo dos anos e pelo suporte das entidades de apoio e fomento, conforme será tratado no Capítulo 3.

Buscamos apresentar um panorama acerca da categoria trabalho, destacando seu duplo caráter, como elemento ontológico central à constituição do humano e como elemento de alienação e exploração no modo de produção capitalista. No caso das catadoras e catadores, destacamos o surgimento do seu trabalho a partir da ampliação do consumismo, ampliação da produção de lixo e dos impactos desse processo no meio ambiente. O trabalho de mediação dessas relações e o seu reconhecimento pelas mulheres catadoras foram fundamentais para que construíssem um novo significado ao seu trabalho, o que será melhor explicitado mais adiante. Esses também são uma conquista pelo reconhecimento da luta empreendida pelo MNCR ao longo dos anos e pelo apoio de entidades de apoio e fomento, como a Fundação Luterana de Diaconia, *lócus* de realização do presente estudo, temas que serão abordados nos próximos capítulos.

### 3. AS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E O DESAFIO DA AUTOGESTÃO NAS COOPERATIVAS

Conforme apresentado no capítulo anterior, o trabalho de catadoras e catadores surge com intensidade em meio a um período de reestruturação produtiva do capital e de descarte de objetos adquiridos de forma impensada. Soma-se a isso a ampliação da produção dos resíduos, dada pelo consumismo, como parte do projeto do capital.

Desenvolvendo o seu trabalho de forma individual, ou, muitas vezes, com a família, catadoras e catadores descobriram nos materiais descartados uma forma de sustento e de preservação ambiental, mesmo que a última ainda de forma involuntária. Mas, como comumente ocorre, a sociedade tratou de estigmatizar esses sujeitos, passando a vê-los de forma preconceituosa, conduzindo-os a um processo social de exclusão, conforme nos explica Fernandes (2006, p. 09):

A sociedade contemporânea, com suas leis de mercado, tendo como base a produtividade e a competitividade, expulsa os cidadãos da circulação social, constituindo espaço para a marginalização das pessoas, entendendo-se por marginalização o processo social que cria a necessidade, cria a falta e a interdição do acesso aos bens sociais.

Ano após ano, o número de pessoas que sobrevivem da catação aumenta nitidamente, “no meio das coisas jogadas fora pela cidade vivia uma população de pessoas, elas também jogadas fora, postas à margem [...] pessoas que tinham decidido que somente as coisas jogadas fora eram a verdadeira riqueza do mundo” (CALVINO, 2007, p. 253). As condições sociais de desproteção e exclusão a que essas trabalhadoras e trabalhadores são expostos, executando um trabalho de destinação correta dos resíduos gerados por uma sociedade consumista, alienada pelo capital, envolvem e condicionam os sujeitos a viver situações de opressão, subalternidade e invisibilidade.

Conforme relatório sobre a Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável no Brasil, elaborado pelo IPEA, com base no Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a) e na PNAD de 2012, os últimos dados oficiais de trabalhadores e trabalhadoras que se autorreconhecem como catadoras e catadores de materiais recicláveis, a Região Sul do país concentra 58.928 catadoras e

catadores, sendo desses 34,1% mulheres, o maior percentual de mulheres trabalhando com a catação, se comparado a outras regiões do país.

Esse número significativo de mulheres na catação na Região Sul, evidenciado pelo instituto, vai ao encontro dos dados do perfil socioeconômico de 380 catadoras e catadores no estado do Rio Grande do Sul, vinculados ao projeto de fortalecimento da reciclagem popular, executado entre os anos de 2014 a 2016 pela FLD em parceria com o MNCR, com patrocínio do Programa Petrobras Socioambiental, intitulado Catadoras e Catadores em Rede. Os dados se originam da aplicação de um questionário realizado pela equipe do projeto, composta por profissionais de diferentes áreas e por catadoras e catadores, com o objetivo de ir além da busca por informações, subsidiando a promoção de ações que contribuíssem com a busca de acesso aos direitos sociais por parte desses sujeitos. O resultado do estudo foi utilizado pela FLD para fins de planejamento interno de seus projetos com esse público; mas, dada a sua relevância, utilizamos os dados oriundos do estudo, do qual participamos como pesquisadora, para tecer algumas análises sobre as características desses sujeitos, compondo as fontes desta dissertação – o que passamos a sintetizar a seguir.

### **3.1. O que dizem os estudos sobre catadoras e catadores?**

Em relação ao percentual de mulheres e homens na catação, o questionário evidencia que, de um total de 380 sujeitos investigados, as mulheres são maioria, representando 59% do total, enquanto os homens, 41%. Segundo o IPEA, os dados relacionados ao percentual de mulheres e homens na reciclagem sofrem interferências de cunho subjetivo, já que as mulheres desenvolvem outras atividades, como a de cuidado com crianças e pessoas idosas, ficando a identificação enquanto trabalhadora da reciclagem secundarizada em suas vidas – ou seja, embora essas atividades façam parte de seu cotidiano não são priorizadas por elas ao fornecer as informações, quando pesquisadas. Pondera-se, no entanto, que o trabalho realizado por mulheres sempre foi composto por múltiplas atividades concomitantes, embora admitamos a possibilidade de que elas nem sempre as reconheçam como trabalho. Outro aspecto que deve ser considerado é a diferença temporal de realização dos

estudos: enquanto o último censo realizado pelo IBGE data de 2010, o estudo da FLD é de 2014 e representa uma parcela pequena frente ao número de trabalhadoras na reciclagem no estado do Rio Grande do Sul. Infere-se que esses sejam aspectos que justifiquem o fato de no estudo realizado pelo instituto os dados apresentarem um número maior de homens.

Esse percentual significativo de mulheres trabalhando na catação acompanha o processo histórico empreendido pelas próprias mulheres, principalmente a partir do século XX, com a conquista do voto, a adoção de métodos contraceptivos e a inserção no mercado de trabalho. No ano de 2014, por meio do Sistema Nacional de Informações de Gênero, de acesso pela *web* e vinculado ao Programa de Estatísticas de Gênero do IBGE, o livro Estatísticas de gênero – uma análise dos resultados do censo demográfico 2010 foi publicado, contendo a análise de dados sobre a desigualdade de gênero, relacionados a outros temas, como idade, raça/etnia, habitação, renda e outros. Em relação ao mercado de trabalho, o IBGE identifica um percentual de 54,6% de mulheres com idade acima de 16 anos economicamente ativas no ano de 2010, 4,5% acima em relação à taxa identificada no ano de 2000, o que demonstra um crescimento da participação das mulheres nos espaços de trabalho. Dessas, no ano de 2010, 57,9% ocupavam cargos no trabalho formal, ou seja, com acesso aos direitos garantidos por meio das políticas públicas de proteção social.

Entretanto, esse mesmo estudo evidencia que, mesmo que haja um aumento considerável na participação das mulheres nas atividades produtivas, os homens continuam sendo a maioria a ocupar o mercado de trabalho, com um percentual de 75,7% no ano de 2010, e também continuam tendo as melhores remunerações, tendo as mulheres um rendimento médio equivalente a 67,7% do dos homens.

Segundo Antunes (1999, p. 105):

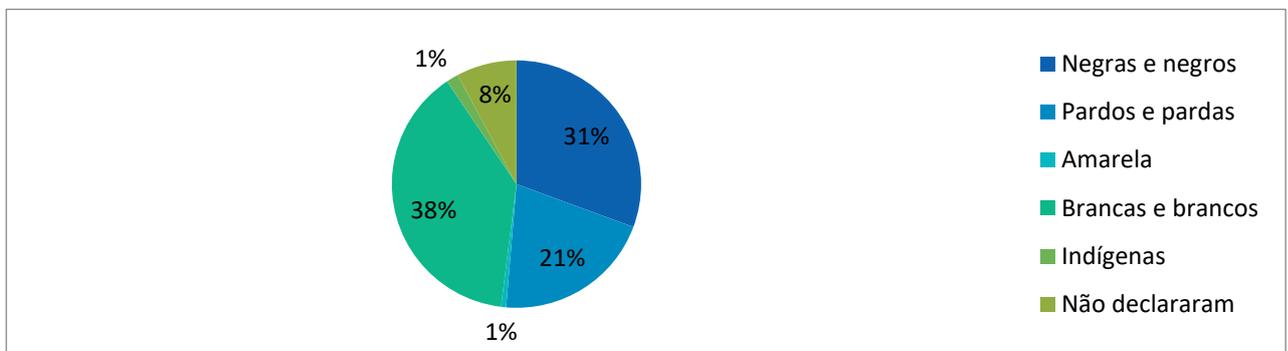
Sabe-se que esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo frequentemente ocorre no que concerne os direitos e condições de trabalho.

Portanto, ainda há muito o que avançar, principalmente em termos de reconhecimento das capacidades das mulheres e de valorização por meio de melhores rendimentos.

Em relação às mulheres catadoras, mesmo constituindo a maioria a ocupar o espaço produtivo dentro de associações e cooperativas, encontram-se numa condição de minoria nas instâncias de coordenação, de tomada de decisões dessas organizações.

Quanto à questão racial, os dados do IPEA evidenciam que 66,1% do total de catadoras e catadores pesquisados se autodeclararam negras e negros, e o menor percentual, de 41,6%, encontra-se na Região Sul. Já o percentual de pessoas que se autodeclararam negras, segundo dados do questionário aplicado pela FLD, é expressivo, conforme apresentado no gráfico que segue:

Gráfico 1. Catadoras e catadores por raça e etnia\*



\*Gráfico elaborado pela autora com base no estudo realizado pela FLD e MNCR (2014)

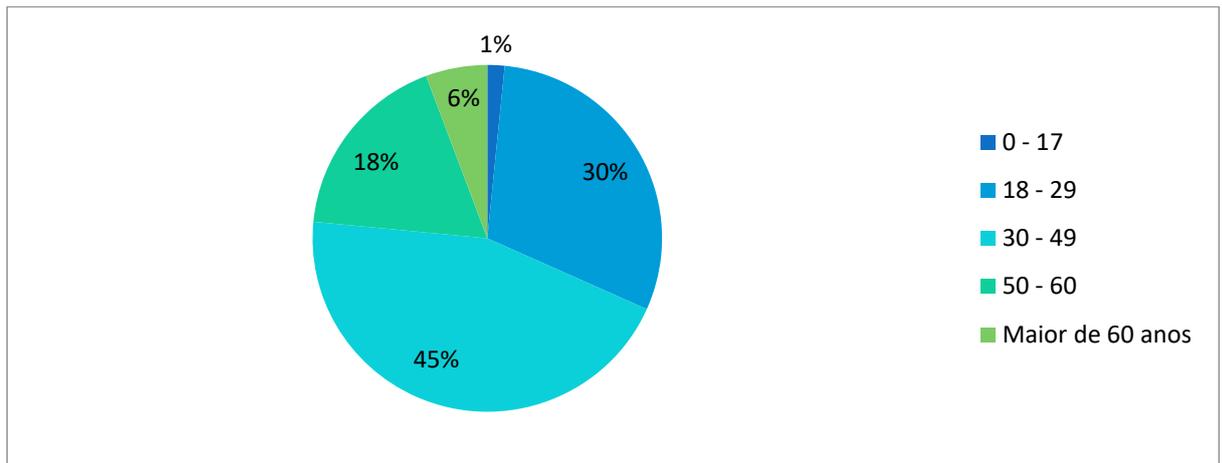
Para compreender esses números precisamos revisitar a história, quando as classes dominantes deixaram marcas visíveis na trajetória desses sujeitos, com diferenças significativas nas suas condições de trabalho. Conforme vimos no Capítulo 1, mulheres negras e homens negros foram escravizados até o século XIX, obrigados a trabalhar em condições humilhantes, humanos forçados a uma jornada exaustiva para alimentar uma sociedade branca, burguesa e exploradora. Arruda ressalta, ao analisar a obra de F. Fernandes (1996, p.198), que:

Na impossibilidade de constituir-se, efetivamente, em sujeito da sua trajetória social, o negro vivencia uma realidade do preconceito contraditória, que pode ser tanto neutralizada, quanto acirrada, em função da tradição cultural da sociedade. Esta via de ligação entre o passado, o legado cultural da sociedade escravista e o presente sofre as injunções de circunstâncias e não foi gestada na dinâmica intrínseca à ordem social competitiva.

Mesmo com o fim do trabalho escravo, mulheres negras e homens negros foram mantidos em condições desiguais, ocupando espaços subalternos ou informais de trabalho, como no caso da catação. Essa lógica se torna ainda mais excludente quando nos referimos às mulheres negras. Conforme os dados do IBGE (Censo, 2010), a taxa de acesso ao mercado de trabalho das mulheres brancas (56,2%) é 3,1 pontos percentuais superior ao das mulheres negras (53,1%). Sendo assim, a opressão de raça combinada com a de gênero contribui para a tendência da concentração do trabalho de mulheres negras em espaços precarizados.

Em relação à faixa etária das trabalhadoras e trabalhadores da reciclagem, o estudo do IPEA apresenta uma média de idade de 39,4 anos. Na Região Sul, a maior concentração (44,7%) tinha entre 30 e 49 anos, seguido de 29,5% entre 18-29 anos, conforme pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Catadoras e catadores por faixa etária\*



\*Gráfico elaborado pela autora com base no estudo realizado pela FLD e MNCR (2014)

Das organizações que participaram do questionário da FLD, havia maior concentração de jovens na faixa etária entre 20 e 29 anos trabalhando na catação no Rio Grande do Sul, o que Antunes (2004, p. 339) considera como:

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural.

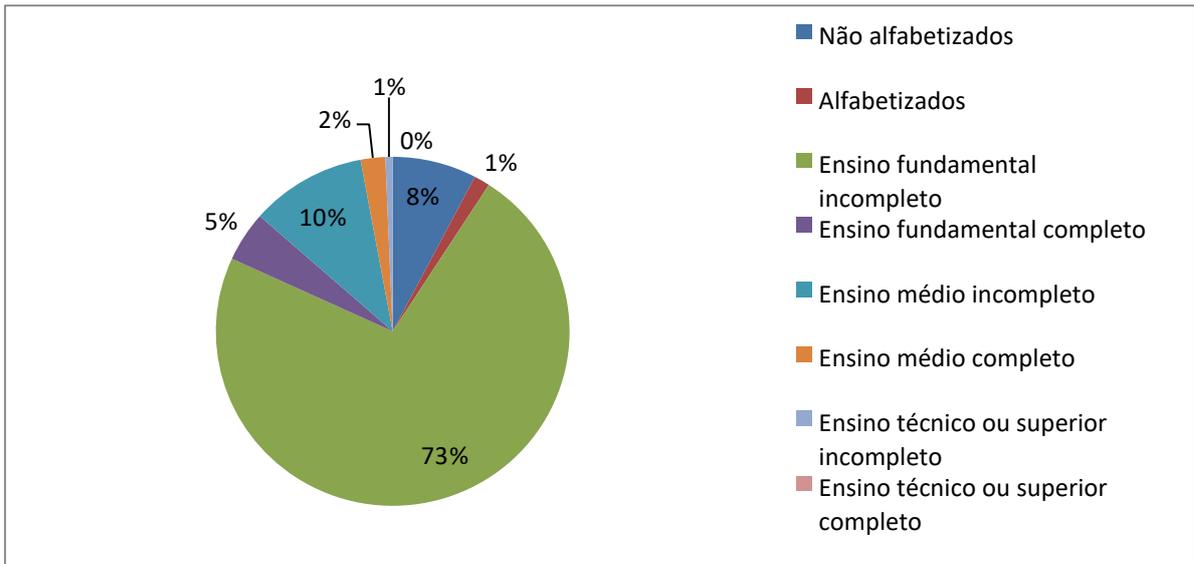
Aos jovens faltam oportunidades, políticas públicas para formação e inclusão no mercado de trabalho e sobra trabalho precarizado, baixa remuneração e poucos

direitos. O trabalho desde muito cedo, entre 12 e 14 anos de idade, também é uma característica entre esses sujeitos. Importante registrar que, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº. 8069/90 e a Constituição Federal de 1988, o trabalho infantil é proibido e a idade mínima estabelecida para o ingresso no mercado de trabalho é de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Ou seja, a atual legislação brasileira proíbe o trabalho de crianças e adolescentes até os 14 anos de idade.

A população de catadoras e catadores acima de 40 anos também tem um percentual bastante significativo, representando 37% do total. Porém os dados mostram que a maioria é composta por adolescentes, adultos jovens e adultos em idade economicamente ativa, totalizando 67,3% dos sujeitos pesquisados. A Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 309/13, que inclui a categoria de catadores de materiais recicláveis na condição de segurado especial da Previdência Social, vergonhosamente, após quase nove anos, ainda tramita na Câmara dos Deputados. Atualmente, catadoras e catadores contribuem enquanto trabalhadores autônomos, ou, em muitos casos, não contribuem. Com a aprovação da PEC 309/13, catadoras e catadores passariam a contribuir com uma alíquota de cerca de 2% sobre a própria renda e teriam a aposentadoria garantida. Essa é, com certeza, mais uma importante luta na pauta do MNCR, que retoma o debate iniciado pelo movimento em 2001, quando reivindicava o reconhecimento da profissão.

Sobre o acesso à educação formal, segundo afirma o IPEA, o Brasil ainda apresenta taxas preocupantes de analfabetismo, sendo que no ano de 2010 esse número chegou a 9,4% da população. Entre catadoras e os catadores, tal percentual atingiu 20,5%, ou seja, mais do que o dobro da média nacional. A Região Sul foi uma das que tiveram as menores médias nacionais para essas variáveis entre catadoras e catadores, o que representa dados significativos. Porém, mesmo o estado ficando acima da média nacional, os dados evidenciados no estudo de 2014 apresentam percentuais preocupantes acerca da desigualdade de acesso à escolaridade, o que pode ser melhor visualizado no Gráfico 3.

Gráfico 3. Catadoras e catadores e o acesso à educação\*



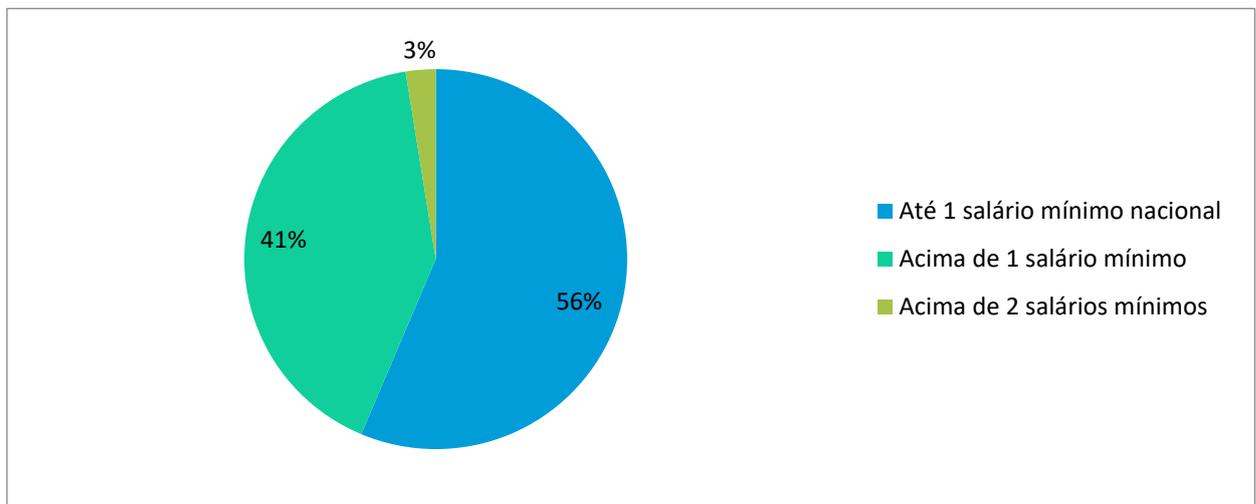
\*Gráfico elaborado pela autora com base no estudo realizado pela FLD e MNCR (2014)

Trazendo para o debate novamente o recorte de gênero e os dados disponibilizados pelo IBGE no seu estudo sobre estatísticas de gênero do ano de 2010, em relação a mulheres inseridas no mercado de trabalho, os dados mostram que 19,2% delas têm o ensino superior completo, enquanto que 11,5% dos homens têm essa escolaridade. A desigualdade se aprofunda quando se considera os dados de raça: 26% das mulheres brancas têm ensino superior completo, enquanto apenas 11,2% das negras têm essa escolaridade.

Em relação à renda média, o estudo do IPEA destaca que “os dados do censo indicam que a renda média em 2010, segundo os próprios catadores, era de R\$ 571,56. Ressalte-se que o salário mínimo da época era de R\$ 510,00”.

O gráfico que segue, resultado das respostas de catadoras e catadores registradas no questionário aplicado pela FLD, demonstra que a maioria (51%) recebia, em 2016, de R\$ 601,00 a R\$ 900,00. Esses valores não se alteraram substancialmente nos últimos anos, conforme observamos a partir do acompanhamento que a FLD presta às organizações. As catadoras e catadores da Região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, principalmente, não chegam a receber um salário mínimo.

Gráfico 4. Rendimento médio do trabalho de catadoras e catadores\*



\*Gráfico elaborado pela autora com base no estudo realizado pela FLD e MNCR (2014)

Desde o início do processo de trabalho, catadoras e catadores enfrentam precárias condições estruturais e instabilidade econômica. Atualmente, a crise econômica agudizada pela pandemia da covid-19 reflete diretamente nessas organizações, por conta da queda de preços dos materiais e dos períodos de isolamento. Os contratos estabelecidos com o poder público municipal para a prestação de serviços de coleta seletiva por parte de cooperativas e associações são constantemente negligenciados e descumpridos, mesmo havendo garantias previstas pela PNRS. Os frequentes atrasos do pagamento dos contratos, pelas prefeituras municipais, e a fragilização de políticas públicas vêm reduzindo de forma drástica a renda das pessoas associadas, afetando principalmente aquelas que estão na informalidade, como é o caso de muitas catadoras e catadores.

Em relação à desigualdade de gênero, segundo o IBGE, em 2010, 33,7% das mulheres em geral, 25,7% dos homens e 40,3% das mulheres negras recebiam uma renda mensal de até um salário mínimo.

Porém, unidos por uma mesma identidade de classe e com trajetórias de vida e necessidades similares, mulheres e homens guardam diferenças que dizem respeito à construção da identidade do sujeito, que se enriquecem no momento em que não mais a diferença, mas a sua união na constituição do mundo social reconheça a diferença como unidade na diversidade. Para Fernandes (2006, p.11):

Na discussão da significativa e inegável unidade entre identidade e diferença, interpõe-se a ruptura com a interpretação fracionária que considera o “outro” como o diferente. Trata-se aqui de um entendimento que incorporou a

perspectiva onde o eu e o outro são distintos, são singulares, portanto, únicos. Todos os sujeitos são diferentes uns dos outros, apesar de fazerem parte de um conjunto humano com inúmeras semelhanças e, especialmente, da premência da igualdade de condições. Diferença não significa inferioridade e desqualificação; ao contrário, é condição para a riqueza de expressões humanas. Faz-se necessário que as condições de acesso ao mundo sejam iguais para todos. Isso inverteria a histórica “necessidade” de que as pessoas pudessem ser iguais umas às outras.

As informações apresentadas somam uma pequena parcela de catadoras e catadores de materiais recicláveis do território que comporta o estado do Rio Grande do Sul, mas que dialoga, diretamente, com os elementos que compõem a identidade de uma parcela significativa da população brasileira, que vive em condições similares de trabalho e de vida.

### **3.2. O processo de gestão, os desafios da autogestão e a reprodução de relações desiguais**

Marginalizados, sem acesso aos bens sociais, foram esses sujeitos, catadoras e catadores, que descobriram a riqueza dos materiais descartados pela população. É possível compreender essa riqueza de diferentes formas, desde o aspecto monetário até o ambiental, este último na perspectiva de preservação do meio natural para onde os resíduos seriam destinados caso não houvesse o trabalho de catação. Por outro lado, a serviço do capital surgem aqueles que encontram uma forma de explorar esse trabalho e concentrar essa riqueza e, em um regime de quase ou até total escravidão, utilizam o trabalho de catadoras e catadores para gerar lucro. São chamados pelo capital e pelo Estado de empresários, pela imprensa, de “máfia do lixo<sup>5</sup>”, e pelas catadoras e catadores, de “atravessadores<sup>6</sup>”. Todos, no entanto, têm um mesmo significado: pessoas que compram o material coletado e/ou apenas triado por catadoras e catadores por um preço ínfimo e revendem para a indústria, com boa

---

<sup>5</sup> Um cartel formado por empresas do ramo da coleta do lixo. Grupos de empresários articulados para fraudar processos licitatórios, eliminando o caráter competitivo do mercado, para a divisão do território de atuação de cada empresa na coleta dos resíduos. Esses grupos são responsáveis pela não participação de catadoras e catadores na gestão dos resíduos.

<sup>6</sup> Comerciantes que atuam na função de repassar o material para outros compradores. Na reciclagem, essa é uma prática comum, pois algumas trabalhadoras e trabalhadores deste segmento não dispõem de veículos para comercialização de seus materiais, a logística, sujeitando-se a vender seus produtos a um preço mais baixo para esses compradores.

margem de mais valor, para que seja beneficiado e se torne, novamente, matéria prima para a produção de um novo objeto para consumo.

A relação com o atravessador é extremamente opressora. É ele que determina o valor que será pago pelo tipo de material e em que condições o mesmo deverá ser entregue. Muitos ainda são os que se iludem com essa relação. No momento que o vínculo se estabelece entre catadora e catador e o atravessador para a comercialização do material, as relações pessoais aparentemente se sobrepõem às relações comerciais, pessoalizando a ação, como se fosse um privilégio, fragilizando os processos coletivos e cooptando ainda mais os sujeitos à lógica do sistema capitalista, contribuindo para que permaneçam cordatos na relação exploratória.

Marx (1989), na obra *O capital*, ressalta os níveis de alienação a que o trabalho é submetido no modo de produção capitalista – o modo de produzir e as relações de produção passam a ser determinados não mais por trabalhadoras e trabalhadores, mas por quem compra o seu trabalho.

A sistemática produtiva acontece da seguinte forma: o sistema de produção capitalista retira da natureza a matéria prima para a produção de determinado produto, explora a mão de obra operária com baixa remuneração e jornada de trabalho exaustiva, gerando mais valia ou valor excedente ao tempo necessário para produção da mercadoria ou do produto e para a manutenção da vida do trabalhador ou da força de trabalho. Depois, vende esse produto por um valor muito maior do que o valor de compra, e o valor do excedente, o lucro, é absorvido de forma privada pelo capitalista. As pessoas compram esse produto, que, por conta de uma estratégia do próprio capitalismo, a obsolescência programada, perde sua função com o tempo, deteriora ou se torna ultrapassado, perdendo com isso uma característica inerente e necessária ao valor da mercadoria, que é o valor de uso para o qual foi criada, e, desse modo, assim como o trabalhador cuja força de trabalho não mais interessa ao capitalista, será descartada.

A estratégia de obsolescência programada foi sistematicamente sendo aperfeiçoada e é comumente utilizada pelos capitalistas fabricantes. A partir dela, os produtos ganham uma estrutura frágil, de pouca durabilidade. Como consequência, consumidoras e consumidores são levados a descartar o produto por não haver mais serventia, adquirindo outro que provavelmente também terá sua durabilidade limitada.

Outros elementos compõem o processo de ampliação da mais valia relativa e absoluta para aumentar os lucros, a partir da ampliação da exploração da força de

trabalho destacada por Marx na mesma obra O capital. Somados ao crédito e à concorrência, acabam por concentrar cada vez mais o capital na mão de poucos (1989). A ênfase atribuída ao consumismo e à obsolescência programada, partes da totalidade, se deve ao fato de que esse processo é central ao surgimento do trabalho de catadoras e catadores.

É nessa dinâmica, engendrada pelo e para o capital, de extração dos recursos naturais, exploração da mão de obra operária, consumo descontrolado e imediato e descarte crescente de mercadorias, que surgem catadoras e catadores, recolhendo, retirando das ruas o material jogado fora, impedindo que vá para o aterro sanitário, local de disposição adequada dos resíduos sólidos, ou para os lixões, que são vazadouros a céu aberto, sem nenhum tratamento, e que infelizmente ainda existem.

A organização para o trabalho de catadoras e catadores se dá por meio de diferentes formatos. Existem aquelas/es que trabalham de forma individual ou junto com as famílias, estocando o material na própria residência, e outras/os que preferem trabalhar de forma coletiva, junto a associações, cooperativas ou em organizações informais. Esse último formato frequentemente é estabelecido quando a organização ainda está em um processo incipiente de trabalho coletivo.

Assim, catadoras e catadores levam o material que será reciclado para sua casa ou para a cooperativa, para triar, separando e classificando por categorias, ou seja, papel com papel, plástico com plástico e os demais materiais, para posteriormente comercializá-lo. Catadoras e catadores que trabalham associados a organizações com melhores condições de estrutura, depois da triagem, compactam o material com a ajuda de prensas, pesam e vendem para os compradores. Também há organizações com grandes estruturas, poucas ainda, mas que, além de separar, prensar e pesar, beneficiam o material, processando-o para depois vender diretamente para a indústria. Essa é a realidade de poucas associações; a maioria vende para atravessadores que irão revender para a indústria, que, por sua vez, irá então beneficiar e vender novamente, para que na fábrica esse material se torne um novo produto, dando sequência ao ciclo.

Em relação ao pagamento do material, em alguns casos é feito por venda, ou de forma quinzenal, ou mensal. Há aquelas/es com os quais os compradores estabelecem uma relação de dependência, quando o valor pelo produto é pago antes mesmo de ser vendido, sem cuidado ou critério, fazendo com que catadoras e catadores se tornem reféns de determinado comprador, entregando o material por

meses sem receber, apenas tendo descontado o valor que lhe foi antecipado. O processo é similar ao crédito destacado por Marx (1989), como elemento de concentração do capital, conforme apontamos anteriormente, pois o contraponto do crédito é o endividamento; assim como países se tornam dependentes devido a exorbitantes dívidas históricas contraídas com países imperialistas, estados, municípios e organizações que, para a obtenção de recursos, se utilizam do crédito contraindo dívidas, do mesmo modo esse processo se reproduz na relação com catadoras e catadores, apesar dos recursos aviltantes que recebem por seu trabalho. Em muitos casos, tal dependência se estabelece por conta da urgência da catadora e do catador em ter os recursos para alguma emergência, como compra de remédios, alimentos ou para o auxílio a algum familiar.

A forma de pagamento das cooperadas e dos cooperados ou associadas e associados também se estabelece de diferentes formas. Em algumas organizações, é feito por sistema de partilha, ou seja, todas as pessoas trabalham, mesmo que em diferentes frentes, e os ganhos são divididos igualmente. As organizações que aderem a esse sistema dizem que a escolha se dá pelo fato de promover a igualdade entre os membros. Como exemplo, citam as pessoas idosas, que não conseguem produzir como as mais jovens, e que, neste caso, utilizando-se do sistema de partilha, não há diferença geracional que interfira no processo. Se, por um lado, esse modo de distribuição dos frutos do trabalho avança ao valorizar de modo igualitário as diferentes formas de contribuição com o trabalho coletivo, por outro, não reconhece que cada trabalhadora e trabalhador podem ter diferentes necessidades a serem atendidas com esses recursos, como uma família com maior número de filhos. Nesse caso, a quantidade de tempo dedicada ao trabalho, independentemente da função exercida e da produção individual de cada trabalhadora ou trabalhador, é o que regula o pagamento de cada uma ou um. Marx (2006), referindo-se a etapas iniciais do socialismo, menciona a distribuição de recursos de acordo com o que cada pessoa trabalhou e produziu, e ressalta que somente em uma etapa superior mais avançada de sociabilidade é que a distribuição terá por base cada um conforme sua necessidade.

Em outros casos, a forma de pagamento é estabelecida pela produção ou pela função que cada catadora e catador executam, ou seja, as pessoas que trabalham na separação do material recebem o valor por volume de material triado, as pessoas que são responsáveis pela prensagem do material recebem por fardos confeccionados, a

ou o motorista recebe um valor fixo por hora trabalhada, e assim por diante, no mesmo formato estabelecido por muitas empresas. Ainda assim, mesmo utilizando uma prática reconhecida como de organizações empresariais, as organizações que trabalham por produção visualizam justiça no espaço de trabalho nessa forma, justificando que o sistema de partilha gera conflitos pois há aquelas e aqueles que produzem mais, e também por haver funções que exigem maior esforço, responsabilidade e envolvimento do que outras.

Nessa forma, a meritocracia prevalece, tanto no que concerne às funções realizadas, de maior ou menor responsabilidade, quanto no que se refere ao volume produzido individualmente, reproduzindo as formas de organização e divisão do trabalho e a distribuição de seus frutos nos moldes capitalistas. As justificativas apresentadas por trabalhadoras e trabalhadores reiteram a lógica individualista, que não reconhece a solidariedade de classe. Mas é bom lembrar que Marx também afirma serem as ideias de uma época, as ideias da classe dominante, naturalizadas como se fossem as únicas possíveis e por isso reproduzidas pelas próprias trabalhadoras e trabalhadores como resultado dos processos de alienação a que são submetidos.

A concepção de gestão e particularmente de autogestão aqui trabalhada parte do entendimento que, conforme apontado por Prates (1995), trata-se de:

[...] um processo social que articula forma e conteúdo, pensamento e ação para conduzir investigações, ações ou organizações, visando a consecução de determinados fins, de acordo com o interesse de indivíduos, grupos, organizações ou classes.

A autora afirma que existem duas formas básicas de gestão: a concentradora, ou heterogestão, e a estratégico-participativa, que tem sua máxima expressão na autogestão. No que concerne à primeira, a gestão concentradora, pode ser definida como “aquela onde o poder decisório cabe à minoria, seja na figura de um dirigente, administrador, pesquisador, uma equipe técnica, um grupo ou uma classe social”. Ressalta ainda que esse tipo de gestão pode até conceder espaços de participação, “desde que no seu entendimento, não ponha em risco a hegemonia de quem detém o poder”. É caracterizada, portanto, por uma distribuição não igualitária de poder e uma relação predominantemente unilateral de dominação (PRATES, 1995).

A segunda forma designada por Prates (1995), de gestão estratégico-participativa, tem por base homens e mulheres sujeitos, “com igualdade de direitos

para interferir em todas as etapas do processo, em especial no que concerne à decisão”. Diferente da primeira, essa forma de organização privilegia ações estratégicas, que descentralizem o poder, ampliando e incentivando os canais de participação e os demais processos sociais emancipatórios que conformam o processo pedagógico de participação (PRATES, 1995).

A gestão das organizações se estabelece a partir de decisões coletivas definidas em assembleias mensais, e a coordenação é composta por pessoas escolhidas pela maioria. Entretanto, esses processos sofrem interferências no cotidiano de trabalho por conta de uma série de determinações estabelecidas socialmente e internalizadas por todas e todos. Exemplo disso é a influência do sistema patriarcal, que atribui aos homens o poder da palavra na tomada de decisões. Mesmo com mulheres compondo espaços de coordenação, os homens utilizam maior tempo de intervenção e decidem os encaminhamentos necessários para a gestão política e administrativa das organizações. Ainda, a divisão sexual do trabalho se expressa de forma muito nítida em meio ao processo produtivo, uma vez que as mulheres são direcionadas para a tarefa de triagem dos materiais, trabalho considerado pelos homens como mais adequado a elas, pois a função necessita de um “olhar feminino”, delicadeza e agilidade, sem necessidade do uso da força masculina, numa visão reducionista do papel da mulher, indo ao encontro do que diz Antunes (1999, p.108):

Salvo raras exceções, ao trabalho feminino tem sido reservada as áreas de trabalho intensivo, com níveis ainda mais intensificado de exploração do trabalho, enquanto aquelas áreas caracterizadas como de capital intensivo, dotadas de maior desenvolvimento tecnológico, permanecem reservadas ao trabalho masculino.

Todas essas condições impactam significativamente no trabalho de catadoras e catadores, de modo que compreender essa diversidade é fundamental, pois tais empreendimentos são atravessados por uma série de condicionantes externos, históricos e estruturais que independem da vontade ou da consciência. Isso não significa afirmar um determinismo fatídico, pois as formas de resistência e as experiências de luta também perpassam esses processos.

É importante destacar a característica do trabalho realizado por meio da constituição de relações solidárias e sua importância na medida que representa uma real alternativa de geração de renda e possibilita a vivência de relações mais

horizontais e partilhadas, em que pese as contradições que atravessam essas experiências, na contramão da lógica capitalista de gestão centralizadora e vertical do trabalho.

A forma de organização por meio do cooperativismo e do associativismo definiu a proposta de economia solidária que conhecemos, pautada na promoção da organização coletiva para a geração de renda, tendo como princípios a cooperação, a autogestão e a solidariedade. Contudo, a análise dessas experiências deslocadas de um conjunto de condicionantes impostos pela estrutura e pela superestrutura engendrada pelo modo de produção capitalista acaba por limitar os aprendizados que delas decorrem, seja pela negação de sua efetividade ou por uma visão romântica que a enxerga como solução para todos os problemas advindos da contradição entre capital e trabalho. Conforme Singer (2000, p. 22):

Toda empresa solidária é ao mesmo tempo uma associação comunitária. Quem se associa a ela não faz um contrato de trabalho, mas entra numa união em que o seu destino individual se funde com os de seus companheiros. Por isso, o processo de aprendizado coletivo que vai viabilizar a empresa começa antes mesmo que ela venha a funcionar. Na sua gestão, os futuros sócios interagem.

É dessa forma, partindo dos princípios da economia solidária, que catadoras e catadores se organizam por meio das associações e cooperativas, “em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas” (SINGER, 2000, p.116), ou seja, por meio da autogestão, com envolvimento de todas e todos nas decisões. Mas não é um processo simples de ser materializado, pois a subjetividade de trabalhadoras e trabalhadores é capturada cotidianamente pelos tentáculos do capital, que se vale da ideologia para padronizar desejos e valores, fazendo com que se reproduzam os processos subalternizadores, mesmo em resistências como conselhos, cooperativas, associações e sindicatos. É importante frisar que os extensos períodos de colonialismo, escravismo e ditadura que marcaram a história do povo brasileiro favorecem processos dessa ordem (COUTO, 2015).

Por outro lado, os avanços conquistados por catadoras e catadores relacionados à sua organização econômica, por meios de cooperativas e associações, possibilitaram também o avanço da categoria no que se refere à sua identidade coletiva frente ao Estado e à sociedade, conforme será apresentado no Capítulo 4.

#### 4. A DEFESA DE DIREITOS E OS PROCESSOS SOCIAIS EMANCIPATÓRIOS

Como expressão da organização de catadoras e catadores, tendo em vista a necessidade da visibilidade e o reconhecimento do trabalho destes sujeitos, nasce o MNCR no cenário brasileiro, como proposta de ferramenta política de luta.

Com o apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua e reunindo mais de 1.700 trabalhadoras e trabalhadores em Brasília (DF), o MNCR divulga, em 2001, através do documento conhecido como Carta de Brasília, as necessidades das pessoas que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis e apresenta ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que regulamenta a profissão catador/a de materiais recicláveis e outras reivindicações:

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho. Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias à serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa (MNCR - Carta de Brasília, 2001).

O debate acerca da criação de um movimento social que representasse catadoras e catadores no Brasil teve início em 1999, com a realização do 1º Encontro Nacional de Catadoras e Catadores de Papel, na cidade de Belo Horizonte (MG). Nesse mesmo ano, brasileiras e brasileiros elegem pela segunda vez Fernando Henrique Cardoso (FHC) para a Presidência, padecendo ao longo dos seus quatro anos de mandato com as consequências do avanço de projeto político neoliberal no país.

Nesse mesmo período, entre 1999 e 2001, no Rio Grande do Sul, gaúchas e gaúchos escolhiam o primeiro governo popular no estado, cujo projeto político se diferenciava do proposto em âmbito nacional, denunciando o desmonte do país e o aumento da pobreza através das políticas implantadas por FHC, promovendo o combate às políticas neoliberais por meio de seu representante, governador Olívio Dutra. Como uma das primeiras ações de governo, Dutra cria a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, reflexo da sua preocupação com ações de desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental, respeito e preservação da natureza. É

nesse governo também que se identifica o início de ações, mesmo que tímidas, de fomento ao cooperativismo e à economia solidária enquanto organização social do trabalho, indo ao encontro do que o MNCR propõe como modelo produtivo.

Na esfera municipal, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre são pioneiras na inclusão de catadoras e catadores na coleta seletiva. Porto Alegre, desde 1996, apresentava ações de fomento à inclusão produtiva dessas/es trabalhadoras/es, a partir do reassentamento da vila Cai Cai para o então Loteamento Cavalhada. Ao longo dos anos seguintes, com o apoio do MNCR e contando com a solidificação do governo municipal de ideário socialista, catadoras e catadores conquistaram recursos para a construção de galpões de reciclagem descentralizados, próximos aos seus territórios de moradia, e o reconhecimento profissional.

Importante registrar que nesse mesmo período, em 2001, Porto Alegre foi sede do primeiro Fórum Social Mundial, evento que reuniu movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e outras organizações da sociedade civil de diferentes partes do mundo para o embate contra o sistema neoliberal e o domínio do capital, a partir de reflexões, ideias e proposições anticapitalistas. Foi um espaço de fortalecimento dos movimentos sociais, que, anos antes, já questionavam esse modo de produção.

Muito foi feito ao longo dos anos para avançar e transformar a realidade desses sujeitos, numa perspectiva de valorização do trabalho de pessoas que escolhiam essa profissão, optavam por essa forma de viabilizar seu sustento, com dignidade. Em 2002, a profissão catador/a foi reconhecida enquanto categoria profissional pelo Código Brasileiro de Ocupações, e, em 2003, com o início do governo popular no Brasil iniciou-se um intenso diálogo com o MNCR e organizações de apoio à luta das catadoras e dos catadores para o reconhecimento desses profissionais por meio de um marco regulatório que garantisse seus direitos. Também em 2003, após anos de luta, conquistaram reconhecimento por parte do Estado, com a instituição por decreto do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis.

Da instância faziam parte os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Cidades, do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego, da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda, da Educação e da Saúde, além da Casa Civil, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Também a criação da Lei nº

12.305, de 2 de agosto de 2010, instituindo a PNRS, garantiu muitos avanços, entre os quais dois devem ser destacados: a extinção dos lixões no Brasil, que serão substituídos por aterros sanitários, e a priorização da contratação, pelos municípios, de cooperativas organizadas de catadoras e catadores. Essa última determina o pagamento pelos serviços de limpeza urbana, uma vez que catadoras e catadores fazem esse trabalho e são remunerados somente pelo valor do material coletado – e não pelo serviço. Além disso, os resíduos recicláveis não poderão ser enviados para os aterros sanitários e os municípios que desrespeitarem a norma podem ser multados.

Entretanto, apesar das inúmeras conquistas alcançadas pelo MNCR nos últimos 20 anos, e mesmo com o apoio de setores e personalidades importantes, principalmente do Governo Federal com o início do governo Lula, catadoras e catadores penam com o descumprimento das leis por parte dos municípios, com o descaso de muitas repartições jurídicas, que deveriam trabalhar pela execução das leis, e com o *lobby* por parte dos grandes empresários junto a políticos para a retomada de pautas pertinentes aos seus interesses econômicos. O fechamento dos lixões, que estava previsto para o ano de 2015 e que, devido à interferência de diferentes políticos e empresários, foi protelado para agosto de 2018, é um exemplo dessa inoperância do Estado, de desrespeito a uma pauta importante, tanto pela questão ambiental quanto pelo processo de inclusão por meio de condições dignas de trabalho, além de enfrentamento ao trabalho infantil, situação frequente junto a esse ambiente.

Esse comportamento por parte do Estado vai ao encontro do conceito de identidade subalternizada, apresentado por Yazbek (1996, p.18), que também compõe a construção da trajetória de luta das catadoras e catadores de materiais recicláveis:

A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política.

Na mesma direção, Prates (2016, p19), em um artigo que dialoga com Yazbek, destaca, quanto ao processo de subalternização:

vale-se de Gramsci, afirmando que a superação da condição de subalternidade exige novos modos de pensar, uma concepção crítica de mundo, que suplante o senso comum e permita que as classes subalternas produzam uma contra-hegemonia. E essa luta, destaca a autora, não se trava somente nas esferas econômica e política, mas também no âmbito da cultura.

A autora, no contraponto aos processos subalternizadores, ressalta a importância de Assistentes Sociais privilegiarem, nos espaços onde realizam seu trabalho, processos sociais considerados como emancipatórios.

Diz a autora:

Precisamos trabalhar com a contradição, desafiando-nos, antes de tudo, a potencializar o caráter emancipatório das políticas a partir da ampliação de estratégias que instiguem a participação, a consciência, a organização, o acesso à informação mais qualificada e decodificada que amplia a cadeia de mediações da população, que instiga a mobilização. Nessa direção é preciso trabalhar para o desenvolvimento da percepção de que os processos são coletivos e precisam ser enfrentados coletivamente, que o real é mascarado e precisa ser desocultado, que precisamos desenvolver a solidariedade de classe para além da solidariedade despolitizada, reduzida, capturada pelo capital, como o são outros processos centrais e a luta dos trabalhadores, como a participação e a emancipação. (PRATES, 2014, p.3)

A partir de uma perspectiva emancipatória, o MNCR assume um papel significativo para que o trabalho de catadoras e catadores seja reconhecido, rompendo com a forma como a sociedade vê esses sujeitos, desnaturalizando a engrenagem que sustenta um modo de vida, de produção e de reprodução social alicerçada no capital e responsável pela produção progressiva de desigualdades para muitos, os trabalhadores, e privilégios para poucos, os donos dos meios de produção, o que foi sintetizado por Marx ao formular a Lei geral de acumulação capitalista. Diz Marx (1989, p. 747):

A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa de superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho e ainda quanto maior essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.

Gohn (2011) ressalta a importância dessas ações realizadas nas cooperativas, à medida que projeta nas e nos integrantes do grupo um sentimento de pertencimento social, um espírito de corpo coletivo, o que acaba por fortalecer suas ações nos processos de reivindicação por direitos, especialmente aqueles relacionados a

condições dignas de trabalho. No contraponto, porém, ressaltamos que a inclusão precária reduz o acirramento das contradições e pode contribuir para processos conformadores. Trata-se, portanto de processos contraditórios, onde convivem elementos de subalternidade e de rebeldia, sempre em disputa, que precisam ser reconhecidos e problematizados.

Nessa direção, a contribuição do trabalho de Assistentes Sociais, seja nos movimentos, nas cooperativas ou nas instituições que assessoram, pode ser muito relevante se direcionada para o fortalecimento de processos sociais emancipatórios, que se pautam na crítica à aparência e no desvendamento das contradições, mesmo em espaços que se constituem como de resistência. As refrações da questão social, objeto de trabalho de Assistentes Sociais, se materializa tanto em desigualdades quanto em resistências, e os processos de alienação, associados ao risco da trabalhadora e do trabalhador sequer conseguirem atender suas necessidades de subsistência, os leva a enxergar, em espaços muitas vezes precários, uma forma de solução para suas mazelas. Nesse sentido são chamados de colaboradores, de empreendedores, o que mascara a condição de exploração a que estão expostos.

Frente a tal cenário surgem as iniciativas de educação não formal, desenvolvidas por e para esse público, enquanto espaços de aprendizado, onde a apreensão de conhecimento se efetiva por meio da interação, integração e intercâmbio de ideias e experiências entre as pessoas participantes (Gohn, 2010). As relações se estabelecem de modo horizontal entre educadoras/es sociais e educandas/os, portanto, todas as pessoas ensinam e aprendem no processo.

No fundo, passa despercebido a nós que foi aprendendo socialmente que mulheres e homens, historicamente, descobriram que é possível ensinar. Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação. Há uma natureza testemunhal nos espaços tão lamentavelmente relegados da escola. (FREIRE, 2017, p.44)

Tanto Gohn (2010) quanto Freire (2017) afirmam que para além dos muros das escolas e das grades curriculares com conteúdo pré-estabelecidos há produção de saberes, e que esses saberes compõem a formação dos sujeitos nos espaços informais, nos territórios onde as histórias dos sujeitos são tecidas e entrelaçadas.

Para que a prática educativa aconteça, portanto, “é necessário que a realidade estimule o pensamento” (Marx, s/d: 119).

Gohn atenta para a intencionalidade das ações pedagógicas nos espaços não formais, o que as diferencia da educação informal “dados pelos seus pertencimentos culturais” (Gohn, 2010, p. 17). Nas iniciativas de educação não formal, a intencionalidade, as propostas e o planejamento são o que direciona o processo, para que o conhecimento que será repassado, trocado, e que também irá emergir, atenda um determinado propósito. Logo, é preciso reconhecer que os espaços onde as práticas educativas acontecem incluem os territórios onde os sujeitos vivenciam suas histórias, fincam raízes, espaços não escolares.

A educação informal é entendida como aquela que se aprende por meio da relação com a vida cotidiana dos sujeitos, parte do conhecimento e dos sentimentos herdados, e se objetiva, principalmente, no meio familiar, mas também nas redes de relações mais próximas, através dos meios de comunicação em massa, e também nos espaços onde a diversidade, cultural, religiosa e étnica se expressa.

A educação formal, para Gadotti (2005), “tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades”, espaços negados às populações historicamente excluídas, como é o caso de catadoras e catadores de materiais recicláveis, e compreendidos pela maior parte da população como instituições onde os saberes produzidos encontram-se em uma escala superior a todos os outros existentes em outros contextos da sociedade.

A dificuldade de acesso ou de permanência de pessoas empobrecidas nos espaços de ensino formal não diz respeito a elas, mas sim a um sistema público que deveria estar articulado com as políticas sociais, de modo a viabilizar o acesso e atendimento dos sujeitos na sua integralidade, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades. Segundo Iamamoto (2012):

As mais importantes expressões da questão social são: o retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens.

Lideranças do MNCR, preocupadas com o fortalecimento de sua base social e o desenvolvimento do pensar e o agir autônomos, dos processos de resistência e de reconhecimento enquanto profissionais da reciclagem, buscam desenvolver ações

pedagógicas que, neste estudo, caracterizamos enquanto ações de educação não formal, junto a cooperativas e associações filiadas ao movimento, por meio da metodologia intitulada “de catador pra catador”. Entendem que entre pares, a partir do intercâmbio de vivências nas diferentes regiões, aprendem, apreendem e ensinam, criando canais de comunicação mais fluídos, a partir de falas, expressões e realidades similares. Conforme o catador Alexandre Cardoso, em vídeo disponibilizado no site do MNCR, “a importância do catador falar para o catador é por que a gente consegue se compreender melhor, a gente sabe qual a realidade qual a dificuldade um do outro não importa o canto do Brasil que nós tamo” (Catador fala para catador, 2014). A expressão do catador vem ao encontro do que diz Freire:

O que tenho dito sem cansar, e redito, é que não podemos deixar de lado, desprezado, como algo imprestável, o que educandos, sejam crianças chegando à escola ou jovens e adultos a centros de educação popular, trazem consigo de compreensão do mundo, nas mais variadas dimensões de sua prática social. Sua fala, sua forma de contar, de calcular, seus saberes em torno da saúde, do corpo, da sexualidade, da vida, da morte, da força dos santos, dos conjuros. (FREIRE, 1993, p.86)

Nessa perspectiva, o MNCR, muitas vezes contando com as entidades de apoio e fomento, mais conhecidas como entidades do terceiro setor ou ONGs, desenvolve formações no campo político, técnico e social. Como exemplo, podemos mencionar os momentos de análise de conjuntura e as formações na área jurídica acerca dos marcos regulatórios sobre o tratamento dos Resíduos Sólidos no país, sobre a organização do trabalho, roteiros e conscientização ambiental da sociedade para o descarte adequado dos materiais, sobre igualdade de gênero, entre outros temas importantes para a gestão dos seus empreendimentos e para o seu fortalecimento enquanto classe trabalhadora e na vida em sociedade.

Outra forma de troca de experiência e de conhecimento, que também se constitui enquanto uma metodologia baseada na educação não formal, são os intercâmbios entre as cooperativas e associações, “<sup>7</sup>quando algum grupo tá mais avançado, tá com mais organização, esses catadores destes grupos que tem mais organização vem fazer um trabalho com aqueles grupos que não tão organizado ainda” (Catador fala para catador, 2014).

---

<sup>7</sup> Catador Alexandre Cardoso, MNCR

Muitos movimentos sociais, ao longo de décadas, buscam desenvolver processos político-pedagógicos de aprendizagem no âmbito da educação não formal como estratégia de resistência, com o objetivo de qualificar profissionais e dirigentes para a luta pela garantia de direitos.

Como dito anteriormente, muitas vezes com o apoio de entidades do terceiro setor, igrejas e partidos políticos, os movimentos sociais organizam processos, montam estratégias e captam recursos para seguir estruturando seus espaços de trabalho e para a sua articulação em diferentes regiões. Porém, essa relação de parceria nem sempre é tranquila, e muitas vezes é bastante conflituosa. Há de se ter empatia, recuos e exaustivos diálogos para que as trocas possam acontecer, além do exercício da confiança, que muitas vezes é colocada à prova por preconceitos construídos historicamente, inevitáveis enquanto sujeitos sociais que somos.

Em relação aos processos educativos, o materialismo dialético e histórico não admite a separação entre teoria e prática, na medida que se complementam. A teoria parte da prática ou do concreto e o abstrai para o pensamento que o problematiza, logo retorna a prática (critério de verdade para o marxismo), para qualificá-la, e o movimento prossegue, qualificando prática e teoria nessa mediação. É importante ressaltar que a prática a que se refere Marx não é qualquer prática, mas uma prática fundamentada pela teoria, com direção social definida, portanto, uma práxis. Como afirma Cury, a teoria sem a prática não se realimenta e fica sem sentido; a prática, por sua vez, sem teoria, perde substância política e efetividade. Uma das características do capitalismo é separar quem planeja de quem executa, o campo da cidade, a teoria da prática, tendo como parte de seu projeto essa fragmentação; por essa razão, muitas vezes se ouve a expressão “na prática, a teoria é outra”. Uma relação de proximidade e respeito à diversidade de saberes e a decodificação da linguagem técnica para que o movimento teórico seja explicitado à população para alongar sua análise crítica é o que se espera de profissionais comprometidos com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Do mesmo modo, as e os profissionais precisam estar abertos à apreensão de novos saberes, em especial aqueles que Freire chama de “saberes feitos”. Como afirma Freire, não há sábios absolutos, nem ignorantes absolutos, mas homens e mulheres que, em comunhão, buscam pronunciar o mundo (PRATES e CARRARO, 2017).

O processo de formação executado por meio do projeto Mulher Catadora é Mulher que Luta, executado entre os anos de 2015 e 2018 pela FLD em parceria com

o MNCR e apoio da União Europeia, parte das experiências e conhecimentos que as mulheres catadoras, sendo maioria nos espaços produtivos, já acumulam, tomando em conta, sobretudo, experiência de luta, experiência de vida e de liderança já acumuladas para o processo de fortalecimento das mulheres por meio dos encontros de lideranças, conforme será adensado no capítulo seguinte.

#### **4.1. O trabalho com grupos de catadoras numa instituição do terceiro setor: possibilidades e limites**

As organizações do terceiro setor despontam com evidência em diferentes países, incluindo o Brasil, ao longo da década de 90. Surgem em meio a uma ofensiva hegemônica neoliberal, inserindo-se em uma lógica de ação social, paralela à reconfiguração dos movimentos sociais, à ocupação dos espaços de controle social, como os conselhos de direitos, e à campanha pró-*impeachment* do presidente Collor (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010). Bombarolo afirma:

“Vários são os motivos pelos que se produz na década dos 90 este ‘auge’ da promoção das OSC, embora os mais destacados são: a) aumento da pressão social para ganhar espaços de participação em diferentes âmbitos da vida local e nacional (...) b) o paulatino afastamento do Estado de suas funções de executor de programas sociais (o que tem gerado uma demanda estatal de organizações privadas que colaboram no desenho, execução e avaliação destas políticas) e principalmente c) o aumento dos problemas sociais que vivem América Latina e o Caribe sobretudo a pobreza, a desocupação e a exclusão social em suas diversas expressões”. (1996:44)

As organizações que compõem o terceiro setor, na sua maioria, têm como base de suas ações a filantropia, a caridade, por meio de instituições religiosas, a solidariedade e o voluntariado sendo executados através de atividades pontuais e informais, “atividades públicas desenvolvidas por particulares; uma função social de resposta às necessidades sociais; valores de solidariedade local, autorresponsabilização, voluntariado e individualização da ajuda”, ou seja, assumindo o que seria de responsabilidade do Estado e servindo ao projeto neoliberal como meio de dar respostas e minimizar os impactos causados pela questão social no país (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

Representadas por ONGs, fundações, organizações e associações comunitárias, são juridicamente reconhecidas como organizações sem fins lucrativos, ou seja, não há lucro decorrente de suas atividades, como nas empresas (conhecidas como segundo setor); os recursos captados são única e exclusivamente para a manutenção de sua estrutura operacional e administrativa, e com pessoas voluntárias ocupando cargos de diretoria.

Na constituição desses arranjos há um conjunto de iniciativas do terceiro setor que, trilhando caminhos diferenciados, “alheios à lógica de exploração capitalista, deixam-se levar por patrocínios e suportes equivalentes para seus projetos sociais” (SARAIVA, 2006, p. 33), assumindo e executando ações de responsabilidade social empresarial, contribuindo para uma estratégia de publicidade que tem em vista somente a movimentação do mercado.

Por outro lado, não podemos perder de vista o potencial contra-hegemônico do terceiro setor, do reflexo de suas ações para o desenvolvimento social. De crescente atuação, assume cada vez mais o papel de representação da sociedade na mobilização de políticas públicas e no controle social, enquanto um setor militante que tensiona sistematicamente o Estado para que promova ações que possam impactar efetivamente na realidade desigual em que vivemos.

Nesse sentido, o terceiro setor se apresenta enquanto um agente social heterogêneo, com muitas contradições, limites, possibilidades e uma gama de potencialidades para a promoção da cidadania e do acesso a direitos sociais. É com base nesse debate que a FLD se coloca no cenário brasileiro, enquanto uma entidade social com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Constituída em 17 de julho de 2000, com sede no município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, atua há mais de 20 anos no fortalecimento de grupos que vivem em situação de desigualdade social e de comunidades empobrecidas, em todo o território brasileiro. Desenvolve suas ações em sintonia com as políticas públicas e, principalmente, com as políticas sociais. Segundo o seu estatuto:

Art. 3º – No cumprimento de sua finalidade, a Fundação atuará e desenvolverá projetos nas seguintes atividades sociais:  
I – assistência social;  
II – educação popular e intercultural;  
III – direitos humanos e democracia;  
IV – justiça de gênero;  
V – defesa do meio ambiente e justiça socioambiental;

- VI – projetos e iniciativas de geração de renda e autonomia dos empreendimentos econômicos e solidários;
- VII – saúde comunitária e alimentação saudável;
- VIII – segurança nutricional e soberania alimentar;
- IX – ajuda humanitária em situações de catástrofe;
- X – assistência técnica e extensão rural para a produção e acesso à alimentação livre de agrotóxicos e transgênicos.

A gestão institucional se dá a partir de três instâncias: o Conselho Deliberativo, constituído por 18 pessoas, cada uma delas representando um Sínodo da IECLB, reunindo-se uma vez ao ano; a Diretoria Executiva, eleita pelo Conselho Deliberativo, com três integrantes (presidente e dois vogais) que se reúnem ordinariamente quatro vezes ao ano; e o Conselho Curador, responsável por acompanhar e verificar as ações desenvolvidas pela FLD. Há uma exigência estatutária que o conselho deliberativo seja composto com 50% de representantes mulheres e 50% de homens.

Em 2018, a FLD incorporou outras duas organizações também vinculadas à IECLB, que se tornaram suas filiais. O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia, com sede em quatro cidades do Rio Grande do Sul e em duas no Paraná, e o Conselho de Missão entre Povos Indígenas, com sede em Porto Alegre e atuação em diferentes estados do país.

A equipe da FLD é hoje composta por mais de 70 pessoas de diferentes áreas, sendo que cabe à secretária executiva, nomeada pela Diretoria Executiva, representar judicial e extrajudicialmente a fundação, administrá-la e implementar as decisões do conselho deliberativo e da diretoria executiva. A gestão operacional fica a cargo da Coordenação Ampliada, composta pela coordenadora programática e coordenadora administrativa, juntamente com a secretária executiva.

Em relação ao Serviço Social, por muito tempo o trabalho de Assistentes Sociais esteve vinculado a contribuições pontuais, na realização de uma ou outra ação específica, em um ou outro projeto, não havendo uma continuidade. O trabalho com catadoras e catadores de materiais recicláveis é um exemplo: por muito tempo as ações desenvolvidas eram focalizadas e descoladas de outros conhecimentos, contribuindo para o fortalecimento das associações e cooperativas tendo em vista a geração e ampliação da renda, sem incidir sobre outras questões que determinavam esses sujeitos socialmente, para além do desenvolvimento produtivo. Questões como a drogadição, alcoolismo, violência doméstica e outras estão presentes de forma muito explícita na realidade dessas trabalhadoras e trabalhadores; por isso era urgente e necessária uma ação que fortalecesse também as pessoas.

O amadurecimento do trabalho do Serviço Social na FLD surgiu a partir de uma nova disposição institucional, que buscou romper com o caráter conservador de suas práticas sociais, reflexo de sua origem religiosa, que vê na ação caridosa e de face humanitária a sua prática. Ou seja, ao longo dos últimos anos, a FLD ampliou sua reflexão, rompendo com a forma filantrópica de suas ações e possibilitando que sua inserção na realidade se pautasse em uma visão de totalidade.

Sendo assim, iniciou-se um processo de conscientização institucional em relação ao trabalho dos profissionais do Serviço Social, fruto de uma demanda que emergia dos processos de trabalho em que se insere e que ganhou força ao longo dos últimos anos. Importante ressaltar que esses avanços, mesmo que pequenos, surgiram também devido ao tensionamento das trabalhadoras e trabalhadores que viam seu trabalho esvaziado, sem continuidade, superficial, gerando enorme incômodo, reduzindo a ação profissional a “respostas funcionais às situações que não demandam o seu conhecimento interno, mas tão somente a manipulação de variáveis para a consecução de resultados eficazes” (NETTO, 1992, p. 67). Conforme Couto (2009, p. 01):

Cada vez mais, é imperativo ao assistente social identificar aquilo que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissão é requerida.

No segundo semestre de 2019, a FLD passou a contar com uma Assistente Social para o desenvolvimento da atividade de Serviço Social, a partir de um trabalho que abarcasse o conjunto da organização, com um percentual significativo de sua energia e olhar direcionados para o trabalho mais efetivo com catadoras e catadores de materiais recicláveis no estado do Rio Grande do Sul.

Em relação ao trabalho com catadoras e catadores, a FLD vem atuando há aproximadamente 18 anos junto a esses sujeitos, por meio da execução de projetos e do apoio a grupos em processo de organização, cooperativas, associações. Também junto às ações de incidência em políticas públicas protagonizadas pelo MNCR.

Conforme mencionado anteriormente, os projetos construídos e realizados coletivamente por muito tempo priorizavam, principalmente, o processo de organização produtiva, na aquisição de equipamentos e melhorias estruturais,

considerando a necessidade de aumento de renda dessas trabalhadoras e trabalhadores. Os investimentos realizados por meio de projetos, cujo aporte financeiro decorria de organizações governamentais nacionais e religiosas internacionais, contribuiu consideravelmente para que associações e cooperativas conseguissem melhores condições para o trabalho. A aquisição de equipamentos resultava em um menor tempo para a realização de determinada tarefa, trabalhadoras e trabalhadores motivados, qualidade nos materiais comercializados e acordos de compra e venda mais justos. Por exemplo, se a cooperativa ou associação não tivesse uma balança, acabava por não saber o volume exato de materiais que estava vendendo, ficando, desse modo, a mercê do preço atribuído pelo comprador/atravessador. Dessa forma, a aquisição de um equipamento como uma balança é fundamental para que catadoras e catadores não sejam ludibriados, justificando os investimentos em infraestrutura.

Ao contrário das propostas que vinham sendo executadas pela FLD, de atuação para alterar a realidade estrutural das organizações de catadoras e catadores, durante o ano de 2014 os resultados do questionário cujos dados foram apresentados no capítulo anterior e a aprovação da Política de Justiça de Gênero da instituição reforçaram a necessidade de que fossem desenvolvidas ações com foco em processo sociais emancipatórios, de forma a abranger o sujeito em sua totalidade, não mais somente pela perspectiva econômica, mas considerando as múltiplas determinações sociais que conformam a sua situação de vulnerabilidade. Além disso, como parte do processo, surgiu também a necessidade de uma atividade que despertasse a tomada de consciência, principalmente, das trabalhadoras, em relação aos processos culturais impostos pela sociedade patriarcal, o reconhecimento e enfrentamento da desigualdade de gênero, que se reflete de forma perversa nos espaços produtivos, com a divisão sexual do trabalho muito presente no cotidiano das cooperativas e associações, conforme já mencionado.

Os dados apontados pelo IPEA, apresentados em diferentes momentos deste trabalho, sobre a análise da situação social de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis no Brasil, demonstram um número irreal de mulheres na catação, invisibilizadas, subestimando a demanda de criação de políticas de inclusão social para essa parcela da população. Somente a partir do momento que as mulheres tivessem a oportunidade de refletir sobre sua realidade poderiam efetivamente agir

sobre ela, contribuindo, por meio do fato de sentirem-se inseridas, para mudar, transformar tal realidade. Segundo Freire (1980, p. 26):

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica.

Tendo em vista o acompanhamento às organizações de catadoras e catadores no estado, surgiu, por conta do expressivo número de mulheres trabalhando com a catação e à frente da gestão, a proposta de desenvolvimento de um projeto que buscasse refletir com elas acerca da relevância do papel que exercem, para iniciar um processo de transformação social sobre a realidade vivida. Esse projeto teve como título Mulher Catadora é Mulher que Luta, construído em diálogo com as próprias catadoras, e contou com apoio da Delegação da União Europeia no Brasil, sendo realizado entre os anos de 2015 e 2018, a partir de uma parceria entre FLD e MNCR. Um grupo gestor, constituído anteriormente entre as duas organizações para a gestão dos projetos executados em parceria, iniciou o acompanhamento, porém não se manteve. Infelizmente, ainda é muito difícil para alguns homens, mesmo aqueles ditos progressistas, com discurso apoiado na luta pelos direitos humanos, defesa das bandeiras feministas, entre outros temas, sustentar seus posicionamentos ao verem mulheres em um lugar de destaque. As mulheres catadoras seguiram o acompanhamento e tiveram muita coragem para enfrentar críticas e desqualificações dos “companheiros”.

A sociedade impõe certos valores que fazem com que muitas famílias e a própria sociedade em geral ainda considerem os homens como superiores às mulheres. Essa maneira de pensar e agir se evidencia em diversos momentos de nossa vida. Igualmente, essa realidade se manifesta no MNCR, nas associações e cooperativas, mesmo com as catadoras representando a maioria nesses espaços. Catadoras trabalham na coordenação, na triagem, na catação nas ruas e na administração, desenvolvendo todo tipo de tarefas, encarando todos os desafios apresentados pelo trabalho e pela vida. Também lutam lado a lado com os companheiros e parceiros, na busca por uma vida melhor, mas na hora da tomada de decisões os homens têm a última palavra.

O projeto seguiu, portanto, com as mulheres à frente, e, considerando a metodologia desenvolvida pela MNCR, “de catador pra catador”, seis catadoras passaram a compor a equipe. Escolhidas pelos comitês políticos do MNCR das regiões em que trabalham, elas participaram do planejamento das atividades e de sua execução nas regiões específicas. A construção coletiva enriqueceu o projeto.



*Imagem 4. Equipe do projeto Mulher Catadora é Mulher que Luta*

Muitas ações foram planejadas por esse coletivo e executadas com 24 cooperativas e associações, nas regiões da Fronteira Oeste, Vale do Rio Pardo, Metropolitana de Porto Alegre e Vale dos Sinos. Em nosso estudo, no entanto, destacamos a experiência de constituição e os encontros dos Grupos de Mulheres, uma proposta de formação vinculada ao projeto dentro da perspectiva da educação não formal, conforme apresentada no capítulo anterior.

Para exemplificar como a proposta era realizada, passamos a descrever a experiência de um dos grupos de mulheres, localizado em uma cooperativa da região metropolitana de Porto Alegre. Essa cooperativa realiza o trabalho de coleta, triagem e comercialização de materiais reciclados. Possui um contrato com a prefeitura para prestação de serviços em toda a cidade e apresenta um número de 49 cooperadas e cooperados, sendo 26 mulheres e 23 homens. A gestão da cooperativa é realizada a partir dos princípios da economia solidária, ou seja, com envolvimento de todas e todos nas decisões. No entanto, se constatou nessa organização a manutenção de

um sistema que exclui as mulheres dos processos de tomada de decisão, com a coordenação composta por uma maioria masculina, mesmo com o número superior de trabalhadoras. Percebeu-se aí a necessidade de desenvolver com as catadoras a formação de novos sentidos em relação à profissão, onde se incluem as relações de gênero, a reflexão e entendimento sobre a conjuntura econômica, política e social que incide diretamente no seu cotidiano de trabalho, reflexão sobre os processos de resistência e luta que teceram, ao longo dos anos, uma identidade hoje coletiva, mas que surgiu a partir da reunião de identidades singulares, assim como o inverso. Explica Fernandes (2006, p.10):

A identidade pessoal passa por essa mediação pelo contexto, com os grupos em que cada um se faz pertencente. O sujeito transita por uma coletividade que lhe é externa tanto quanto o constitui como sujeito, tornando-se parte dele.

Portanto, é fundamental para o avanço dessa categoria o fortalecimento das mulheres, considerando toda a diversidade que compõe esse universo e entendendo isso enquanto um “processo de constituição e expressão de cada indivíduo...produzidos nos processos sociais e na relação entre subjetividade e contextualidade [...]” (FERNANDES, 2006, p. 18). Por isso também a necessidade de se fomentar o protagonismo das catadoras, com vistas ao acesso às políticas sociais, e incentivar a incidência dessas trabalhadoras junto a espaços de promoção e controle das políticas públicas – para que se apropriassem das condições e do lugar em que os programas de promoção dos direitos sociais são formulados e fiscalizados.

No primeiro encontro, foi realizada uma atividade de aproximação entre equipe e grupo de mulheres catadoras, tendo em vista a necessidade de explicitar a proposta e tirar dúvidas, buscando o consentimento de todas para a sua execução e a constituição de vínculos seguros que iriam sustentar o desenvolvimento das atividades. Nessa momento, participaram sete mulheres.

Após o planejamento, acordos e aproximação, foi realizada a primeira oficina, com temática definida, contando com a participação de 19 catadoras, o que demonstrou que entre o primeiro encontro, de aproximação, e o segundo, as mulheres puderam conversar nas mesas de triagem, nas esteiras, durante a coleta, sobre a participação, e estimular a mobilização de outras mulheres.

As dinâmicas das oficinas foram planejadas de modo a integrar as catadoras, em um processo participativo, de troca de saberes, complementaridade e partilha de vivências, com diferentes formas de diálogo e possibilitando a tessitura reflexiva entre elas. É a partir dessa intenção que a instrumentalidade no trabalho empreendido emergiu, com a mediação entre diferentes saberes instigando o protagonismo desses sujeitos. Conforme Guerra (2000, p.1213), a instrumentalidade parte da:

Passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos e sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico operativos.

Nessa primeira oficina, com uma participação expressiva das catadoras, se comparada com o primeiro encontro, os seguintes temas foram abordados: direitos das mulheres, relações justas de gênero e divisão de trabalho. A partir de uma técnica grupal participativa, todas colocaram em um papel características específicas da mulher, de um lado, e do homem, no outro. Na continuidade, todas trouxeram para a discussão as características apontadas. Houve então o relato de uma catadora, referindo-se à sua criação: “eu e meu esposo somos como iguais, minha mãe já dizia que eu e meus irmãos não somos diferentes”. Em seguida, outra catadora refletiu que, se fosse há 50 anos, não poderiam estar reunidas naquele espaço, discutindo o tema, resgatando o quanto era proibido às mulheres o movimento de pensar, refletir, falar.

No decorrer da discussão, a equipe complementou as falas, reforçando o que foi dito, apresentando outros elementos e dados para que as participantes refletissem, no sentido de provocar o debate. A provocação fez com que as catadoras continuassem falando e apresentando diferentes concepções em relação à temática: “nós criamos mal nossos filhos homens, por exemplo: o meu filho de 25 anos não quer fazer nada, não quer colaborar com as atividades domésticas deixando para as irmãs, mas eu determino que ele faça as atividades também e dou o mesmo tratamento para o neto”. Nessa fala, há a culpabilização das mulheres e dela mesma por uma responsabilidade imposta pela sociedade, e, por outro lado, há também a tentativa de envolver os homens nas atividades domésticas, destacando para filhos e netos sua responsabilidade comum

Outra catadora apresentou sua percepção e disse que, assim como as mulheres sofrem, os homens também recebem pressão para serem fortes e darem

conta de tudo. Desse modo, houve uma primeira reflexão, do quanto a sociedade incide sobre os modos de vida e o trato da educação. Todas participaram com relatos relacionados aos costumes e ao que está ligado à educação de meninas e meninos.

A reprodução de papéis pré-determinados e inquestionáveis leva ao sofrimento homens e mulheres, que, para serem aceitos pela sociedade, precisam corresponder a estereótipos estabelecidos, limitando o seu desenvolvimento integral como seres humanos. A reprodução desses valores em todos os âmbitos da vida naturaliza aquilo que, na verdade, é um produto social.

Marx (1999) destaca que o homem burguês é produto da sociedade burguesa, em outra sociedade organizada a partir de novo modo de produção, que não tenha no lucro e na acumulação sua finalidade é possível a conformação de um novo tipo de ser social.

Na sequência, houve a apresentação da história do feminismo, sobre como se expressa na sociedade e o quanto há de preconceito em relação a esse movimento que luta pelos direitos das mulheres. Houve o resgate de importantes conquistas feitas pelas mulheres, como a aprovação do voto feminino no Brasil em 1932, a aprovação da lei Maria da Penha e o fim da manutenção do dispositivo do Código Civil, de 1962, que reduzia a capacidade civil da mulher casada, criando-se o Estatuto da Mulher. Com o casamento, a mulher dependia do marido para algumas práticas da vida civil, entre as quais assinar contratos e movimentar contas bancárias. Muitos conceitos desiguais permaneceram no Estatuto da Mulher Casada; o reconhecimento da igualdade formal plena veio somente com a Constituição de 1988. Com essas informações, buscamos estabelecer uma conexão entre o vivido por diferentes mulheres há anos e o quanto as conquistas obtidas a partir de suas lutas reflete na vida das catadoras atualmente. Nesse mesmo encontro houve o debate sobre violência doméstica, e utilizando um filme e uma música, discutimos acerca do quanto a violência de gênero se expressa de diferentes formas e como ela está naturalizada no nosso cotidiano.

Prates (2007, p. 227), ao tratar do uso da arte como parte do instrumental de trabalho de Assistentes Sociais, ressalta:

O uso de filmes, letras de música, fotos e outros registros são ricos materiais dos quais podemos nos valer para interpretar o real. Uma foto, por exemplo, sobre o modo como os moradores de rua se organizam em grupos sob pontes ou viadutos, muitas vezes pode ser bem mais rica em detalhes, do que uma descrição escrita, para que uma equipe possa, coletivamente, analisar o uso

do espaço por estes sujeitos. A análise de trechos de música popular de uma região ou país expressa, nas estrofes, valores, mazelas, indignações, representações, estigmas que são socialmente veiculados, diferentes modos de apreender contextos e fenômenos que compõem estas realidades. Mas, para além da análise e interpretação, fundamentais à realização de uma intervenção consequente, estas fontes podem ser transformadas em estratégias e utilizadas como instrumentos para o desenvolvimento de processos sociais que instiguem processos reflexivos e mediações com realidades similares.

As catadoras trouxeram suas impressões, refletindo sobre o quanto as mulheres devem lutar por seus direitos e sua liberdade. Nesse momento, surgiu um novo debate, cada vez mais acalorado, e a partir de relatos de vivência a reciprocidade foi consolidando o grupo por meio do fenômeno “ressonância<sup>8</sup>”, que se expressa através:

Da troca de sentimentos entre as pessoas, o partilhar emoções comuns. Isso acontece quando a fala de um rebate nos outros e os demais vão interagindo a partir daquele significado exposto por alguém. Alguém fala dos preconceitos vividos em determinado período de sua vida, cada um é levado a pensar nos preconceitos que já sofreu ou já teve em relação a alguém. A temática passa a ser “preconceito”, todos se envolvem nela e numa tarefa de supera-la de alguma forma. De uma situação singular, passa-se a diversificadas vivências e a um contexto onde estas se dão, seu meio social. (FERNANDES, 2002, p. 17)

O tema foi aprofundado com a apresentação de informações em relação à violência doméstica, que no Brasil, segundo dados do Governo Federal, faz com que a cada cinco minutos uma mulher seja agredida em seu lar. Uma das participantes relatou então que sofreu agressão do marido por ciúmes, estava grávida do filho que atualmente tem 25 anos. Disse que quando se faz uma queixa na polícia, os policiais não dão atenção, por acharem que depois ela vai voltar para o marido e vai acontecer o mesmo outra vez. O relato, muito preocupante, é parte desse processo contraditório do reconhecimento de que em muitos espaços onde os direitos deveriam ser garantidos, eles são mais uma vez violados.

O primeiro encontro foi encerrado com outros relatos e reflexões, trazendo ânimo ao que havíamos proposto. Nessa primeira oficina, as participantes refletiram sobre as situações vividas que constituem as suas histórias, buscando nos acontecimentos do passado a aprendizagem necessária para suas reflexões no presente e transformação do futuro.

---

<sup>8</sup> A ressonância é um fenômeno que se manifesta no momento em que a fala trazida por uma pessoa do grupo ressoa em outra, transmitindo um significado afetivo equivalente, e assim sucessivamente.

Na segunda oficina, com a participação de 22 catadoras, o espaço se tornava pequeno. O encontro iniciou com uma breve apresentação, pois havia três novas integrantes. Elas faziam parte de uma cooperativa do município vizinho e foram convidadas pelas demais para participar, mesmo aquele não sendo o seu espaço de trabalho. Assim, mesmo não havendo nenhum tipo de consulta anterior por parte das catadoras para estender o convite às mulheres de outras organizações, houve o entendimento por parte da equipe de que a proposta tomaria um volume maior do que o esperado, e o movimento de convidar outras e o seu aceite demonstravam o quanto necessitavam unir-se e o quanto identificavam em outras companheiras a necessidade de absorção de conhecimentos para se fortalecerem. Foi uma grata surpresa a participação de outras mulheres e a constatação de uma organização mais ampla que começava a germinar.

Propôs-se então que o grupo pudesse retomar alguns acordos, para que a convivência entre todas fosse respeitosa e harmoniosa. As participantes listaram três itens considerados importantes para a preservação da atividade: atender o celular apenas em casos de emergência, garantindo a participação efetiva de todas; filmagens não seriam realizadas, somente fotos, com autorização de todas, de forma a não expor o que estava sendo realizado, garantindo a privacidade e o ambiente de trocas seguras; fumar apenas no intervalo e final do encontro, para que não se dispersassem.

A partir desse exercício, foi sugerido que o grupo se dividisse em duplas para conversar entre si e trazer elementos particulares da vida de cada uma. Coisas sobre as quais não costumavam falar ou debater no seu dia-a-dia e que considerassem importante e pertinente que todas soubessem. A dinâmica tinha como objetivo permitir conhecer um pouco mais sobre suas companheiras, para além do que cada uma apresentava no cotidiano do trabalho. A maioria das catadoras aceitou a proposta, e, embora algumas tenham se recusado realizá-la, permaneceram no local, enquanto, por cerca de alguns minutos, as demais desenvolviam a atividade. Após este momento, cada dupla se apresentou, trazendo a partir dessa troca a característica que mais chamara a atenção em relação à companheira. Como previsto, vieram informações sobre as colegas que algumas desconheciam. A atividade foi muito produtiva e divertida, pois aproximou umas das outras, descontraíu o grupo, possibilitou que se percebessem para além do espaço produtivo, como pessoas com gostos, desejos, manias, provocando o sentimento de empatia entre elas.

Nas dinâmicas ou na dialética grupal é fundamental a constituição do espírito de corpo, quando o grupo se reconhece a partir de elementos similares que o aproxima, em que pese a sua diversidade, ou seja, implica na construção da unidade na diversidade, fundamental ao processo organizativo. (LA PASSADE)

Há uma diferença importante entre técnica grupal e dinâmica ou dialética grupal que cabe mencionar aqui. No trabalho com grupos, utilizamos as técnicas grupais a partir de escolhas profissionais que são propostas ao grupo para incidir sobre sua dinâmica, seja para descontração coletiva, para favorecer a interação entre as e os participantes, para instigar o desvendamento de processos que atravessam a vida dos grupos e de seus componentes, ou ainda para debater temáticas de interesse do grupo – como no caso das catadoras, a questão do trabalho e as questões de gênero. A técnica a ser utilizada em cada momento é definida a partir de objetivos que pretendemos alcançar, com base na avaliação ou diagnóstico grupal, considerando a dialética ou a dinâmica grupal. A dialética ou dinâmica grupal é a energia, o movimento, a construção relacional que o grupo desenvolveu, até aquele momento, a partir da interação entre seus pares. Portanto, a técnica é definida a partir da identificação da dinâmica. (LA PASSADE)

Como ressalta Prates (2007, p. 231), do mesmo modo que no trabalho com grupos o uso da técnica não pode se sobrepor à dinâmica grupal, sob pena de que a efetividade se perca no caminho (fetichismo da técnica que está na base do tecnicismo), o uso da arte, ou qualquer estratégia de exposição, não pode prevalecer sobre o que é essencial, o conteúdo aprofundado e problematizado da mensagem orientada para uma finalidade, ou a exposição perde densidade e substância. E complementa, afirmando que:

O uso, por exemplo, de técnicas de grupo, sem que seja considerada a dinâmica do grupo, seu movimento, suas necessidades e expectativas, seus vínculos, construídos ou não, avaliação sem a qual não seria possível a escolha adequada de uma determinada técnica para auxiliar no favorecimento deste ou daquele processo social, seria tão mecânica quanto um filme passado a esmo. Ambos poderiam ser considerados processos tecnicistas, ambos careceriam de efetividade, porque mal fundamentados. (PRATES, 2013, p. 4)

Como atividade de finalização, cada uma recebeu uma tarjeta para que fosse colocado ali o sentimento quanto à formação do grupo, qual sua expectativa para o

andamento dos próximos encontros e também que pudessem deixar uma mensagem para todas. Os sentimentos descritos foram colados no desenho de um grande coração. Depois de lidas as mensagens, que traziam sentimentos de satisfação, esperança, fortalecimento, apropriação, amizade, união e tantas outros, o coração foi fixado em local visível no espaço onde os encontros se desenvolveriam.

A terceira oficina teve a participação de 18 catadoras, e foram debatidos temas sobre o cotidiano das mulheres, a educação e reprodução e trabalho e gênero. As mulheres foram divididas em dois grupos, com a tarefa de desenhar relógios, sendo que o grupo 01 teria que preencher o relógio com as atividades realizadas pelas mulheres durante o seu cotidiano, e o grupo 02, com as atividades realizadas pelos homens. Como orientação, constava levar a discussão ao âmbito das associações e cooperativas, refletindo sobre quem ocupa os cargos de decisão e representação nessas organizações. Na sequência, cada grupo apresentou seu relógio com as atividades, gerando um interessante debate sobre o dia-a-dia de homens e mulheres, relacionando esses afazeres com a educação e os papéis desempenhados por ambos os sexos, chegando assim ao mundo do trabalho.

Os encontros foram tomando forma aos poucos. Com o tempo, as catadoras foram ficando mais à vontade, em um processo facilitado pela utilização de diferentes técnicas grupais para introduzir os temas e estimular a participação, com o cuidado de sempre deixar que o debate fluísse livremente, sem rigidez, para que pudessem se expressar no momento desejado, aproveitando a dinâmica grupal construída. A forma com que as atividades se desenvolveram foi reflexo não só de uma intenção de quem as promovia, mas de um conjunto de pessoas e situações que moldaram a construção da dinâmica grupal.

A experiência comprovou que o projeto contribuiu para o fortalecimento do próprio ambiente produtivo, com mulheres e homens imprimindo uma nova disposição para o desenvolvimento das ações coletivas. Exemplo disso foram os relatos que chegavam de episódios desencadeados após os encontros, como o dia em que as mulheres se uniram para carregar um caminhão com fardos de materiais, assumindo a tarefa que anteriormente era apenas dos homens, e de situações da sua vida particular, como acordos estabelecidos com os filhos homens e maridos para a divisão de tarefas no lar. Algumas de suas falas são expressivas desse processo: “aprendi um monte de coisas novas. Aprendi que a gente tem direitos que estavam ocultos e não sabíamos. A gente nem sabia que existiam tantos direitos”; “fiquei feliz com a

integração, estamos mais unidas depois que o grupo começou”; “gosto do grupo de mulheres porque aprendemos muito, muito”. Por fim, a fala de uma catadora analfabeta que pedia à outra para escrever seu nome, para que pudesse copiá-lo na lista de presença da reunião: “agora também estou assinando a presença. Me sinto à vontade e espero os dias da reunião”.



*Figura 5. Grupo de Mulheres na associação de catadoras e catadores da Associação de Catadores de Lixo Amigos da Natureza (ACLAN) no Município de Uruguaiana (RS)*



*Figura 6. Grupo de Mulheres na Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Rio Pardo (COCAMARP) no município de Rio Pardo (RS)*

Outros relatos se somam, como o da catadora Maria Tugira em depoimento para o vídeo produzido pelo projeto, onde ela disse: “quando a Fundação começou a executar o projeto nas bases as mulheres pareciam que não acreditava nem em si

mesmo. Hoje, depois dos meses passados, que teve vários encontros de mulheres, que levou conhecimento das mulheres, os direitos delas, a gente vê que as mulheres, elas se abriram, elas procuram conhecer a fundo qual a lei que ampara elas, aí a gente via aquelas mulheres tímidas, aquelas mulher que as vezes até sofriam violência doméstica em casa e hoje elas se impõem, hoje elas já tem o conhecimento”.

A fala da catadora Maria Tugira vai ao encontro do depoimento de outras mulheres: “o grupo de mulheres é importante, é um espaço para expor os problemas do dia a dia que precisam ser conversados, já que no trabalho não há oportunidade de parar e refletir”; “nunca tínhamos tido isso, de parar no meio do dia, no local de trabalho, para aprender sobre assuntos que a gente desconhecia, como as leis e nossos direitos”; “quando falavam de trabalho, afastava-me da conversa, tinha vergonha de contar que trabalhava como catadora. Hoje, com a ajuda das minhas colegas, do grupo e em especial da minha mãe, já não tenho mais vergonha”; “...não tenho vergonha de falar que já apanhei muito, que já fui muito machucada, sofri demais, ..., mas gostaria de dizer pra outras mulheres, que não é simples e fácil sair dessa situação, mas que as mulheres devem lutar sempre, pedir ajuda, que uma hora alguém te ouve e te abraça...”; “mas é um absurdo viver apanhando de vagabundo, ... se isto chega a acontecer comigo eu dou-lhe pau...”; “hoje percebi que muitas vezes fui vítima de violência psicológica”; “era pancada todos os dias...hoje sei dos meus direitos...ninguém mais bate em mim”. As falas demonstram o ambiente seguro que elas mesmas criaram para que pudessem expressar sentimentos e trocas de vivências e experiências. Esses relatos foram extraídos dos relatórios da equipe, sendo as falas realizadas durante os encontros e ao final deles, no momento em que a avaliação da atividade do dia era realizada.

Durante a execução do projeto, foram realizados encontros mensais com nove grupos de mulheres, tendo a participação de 281 catadoras. Importante registrar que, segundo relatório narrativo do projeto, o número de participantes dos grupos oscilou em consequência da rotatividade de cooperadas/associadas que buscavam outros espaços de trabalho, característica que é própria das organizações de catadoras e catadores. Também é descrito que surgiram dificuldades, como a manutenção dos grupos em organizações localizadas no município de Porto Alegre. Em uma das cooperativas onde a proposta não teve seguimento, a equipe descreveu nos relatórios de acompanhamento que “percebeu-se um crescente desinteresse por parte das participantes e pouco apoio por parte da coordenação da cooperativa. As catadoras

entendiam que aquele tempo destinado para a discussão prejudicava a produção e não demonstraram disposição para construir um horário alternativo para os encontros”. O grupo foi se esvaziando e depois da realização de seis encontros definiu-se com a coordenação da cooperativa e catadoras que ele seria encerrado.

O documento de auditoria externa do projeto confirma que, ao final:

O Projeto demonstrou ser relevante particularmente para as mulheres catadoras, pelas oportunidades de conhecimento dos seus direitos como mulheres e de identificação das situações de opressão e violência provocadas pelas desigualdades de gênero. {...} Projeto contribuiu para construir visões novas sobre si mesmas e conhecer melhor as circunstâncias que as circundam e oprimem e as possibilidades de alterar essa realidade. Alguns depoimentos apontam para mudanças de comportamento e atitudes com relação aos homens, nas relações de vida pessoal e de trabalho e diante de situações da violência que sofrem. Mesmo tratando-se de situações pontuais e particulares, esses relatos podem indicar sentimentos de autoestima e autoconfiança, indícios do exercício dos direitos e de transformações nas relações de gênero

Buscamos até aqui mostrar, a partir do trabalho concreto realizado com as catadoras, a partir da mediação do trabalho do Serviço Social e do uso de técnicas e da dinâmica grupal, a riqueza da constituição de processos organizativos, registrados nos documentos institucionais. No próximo item, pretendemos destacar a similaridade na trajetória de vida das catadoras e a educação não formal nesse processo.

#### **4.2. Mulheres catadoras: histórias tecidas com “fios de ferro”**

São mulheres desgraçadas  
 Como Agar o foi também  
 Que sedentas, aquebradas  
 De longe... bem longe vêm...  
 Trazendo com túbios passos  
 Filhos e algemas nos braços  
 N'alma lágrimas e fel  
 Como Agar sofrendo tanto  
 Que nem o leite do pranto  
 Têm que dar para Ismael  
 (navio negreiro)

Muitos foram os caminhos percorridos pelas mulheres catadoras para que tivessem hoje o reconhecimento do seu trabalho e da sua luta por boa parte da sociedade. Muitos foram os desafios e muitos seguem sendo. Muitas foram as que antecederam as que hoje estão ocupando os cargos de liderança, as coordenações das cooperativas, à frente de projetos e iniciativas como foi com o projeto Mulher Catadora é Mulher que Luta, na ânsia e esperança de tentar provocar pequenas mudanças na realidade profissional e de vida, sua e de suas companheiras, das mais jovens e das que ainda estão para se inserir na profissão.

De histórias semelhantes, que se entrelaçam, os relatos ao longo de 10 anos de acompanhamento a catadoras e catadores mostram que a maioria possui uma origem no campo e quando chegam nas áreas urbanas encontram abrigo nas periferias e trabalho nos lixões, vulneráveis a todo tipo de situação. “Todas história das pessoas do lixão, elas são quase sempre a mesma coisa. Quase sempre são parecidas, é a mesma história”. (Maria Tugira, 2019)

“Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: faz de conta que eu estou sonhando” escreveu a catadora de papel Carolina Maria de Jesus no livro *O quarto do despejo*, onde descreve as dificuldades e sofrimentos vividos, tendo como foco sua sobrevivência e de seus filhos. Relata que para ela não existia a possibilidade de descansar, nem tempo para se divertir, “o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gosar descanso” escreveu ela (Carolina, 2019). Da mesma forma, a catadora Maria Tugira, no filme *Catadora de Gente*, diz que “podia ter pegado meus filhos sair pra passear, que passear que é nada, vamos trabalhar, enquanto descansa carrega pedra eu era daquele tempo ainda né, descansa carrega pedra”.

Aqui voltamos à discussão acerca da categoria trabalho e o quanto o ritmo imposto pelo sistema produtivo capitalista faz com que o lazer seja secundário na vida das pessoas, mesmo daquelas que dispõem de recursos e tempo para tal momento. Segundo Padilha (2006):

Um outro elemento característico dessa abordagem considera a sociedade formada por classes sociais distintas cujas condições materiais de existência determinam a existência, assim como a forma de lazer de cada classe. Não há o mesmo lazer para todos, ainda mais porque, na sociedade capitalista, tudo é potencialmente transformado em mercadoria, inclusive o lazer que passa a ser comprado e vendido no mercado. (PADILHA, 2006, p. 12)

Na Constituição Federal de 1988, o lazer, assim como a educação, saúde, segurança, previdência, proteção, maternidade e infância e a assistência aos desamparados, é tido como um direito social. Conforme Pereira (2002, p.224), “têm como perspectiva a equidade, a justiça social e exigem atitudes positivas, ativas ou intervencionistas do Estado para, de par com a sociedade, transformar esses valores em realidade”. Porém, as condições de vulnerabilidade social a que muitas pessoas estão expostas e a desigualdade social com diferenças gigantes de distribuição de renda fazem com que o “direito ao lazer” ainda seja um privilégio e, como bem escreveu a catadora Carolina, negada às camadas empobrecidas. Nas palavras de Yasbek (2003):

Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a um patamar de “mínimos sociais”, compreendido por um conjunto de bens e serviços sociais ao lado de outros meios complementares de sobrevivência, precisa ser considerado para definir as situações de pobreza. É importante ainda considerar que pobreza não é apenas uma categoria econômica, não se expressa apenas pela carência de bens materiais. Pobreza é também uma categoria política que se traduz pela “carência de direitos, de possibilidades, de esperança”. Esta face da pobreza suscita novos desafios à gestão estatal dos processos de inclusão/exclusão social dos subalternos e, particularmente, à assistência social, historicamente campo dos excluídos. (YASBEK, 2003, p. 23)

Portanto, a pobreza é entendida também como uma condição de não acesso aos direitos sociais fundamentais.

Sobre a origem no campo, o trabalho desde muito cedo e os preconceitos vividos, Maria Tugira fala:

“a minha infância já foi uma infância sofrida, perdi minha mãe com 6 anos e já fui criada trabalhando, a gente trabalhava na roça tocando vaca, tocando o gado, a gente se criou na época era mais para os fazendeiros que a gente trabalhava e depois sim, fui me criando aí já fui morar em casa de família, já fui trabalhar de babá pra os outros. Estudei um pouco, o quanto dava, e assim foi que eu fui me criando, mais um mundo me criando do que eu e assim foi minha vida. Eu trabalhei de doméstica com uns alemão umas alemoa”. (Maria Tugira, 2019)

Vera Lúcia Flores da Rosa, catadora na Cooperativa de Catadores e Recicladores, na cidade de Santa Cruz do Sul (RS), antes de entrar para reciclagem, trabalhou na safra em plantações de fumo e, assim como Maria Tugira, como doméstica. “O trabalho na safra durava de dois a três meses. Depois disso, eu ficava

sem sustento, com três filhas e um filho, dependia em tudo da minha sogra. Às vezes, fazia faxina em troca de comida”. Ela segue contando que:

(...) “ainda tinha vergonha de trabalhar como catadora. Uma vez, contei para a senhora com quem trabalhava, e ela me deu parabéns! Disse que eu estava fazendo uma tarefa muito importante. Me deu orgulho”. Foi então que Vera voltou para a catação e dela tira seu sustento e de sua família até hoje.

A catadora Débora Machado dos Santos trabalha na Associação de Catadores de Materiais Recicláveis, em Rosário do Sul (RS), tem quatro filhas e um filho e já fez “de um tudo” para sustentar a família: faxinas, venda de bolos e pastéis na rua, venda de materiais recicláveis coletados de forma individual e armazenados no pátio da casa. Assim como Tugira, Vera e Débora, Carolina Maria de Jesus, além de catar, lavava roupas para fora e escreveu: “meus filhos não são sustentados com pão da igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los”.

O trabalho doméstico em comum, a luta pela subsistência do lar e cuidado com filhos e filhas, e o fato de serem quatro mulheres negras. Quando trabalhava como doméstica, Maria Tugira relata que:

“todos os dias eu via a alemoa dizer: ‘nero, cane e corvo, tutti accompagnano’ e eu não sabia o que que era, mas eu sabia que era pra mim. Aí um dia eu perguntei (por que era uma italiana e uma alemão) elas eram cunhada. Aí eu perguntei pra dona Tereza essa que era italiana, mas o que quer dizer isso aí? aí ela me disse: negro, cão e corvo tudo igual. E aí eu fiquei muito braba quando eu descobri o que era. Depois que eu descobri aí já comecei a ver que eu já estava sofrendo um tipo de agressão, já era um preconceito. Quando a gente é abusado na integridade da gente, quando a gente sofre esse preconceito, quando a gente é ofendido sem poder dar resposta... quantas coisas às vezes a gente é obrigada a fazer na vida por uma questão de sobrevivência.”

A autora Djamila Ribeiro (2019) defende que o racismo é produto de uma construção história do Brasil e estrutural. Ela diz:

O primeiro ponto a entender é que falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências. Deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas.

A filósofa Angela Davis, a partir de uma perspectiva histórica, ao encontro do que aponta Djamila Ribeiro, resgata os episódios de estupros cometidos por proprietários brancos em negras escravizadas, que, além da questão racial e patriarcal, tinham também interesses econômicos. Segundo ela, as pessoas negras nos EUA, no período escravocrata, e as pessoas negras no Brasil, no período colonial e imperial, eram tratadas como mercadorias, deveriam procriar para dar lucro (DAVIS, 2016). Portanto, o racismo é parte de um processo social, de uma estrutura que se mantém apesar de todas as discussões e conquistas das pessoas negras. “O negro só é livre quando morre”, escreveu Carolina.

Sobre o trabalho no lixão, a catadora Nildete da Silva Pereira dos Santos, da Cooperativa de Catadoras e Catadores de Rio Pardo, diz:

Eu morava perto de um lixão, ao lado do Rio Jacuí, onde trabalhavam várias pessoas que buscavam a sua sobrevivência. Quando chovia muito, o local ficava alagado e o material era totalmente perdido, pois acabava no rio. Eu achava tudo muito ruim, pois as pessoas perdiam tudo e o rio, se contaminando.

Importante destacar que os municípios tiveram até o ano de 2014 para desativar os lixões, dar destinação adequada aos resíduos, organizar associações ou cooperativas de reciclagem, ou incluir as pessoas que sobreviviam da coleta nesses espaços em programas para geração de trabalho e renda. Porém, o prazo foi protelado para o ano de 2018, sendo no último período revisado e ampliado para o ano de 2024, evidenciando o descaso dos governantes com a questão social e ambiental.

Assim como Nildete, Maria Tugira também viveu a experiência de trabalhar em lixão ao lado de um rio e conta que “na época o lixão era lá na barranca do rio, né, quando vinha chuva a enchente levava tudo e daí depois que lavava, ficava tudo aparecendo o que tinha de ferro, osso, vidro que dava pra gente junta”. Ela conta que tinha uma carroça de tração animal e quando começou na catação não havia garrafa *pet* ou outros materiais como os que são reciclados hoje. Segundo ela:

Quem não tem raiva não trabalha no lixão, pra ti trabalhar no lixão tu tem que tá enraivada e te deixa embrutecida. Mesmo que tu chegue num espaço desse aí, sensível, tu tem que te tornar uma pessoa rude, uma pessoa bruta, pra poder enfrentar aquele...o dia a dia daquele espaço ali.

O embrutecimento a que Maria Tugira se refere, de forma muito genuína, Marx aponta como sendo produto do trabalho alienado e estranhado que visa à subsistência de trabalhadoras e trabalhadores, contribuindo para que os sujeitos se tornem o próprio produto, como mercadoria inconsciente de si.

[...] não somente como uma mercadoria, a mercadoria humana, o homem na determinação da mercadoria; ela o produz, nesta determinação, precisamente como um ser desumanizado (*entmensches Wesen*) tanto espiritual quanto corporalmente – imoralidade, deformação, embrutecimento de trabalhadores e capitalistas. (MARX, 2010a, p. 92-93)

Ao tratar do embrutecimento de trabalhadoras e trabalhadores, retomamos ao poema de Castro Alves, quando descreve as viagens infundáveis dos navios negreiros, uma das maiores atrocidades da história. “Um de raiva delira, outro enlouquece; Outro, que de martírios embrutece; Cantando, geme e ri!” Segundo Laurentino Gomes (2019), a condição de cárcere dentro das embarcações, as torturas e violências sofridas geravam nas pessoas escravizadas o que eles chamavam de “banzo”, que seria uma depressão, que gerava um misto de sentimentos nas pessoas. Mesmo considerando todas as questões específicas de tempo, espaço e outras determinações, podemos, sim, comparar os sentimentos provocados nas pessoas devido às condições em que lutavam pela vida. Laurentino Gomes (2019) conta ainda que, as rotas dos navios no Atlântico modificaram a rotina dos tubarões no oceano, isso por conta dos corpos jogados ao mar que serviam como comida para os animais.

E nos lixões? Nos lixões eram alimentos jogados fora, que animais disputavam com pessoas. Segundo Maria Tugira, os mercados jogavam uma grande quantia de comida “e tinha porco, vaca, tudo em cima do lixão. Ai a gente viu que ali era uma fonte de alimento”.



*Figura 7. Lixão de Uruguaiana. Foto: Maria Tugira*



*Figura 8. Lixão de Uruguaiana. Foto: Maria Tugira*

Carolina Maria de Jesus escreveu: “a tortura da fome é pior do que a do álcool. A tortura do álcool nos impede de cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago” (p.39). Maria Tugira, anos depois, completa: “A única coisa que não espera na nossa vida é a questão do estômago, tudo a gente pode dar um tempinho, mas a alimentação é difícil, mais do que a gente aguentar um dia ou dois não aguenta mais. É a questão da subsistência do corpo. Então a sobra do rico é a fartura do pobre”.

Em 1989, João Bosco e Aldir Blanc, por meio da música O ronco da cuíca, denunciavam a situação de fome e de miséria que as pessoas empobrecidas no Brasil viviam. No título, a menção ao instrumento trazido pelas pessoas negras naturais do Sul da África, no período do Brasil colônia: “A raiva dá pra parar, pra interromper; A fome não dá pra interromper; A raiva e a fome é coisas dos home. A fome tem que ter raiva pra interromper; A raiva é a fome de interromper; A fome e a raiva é coisas dos home”.

Em julho de 2021, a partir de um esforço conjunto, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas e a Organização Mundial da Saúde publicaram o relatório O Estado de Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo, buscando evidenciar o agravamento da fome mundial no ano de 2020, devido à pandemia do coronavírus.

Em 2021, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional lançou o Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil, denunciando que 55,2% dos domicílios no país conviveram com algum grau de insegurança alimentar durante o ano de 2020, ou seja, cerca de 19,1 milhões de pessoas.

A partir do primeiro ano do governo Lula, em 2003, presenciamos no Brasil avanços significativos no combate à fome e à pobreza. Com a covid-19, o país volta a contabilizar milhares de pessoas em situação de fome. Para além dos dados, essa é uma realidade que se evidencia a “olhos vistos”. Não é preciso ser uma pessoa muito atenta, empática ou solidária para perceber que ao longo dos últimos anos voltamos a ver pedindo crianças, pessoas fazendo filas no açougue para comprar pés de galinha e ossos, para garantir o mínimo de proteína na refeição da família, inúmeros pedidos de ajuda nas redes sociais, famílias inteiras morando nas ruas, entre outras situações de total desamparo.

Mas não se pode usar a pandemia como o único fator que desencadeou toda essa miséria. Ela aprofundou ainda mais as desigualdades, mas o congelamento dos investimentos sociais, o desemprego, os cortes em programas como o Bolsa Família e em outras políticas sociais contribuíram para o empobrecimento da população. Soma-se a isso a falta de uma condução nacional com medidas que poderiam reduzir a contaminação, vista por muitos como um caos planejado pelo atual governo, que

com sua política genocida continua a disseminar informações falsas, incentiva o não uso de equipamentos de proteção individual, ataca as políticas sociais e penaliza a classe trabalhadora.

A incapacidade do governo Bolsonaro em enfrentar os efeitos decorrentes da pandemia elevou a taxa média de pessoas desempregadas em 2020, conforme aponta a PNAD Contínua. Postos de trabalho informais também sofreram queda. Pela primeira vez, menos da metade da população em idade para trabalhar estava trabalhando no país, com o nível de ocupação de 49,4%.

Pessoas que já estavam em situação de pobreza, negras, moradoras e moradores das periferias, foram as principais afetadas com a pandemia. Sem trabalho, com filhas e filhos em casa sem dispor de equipamentos e internet para o estudo remoto, sem acesso aos alimentos básicos, remontam um cenário desolador de fome e de desigualdade social sem precedentes, revivendo momentos de crises da década de 90. “Isso não pode ser real num país fértil igual ao meu. Revoltei-me contra o tal serviço social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma da existência infausta dos marginais”, escreveu Carolina Maria de Jesus (p.36).

Frente a esse cenário, muito foi feito por profissionais do Serviço Social que estavam na linha de frente, buscando atender as situações desencadeadas pelo contexto. Relatos chegavam de todos os lados. A FLD, adotando diferentes estratégias, desenvolveu ações de ajuda humanitária junto ao público apoiado, entre elas a doação 4.985 cestas com produtos agroecológicos, em uma proposta de duplo impacto, enfrentando situação de insegurança alimentar e contribuindo com a renda de famílias agricultoras. Além das cestas de alimentos, luvas e máscaras pff2 foram doadas para catadoras e catadores. “As pessoas estão consumindo menos, então geram menos resíduos. Por isso, esse auxílio básico, com alimentos de qualidade, é muito importante. Temos aqui famílias grandes, que estão sem trabalho. Começando lá por casa, que tem cinco crianças pequenas. E a gente mesmo precisa. Como que a gente vai trabalhar sem se alimentar?”, disse dona Marlene Rodrigues, que trabalha na Associação de Catadores de Rosário do Sul (RS). Essa é a realidade das organizações de catadoras e catadores.

Mesmo passando por situações difíceis como a do último período, tendo que lidar juntamente com o descaso do governo em meio a uma pandemia, catadoras e catadores mostram, ano após ano, sua capacidade de resistência, força e foco para a

manutenção do seu trabalho, conquistado com muita luta e empenho. As poucas organizações que fecharam por conta da crise sanitária abriram semanas depois, pois não podiam se dar o privilégio de parar de trabalhar, não conseguiriam executar suas tarefas em *home office*, foram expostas ao vírus todos os dias e ainda assim buscaram ânimo para seguir e para participar dos encontros virtuais promovidos pela FLD, mesmo com muitas dificuldades de infraestrutura para as atividades *on-line*. Fica evidente a vontade das catadoras de buscar conhecimento, mesmo em situações tão adversas.

Maria Tugira conta que quando trabalhava no lixão encontrava dezena de livros, e como não vendiam papel, ela levava os livros para casa:

(...)ai eu escolhia aqueles livros que me agradava e levava pra casa. Eu levei uma coleção do Machado de Assis, levei as constituição, os livros de direito que eu encontrava que eu achava que podia me interessar de ler, eu levava, levava tudo pra casa (...) Aí foi como a gente mais ou menos pegou conhecimento dos direito da gente. Por que a e a gente não tinha estudo suficiente, mas se ta lá no livro é porque disserto eu tenho direito, se tá lá na constituição é por que eu posso procurar por que eu tenho direito.

Sua busca por uma transformação pessoal proporcionou sua consciência crítica, um dos processos de emancipação do sujeito, mesmo sem instrução primária e em situação de miséria. Segundo Freire:

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. (FREIRE, 1980, p. 26)

A riqueza do relato de Maria Tugira nos impede de tentar traduzir o que ela conta, por isso, seguindo, ela diz:

Partindo dali da constituinte que eu li, busquei ter o conhecimento e dar o conhecimento também pras outas pessoas que tavam ali, pra os outros catadores, mesmo que eles não quisessem eu insistia. As vezes eu começava a reunião com eles em cima do lixão ai tinha 20, 30 daqui a pouco chegava o caminhão do lixo eu olhava não tinha nem um. Mesmo assim eu fui insistindo, insistindo até o dia que eu olhei e tavam todos sentados escutando. E a gente conseguiu. E eu acredito que só assim também se a gente não se calar e se unir que a gente vai conseguir transformar essa realidade que nós tamo enfrentando hoje, com todo preconceito e discriminação que a gente tá vivendo hoje.

“Cheguei à conclusão de que não necessitamos perguntar nada a ninguém. Com o decorrer do tempo vamos tomando conhecimento de tudo”, escreveu Carolina Maria de Jesus. Demonstrando que o que ela viveu, o que Maria Tugira viveu, faz parte do conhecimento desencadeado da participação nos espaços educativos demarcados por diferentes referências. Elas não necessitavam perguntar por que já estavam inseridas nos espaços de pertencimento e sentimentos herdados, aprendendo e ensinando durante seu processo de socialização e viabilizando a mudança na sua realidade e na das outras pessoas, onde a vida é costurada com “fios de ferro (...) eu sei que não morrer, nem sempre, é viver. Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas”. (Evaristo, 2020)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O real não está na saída nem na chegada,  
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

*Guimarães Rosa*

Foram vários os caminhos percorridos ao longo dos anos de trabalho com catadoras e catadores, várias situações vividas, um misto entre sentimento de impotência e gana, no sentido de desejo por justiça social. Essa trajetória tecida ao lado das mulheres catadoras em particular não gerou apenas indignação em relação à perversidade do sistema capitalista e do modo como isso se espraia em nossas vidas, gerando ainda mais desigualdades para algumas e alguns, mas resultou também muitas trocas e aprendizagens, identificações pelas condições comuns entre nós, de mulheres, trabalhadoras e mães.

Durante o período do mestrado, nasceu o Camilo, e a maternidade é sem dúvida uma revolução na vida de nós, mulheres. Os cuidados do Camilo, a adaptação à maternidade, somadas às incertezas e medos provocados pela pandemia, os desafios do trabalho na FLD, que seguia e se complexificava frente à crise sanitária da covid-19, e os compromissos exigidos pela universidade fizeram desse tempo um misto de alegrias, descobertas e angústias, mesmo que provisórias, mas que fragilizaram e esgotaram energias. Foi preciso muito amor por todos esses processos para superar e seguir construindo vida e trabalho.

A formação na pós-graduação ao mesmo tempo em que o trabalho com catadoras e catadores era desenvolvido possibilitou aprofundar o conhecimento e qualificar a intervenção nos territórios, desvendando e contribuindo com as transformações do real, tendo como base o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Segundo Netto (1999):

“(...) os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como *ético-políticos* revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional”.

A escolha do tema da dissertação partiu das vivências da pesquisadora, mas também da crença de que é possível ver a vida sob outra ótica, sem conformação, questionando o instituído e as desigualdades naturalizadas, na perspectiva de romper com toda e qualquer forma de opressão ou submissão, tendo um olhar direcionado para a luta conjunta por direitos e justiça para todas as pessoas, de preservação ambiental, de solidariedade e de novas relações humanas. Entende também que por meio da intervenção qualificada, criativa e intencional, como as desencadeadas a partir da educação não formal, Assistentes Sociais que atuam em diferentes espaços terão possibilidade de dar visibilidade ao seu trabalho, rompendo com a visão assistencialista que ainda ronda a profissão, potencializando processos sociais emancipatórios, para que as pessoas se reconheçam como sujeitos de direitos. Em tempos tão adversos, de negacionismo, de conservadorismo, de desmonte das políticas públicas, de não reconhecimento da diversidade humana, de secundarização das mulheres e de ameaça aos processos democráticos, é fundamental reafirmar a importância desses valores negados.

Buscamos, portanto, mostrar neste trabalho exatamente o inverso: o valor da democracia, a importância da unidade na diversidade, da participação que gera mais participação, que incide sobre a consciência e instiga a organização e a luta. Segundo Diego Palma:

A institucionalização democrática não representa um jogo de cartas marcadas, no qual as classes subordinadas estão, desde o início, fatalmente condenadas a perder. Ao contrário,... se trata de uma arena contraditória, dinâmica, onde se abrem e fecham espaços e alternativas segundo as iniciativas - sempre relacionais e opostas dos sujeitos coletivos que nela se encontram e confrontam. Jogar este jogo, ganhar forças para apoiar o próprio projeto, debilitar a vigência do projeto contrário, ampliar e controlar espaços - isto é fazer política.

Conforme visto no decorrer do estudo, a maioria das pessoas nas cooperativas e associações de catadoras é composta de mulheres, negras, sem acesso aos direitos básicos, que enfrentam cotidianamente a cultura machista, a exploração por parte dos atravessadores e a omissão dos órgãos públicos, principalmente aquelas localizadas na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Ali, a atuação qualificada e politizada se faz cada vez mais necessária, tendo em vista a violação de direitos que

perpassa esse que é um território conhecido pela origem coronelista e pelo conservadorismo.

A metodologia de trabalho dos encontros com grupos de mulheres, tendo como princípio a prática educativa, promoveu espaços de partilha de experiências e vida, de coisas sérias e brincadeiras, de dor e esperança nas mulheres. Novas formas de viver a igualdade foram ensaiadas, estimulando a reflexão sobre a realidade, na busca por novos caminhos, tendo como horizonte o protagonismo das mulheres, para que fossem agentes da própria vida.

No início, havia uma grande preocupação de que os encontros resultassem em divergências ou tensionamentos no espaço de trabalho, na relação entre homens e mulheres. Por conta disso, houve uma atenção permanente, caso fosse necessário alterar a dinâmica no decorrer das atividades, sempre entendendo que o movimento da realidade, constante, nos exige trabalhar com riscos e com a possibilidade de alteração dos modelos planejados. Mas, ao contrário, os homens foram receptivos à proposta, e mesmo com algumas tentativas iniciais de desqualificação, com piadas machistas, não conseguiram desmobilizar as mulheres. Chegava a faltar tempo para dar conta de todos os debates.

Para falar da educação não formal junto ao público de catadoras e catadores de materiais recicláveis, foi preciso analisar o movimento histórico empreendido pela sociedade capitalista, androcêntrica, ao longo de décadas; afinal, é esse movimento, em todo seu ciclo produtivo, que reproduz relações desiguais e atribui a essas trabalhadoras estereótipos, desqualificando a realização das suas atividades.

Abordar a categoria trabalho foi essencial para a compreensão da sua condição teleológica e o movimento orquestrado pelos processos produtivos na mudança do comportamento social. Também foi necessário e revelador resgatar o surgimento e as estratégias utilizadas pelo capital no desenvolvimento da globalização mundial, por meio da extração dos recursos naturais, que desencadeou novas formas de fortalecimento do próprio sistema econômico e de exploração das trabalhadoras e trabalhadores, como o fetichismo da mercadoria, que se reinventa na sociedade contemporânea alicerçada no consumo. Assim, pode-se visibilizar em que condições o trabalho de catadoras e catadores se desenvolveu e porque seu trabalho sempre ocupou um espaço precarizado.

É fundamental termos clareza de que o trabalho tem duplo caráter na sociedade capitalista; por um lado, é elemento ontológico essencial ao processo de

humanização, mas, por outro, é elemento de exploração, expropriação para criar valor para o capital.

Por fim, apresentamos a trajetória de vida das catadoras, histórias de luta, força e perseverança, de muitas idas e vindas, encontros e desencontros, para que pudessem chegar hoje, no estágio em que se encontram, de prestação de serviços de coleta seletiva.

Porém, como vimos neste trabalho, se essas organizações se propõem à construção de relações economicamente justas, também se faz imperativo que consigam romper com a prática machista presente em seu meio, e que as mulheres estejam de forma efetiva, ampla e igualitária nos espaços de tomada de decisão.

Resta destacar que nessa caminhada, sempre inconclusa, pela qual seguimos adiante, acompanhando o movimento do real, as aprendizagens, trocas, críticas, descobertas, práticas educativas sempre foram permeadas por um profundo e respeitoso diálogo que se utilizou de muitas linguagens. Por essa razão, concluímos com Freire, que, em um trecho de *Pedagogia do Oprimido*, questiona:

Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, meros “istos”, em que não reconheço outros eu? (...) A autossuficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não têm humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **A questão do emprego no contexto da reestruturação do trabalho no final do século XX**: Globalização, Trabalho e Desemprego, um enfoque internacional. Belo Horizonte. C/Arte editora, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ANTUNES, R; ALVES, G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**.  
<https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfgSWqgGPp/?format=pdf&lang=pt>  
 Acesso em 18/12/2021.

ARANHA, C. O Brasil do atraso, **Revista Exame**, ano 54 n 12 edição 1212, junho de 2020.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ARRUDA, M A N. **Dilemas do Brasil Moderno**: a questão racial na obra de Florestan Fernandes. In: MAIO, Marcos C. e SANTOS, Ricardo V. (Orgs.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

BRASIL. **Decreto** no 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa PróCatador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Lei Federal no. 12.305/2010 de 2 de agosto de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 03 de Agosto de 2010.

BRASIL. MNCR – MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES(AS) DE MATERIAL RECICLÁVEL. **Carta de Brasília**. Brasília, junho de 2001. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia> Acesso em 21 de outubro de 2021.

CABRERA, J, R. **Apresentação do Dossiê marxismo e Meio Ambiente**, 2021.

<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2021/02/dossie-apresentacao-marxismo-ambientalismo.pdf> - Acesso em 18 dezembro de 2021.

CALVINO, I. **Todas as Cosmicômicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

FERNANDES, I. **Dialética dos grupos e das Relações Cotidianas**. In Aspectos da Teoria do Cotidiano: Agnes Helder em perspectiva. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

\_\_\_\_\_. O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais. **Revista virtual textos e contextos**, nº 6 – 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1032>>. Acesso em 28 de dezembro de 2021.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 1980.

\_\_\_\_\_. **Educação Popular**. Lins: Todos Irmãos, 1982.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, M, G. **Educação não formal e o educador social: Atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Minas Gerais, v.16, n. 47, p. 333-351, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em 11 de dezembro de 2021.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, O. **Teorias da globalização** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero – Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288941>>. Acesso em 05 dezembro de 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social dos Catadores e Catadoras de Material Reciclável e Reutilizável**. Brasília, 2013.

**Jornal da Unicamp**. Campinas, 07 de setembro de 2015 a 13 de setembro de 2015 – ANO 2015 – Nº 636. Capitalismo é o motor do colapso ambiental, aponta livro de Luiz Marques.

<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/636/capitalismo-e-o-motor-do-colapso-ambiental-aponta-livro-de-luiz-marques>

LÖWI, M. **Cenários do pior e alternativa ecossocialista**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 104, p. 681-694, out./dez. 2010.

MARQUES, L. Capitalismo e Colapso Ambiental (2015, UNICAMP) <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/636/capitalismo-e-o-motor-do-colapso-ambiental-aponta-livro-de-luiz-marques>. **Jornal da Unicamp**. Campinas, 07 de setembro de 2015 a 13 de setembro de 2015 – ANO 2015 – Nº 636. Acesso em 06.01.2022.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 11ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_ **O manifesto comunista**. São Paulo: Ched Editorial, 1980.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Centauro, 1984.

\_\_\_\_ **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MITCHELL, J. Mulheres: a revolução mais longa. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/352>>. Acesso em 11 de jun. 2016.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MUJICA, J. Uma experiência de choque: o encontro com José Mujica. Leonardo Boff. **Carta Maior**. São Paulo, março 2015. Site da internet. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FUma-experiencia-de-choqueo-encontro-com-Jose-Mujica%2F4%2F33095>>. Acesso em 28 de mai. 2016.

PIRES, M, F de C; REIS J, R, T. Globalização, neoliberalismo e universidade: algumas considerações. São Paulo. **SciELO Brasil**. 1999. <https://www.scielo.br/j/icse/a/TTsVTDvNYxcSpJQKdZHPs3M/?lang=pt>. Acesso em 06 de out de 2021.

PIRES,Y; OLIVEIRA, N. Aumento da produção de lixo no Brasil requer ação coordenada entre governos e cooperativas de catadores. **Agência Senado** <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/06/aumento-da-producao-de-lixo-no-brasil-requer-acao-coordenada-entre-governos-e-cooperativas-de-catadores>. Brasília. Publicado em 7/6/2021. Acesso em 11 de jun. 2016.

PRATES, J. C. Capitalismo e desigualdade: dialogando com Maria Carmelita Yazbek. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 8, n.1, p. 14-20, jan./abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Políticas Sociais e Neodesenvolvimentismo: o desafio de formar para além de procedimentalismos. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 01 - 08, jan./jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Refrações da crise sanitária, econômica e política no Brasil: Os impactos diferenciados em mulheres, negros e índios. **Editorial Textos & Contextos**. Porto Alegre, 2020.

PRATES, J. C., CARRARO, G. Na *prática a teoria é outra ou separar é armadilha do capitalismo?* **Revista Argumentum**, Vitória. 9(2), 161–171. 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección SurSur, CLACSO, Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005. pp. 227/278. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf)> Acesso em 28 de mai. 2016.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SARAIVA, L. A. S. C, Maria L. **Terceiro Setor: dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, M. G. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010.

SINGER, P. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. Em Paul Singer e André Ricardo de Souza (ongs.), *A economia solidária no Brasil: Autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

YASBEK, M, C. **Classes subalternas e assistência social**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.

## **ANEXO A**

### **ROTEIRO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL**

- Identificação da obra
- Identificação do autor
- Frases, expressões que explicitam as categorias explicativas da realidade:  
educação não formal, politização, resistência, emancipação, trabalho e gênero
- Síntese do documento analisado
- Frases, expressões que explicitam desigualdades
- Frases ou expressões que explicitam resistência
- Expressões de modo de vida
- Expressões de condições de vida
- Frases para ilustrar
- Categorias empíricas identificadas
- Frases ou expressões que explicitam categorias empíricas
- Outras observações relevantes

## **ANEXO B**

### **FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE ENTREVISTAS**

#### **Bloco 1 – Identificação e história**

Nome

Idade

Como foi sua infância?

Até que ano estudou na educação formal?

Fale de sua família e da relação familiar com a catação

#### **Bloco 2 – Trabalho, formação e acesso**

Quando começou a catação? Por quê?

Quais as dificuldades em ser uma mulher catadora?

Projeto da Fundação Luterana de Diaconia e a relação com as entidades de apoio

Fortalecimento das mulheres catadoras, importância, avanços e desafios.

Quais as formações realizadas e qual a sua importância?

Como se dá o acesso das catadoras às políticas sociais públicas?

Como contribuir para ampliar o acesso aos direitos sociais?

#### **Bloco 3 – O movimento social**

Qual a importância do MNCR?

Quais as principais dificuldades do movimento das mulheres catadoras?

Quais os principais desafios do movimento?

Qual o significado de participar do movimento?

#### **Bloco 4 – Livre associação**

eu cato (o quê?)...

consumo e lixo...

catadoras e consumo...

catadoras e meio ambiente...

catadoras e pandemia...

as pessoas precisam saber sobre as catadoras... (o quê?)

podemos melhorar enquanto sociedade... (em que aspectos?)

meus sonhos...(são?)

palavras finais..